

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCar
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS – CECH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS

LUIZ FERNANDO DE PAULA PEREIRA

**NO LABIRINTO DA GESTÃO:
notas sobre moradores de rua e trabalhadores da Assistência Social**

São Carlos
Abril / 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCar
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS – CECH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS

LUIZ FERNANDO DE PAULA PEREIRA

**NO LABIRINTO DA GESTÃO:
notas sobre moradores de rua e trabalhadores da Assistência Social**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Sociologia.

Orientadora: Cibele Saliba Rizek

Co-orientador: Gabriel de Santis Feltran

Bolsa: FAPESP

São Carlos
Abril / 2013

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

P436Lg

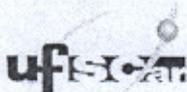
Pereira, Luiz Fernando de Paula.

No labirinto da gestão : notas sobre moradores de rua e trabalhadores da assistência social / Luiz Fernando de Paula Pereira. -- São Carlos : UFSCar, 2013.
107 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2013.

1. Sociologia. 2. Pessoas desabrigadas. 3. Trabalhadores da assistência social. I. Título.

CDD: 301 (20^a)



Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676
13565-905 São Carlos-SP - Fone/Fax: (16) 3351.8673
www.ppgs.ufscar.br - Endereço eletrônico: ppgs@ufscar.br

Luiz Fernando de Paula Pereira

Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em 19 de abril de 2013

BANCA EXAMINADORA:

Profª Dra. Cibele Saliba Rizek
Orientador(a) e Presidente
Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFSCAR

Profª Dra. Isabel Pauline Hildegard Georges
Institut de Recherche pour le Développement

Profª Dra. Joana da Silva Barros
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Para uso da CPG

Homologado na 38ª Reunião da CPG-
Sociologia, realizada em 19/4/13

Profª Dra. Maria Inês Rauter Mancuso
Coordenadora do PPGS

Aos funcionários do CREAS e do Albergue Noturno Santa Isabel

Aos que são, ficam ou estão nas ruas em São Carlos

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de prestar meus agradecimentos à Cibele por toda atenção desde as primeiras conversas e pelo respeito às minhas limitações. Por sempre proporcionar uma boa convivência e por me incentivar a continuar nessa empreitada. Sem contar o alto nível de suas reflexões que muito me inspiram.

Ao Gabriel Feltran por me incentivar a continuar nessa carreira e por sempre estar disposto a discutir e, principalmente, pensar as injustiças, violências, desigualdades que precisam de um pouco mais de sensibilidade e discernimento.

Aos meus pais Aloisio e Edna, meus irmãos João Henrique e Ana Laura e minha avó Elena por todo amor e carinho; ao apoio incondicional em todos esses anos, por acreditarem nas minhas escolhas e na educação como uma forma de crescimento pessoal. Sem palavras...

À Julia pelo carinho, pela companhia e afinidades que me são muito essenciais.

Ao Angelo, Juninho, pelas conversas, conselhos, músicas e as muitas reflexões que sempre levarei comigo.

À Juliana Jodas por sua doçura; pelo carinho e pela disponibilidade que teve comigo desde sempre, que muito fortaleceu nossa amizade em todos esses anos.

Aos usuários do CREAS: Lacreia, Cabrini, Cris, Wagner, Robertão, Das Treva, aos dois Poetas, Baianinho, Donizete, Seu Carlos, Seu Inácio, Dona Maria, Wiliam, Vermelho, Paulinho, Everton, Tabajara, Fernando, seu Antônio, Amarelinho, Magrão, Alex, Renata, Cássia, Cibele, Tiago alemão, Tiário, Renatinho, Robson (Zóio de vidro), Índio, Tico, Diego, Sérgio, Cicatriz, Luzia, Baixinho, Pitt Bull, Carlão, Daniel, Angelina. *In memoriam*: Cris, Maria, Robson, seu Paulo e Dema. Aos “trecheiros” (migrantes) que tive contato e que sempre *se vão*... e também aos muitos que não me recordo o nome.

Aos funcionários do CREAS: Ciliane, Adriano, Rodrigo, Mariana Brandão, Débora, Luciano, Tatiana, Vivian, Sara, Ana Maria, Ana Lucia, Fernando, Marina, Maria Isabel, Osvaldo, Rossi, Robson, Gerusa, Val e Natália Melo.

Aos funcionários do SOS Albergue Noturno Santa Isabel: Claudinei “Cássio”, Toninho, Arnaldo e Maria.

Ao Luciano Oliveira por ter sempre ter me ajudado no desenvolvimento da pesquisa e pela amizade construída no mestrado.

À Isabel Georges pelo interesse por minha pesquisa, por ter participado da minha banca de qualificação e de defesa e, também, por ter possibilitado diálogos com o grupo Latinassist (Offre institutionelle et logique d'acteurs: femmes assistées de six métropoles d'Amérique latine).

À Joana da Silva Barros por ter aceitado participar da minha banca de defesa. O que me deixou muito honrado, pois sua dissertação sempre foi uma referência para mim.

Aos membros do NAMARGEM (Núcleo de Pesquisas Urbanas UFSCar / CEBRAP-CEM): Aline Barbosa, Luciano Oliveira, Mariana Martinez, Deborah Fromm, Daniel Ramos, Liniker Batista, Domila Pazzini, Evandro Cruz, Evelyn Postigo, Giordano Bertelli, Henrique Takahashi, José Douglas Silva, Marcos Vinícius Silva, Adalton Marques, Mateus Nunes, Roselene Breda, Felipe Horta, Leilane Matsushita e Vanessa Perin; coordenado por Gabriel Feltran. Queria ressaltar os bons momentos, viagens, festas e pelas reflexões de alto nível proporcionadas em nossas reuniões.

Ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), especialmente ao Centro de Estudo da Metrópole (CEM).

Aos amigos da turma de mestrado: Angelo, Juliana, Guilherme, Ilunilson, Boaventura, Rejane, Mariana Gameiro, Felipe Melo e Luciano.

Aos Professores e membros do Departamento de Sociologia e de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos que estiveram presentes ao longo de minha formação (graduação e mestrado).

À Ana Maria Suficiel Bertolo, por todo carinho e dedicação que sempre demonstrou aos alunos do Departamento de Sociologia da UFSCar.

Ao apoio financeiro da Fundação de Amparo do Estado de São Paulo (FAPESP), por dezenove meses.

Ao apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por cinco meses.

À Vera Cepêda por ter me orientado na graduação, por ter me incentivado a ingressar no mestrado e pelas primeiras reflexões sobre a obra de Hannah Arendt.

Ao meu grande amigo Pedro Almeida, (Pedrão) simplesmente por sua amizade indispensável.

Ao professor Jacob Lima pelos conselhos para a vida.

À Silmara Dionizio, secretária atual do PPGS, e à professora Maria Inês pela atenção e disponibilidade.

Às colegas da Terapia Ocupacional: Giovanna Bardi e Letícia Brandão, pelas transcrições de entrevistas, pelos chás de hortelã e, principalmente, pelo interesse em minha pesquisa.

Ao Thiago Scatena, Guilherme Floeter, Glicério Monteiro (*in memoriam*) e às repúblicas: Granja do Torto, Tudo Torto e Alzheimer; sempre levarei comigo os bons momentos...

Ao Eduardo Dallacqua pelas oportunidades de conversar.

Aos meus primos/irmãos: André, Di e Ana Paula por todos esses anos de convivência, e com carinho à pequena Mabe.

Ao Pedro Almeida (Pedrão), Alexandre (Minhoca), Marco Aurélio, Fernando Nimer e Di pelos momentos musicais.

Não existia um serviço de abordagem estabelecido, com número, campanha, nada disso. Existiam as reclamações, as pessoas ligavam para polícia. A polícia passava para o chefe de gabinete. O chefe de gabinete passava para a Secretaria de Assistência Social. Existia, então, esse fluxo da população. Algumas pessoas ficavam incomodadas porque [os moradores de rua] estavam no portão das suas casas, ou estavam próximo ao seu estabelecimento comercial. Ou também, por verem a pessoa caída ao sol há muito tempo, [ficavam] preocupadas... Nós tínhamos uma dificuldade muito grande no começo com o SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), muitas vezes não queriam atender casos de alcoolismo. Então tinha essa demanda da população, às vezes, porque incomodada e, às vezes, querendo um atendimento para aquela pessoa [que estava na rua]. Existia a demanda organizacional de toda a prefeitura principalmente dos cargos de chefia e secretários... O movimento crescia quando vinha uma visita de alguma pessoa pública do partido principalmente, então a solicitação era para que, nos locais que a pessoa pública fosse passar, não tivesse a população de rua. Isso só mostra que se quer esconder algo, um problema, que talvez seja uma carência do atendimento. Qual que era a ordem? A ordem era: “tira aquela pessoa do local por onde [a autoridade] vai passar”, ou “você tranca no albergue”. O albergue era aberto durante o dia, aí você podia trancar a pessoa lá dentro ou você pedia pra pessoa sair de lá e ir para outro local. Esses pedidos existiam, eles existiram durante todo o período. Nós tentávamos da melhor forma possível sair deles, sem agredir o usuário e, às vezes, atendendo a demanda governamental.

[Vanessa, assistente social da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social de 2006 – 2009]

RESUMO

Esta dissertação de mestrado trata da gestão de *moradores de rua* fora de contextos metropolitanos ou de grandes centros urbanos. Seu objetivo é apresentar mecanismos que incidem, tanto sobre moradores de rua atendidos, quanto sobre os profissionais que trabalham em instituições de acolhimento. Também pretende demonstrar determinadas ações governamentais geradas em torno dessa problemática. A pesquisa foi realizada em duas instituições que atendem moradores de rua em São Carlos/SP: um *Centro de Referência Especializada em Assistência Social: atendimento para a população em situação de rua* (CREAS-POP) e o *SOS Albergue Noturno Santa Isabel*. Para a construção dos argumentos apresentados, são utilizados argumentos de Michel Foucault, sobretudo no que diz respeito aos *dispositivos*, às *relações de poder e população*. De forma geral, parte-se do pressuposto de que os moradores de rua que são transformados em “usuários” dos serviços de Assistência Social não necessariamente deixam a *situação de rua* em que se encontram. Nesse sentido, há inúmeras práticas interpretadas a partir de relações de forças, principalmente as manifestações de *resistências* de muitos agentes envolvidos que compõem, transformam e reformulam o que é nomeado de *dispositivo* de assistência social. Entretanto, deve-se levar em consideração que esses processos também incidem sobre os profissionais e gestores que dele fazem parte. A partir de determinadas situações em que se cruzam intencionalidades, gestos, opiniões, condutas, ressentimentos, normativas, enfim – *perspectivas* – a proposta é lidar com questões que não são facilmente compreensíveis e que ainda foram pouco pesquisadas.

PALAVRAS-CHAVE: Assistência Social; moradores de rua; funcionários da Assistência Social; gestão.

RÉSUMÉ

Cette thèse porte sur la gestion des sans domicile fixe en dehors des contextes métropolitains ou des grands centres urbains. Elle vise l'analyse des mécanismes qui affectent à la fois les sans domicile fixe assistés, que les professionnels qui travaillent dans les institutions, en interrogeant l'action de l'État. L'enquête a été menée dans deux institutions d'accueil des sans domicile fixe à São Carlos/SP-Brésil: un Centre de Référence Spécialisé dans la Protection Sociale: accueil de la population des sans domicile fixe (CREAS -POP) et SOS Auberge de Nuit Santa Isabel. L'analyse mobilise notamment l'approche de Michel Foucault, en particulier les catégories des *dispositifs*, des *rapports de pouvoir* et de la *population*. D'après notre hypothèse générale, le processus de transformation des sans domicile fixe en "usagers" des services de l'aide sociale a des effets non prévus par l'institution. Dans ce sens, il y a une diversité de pratiques qui peuvent être interprétées en termes de rapports de pouvoir, y compris des formes de résistance des "usagers" comme des professionnels qui composent, transforment et remodelent le "dispositif d'assistance sociale". Cependant, l'analyse porte aux processus qui impliquent les professionnels et les gestionnaires des services aussi. L'objectif de la recherche est d'analyser un certain nombre de situations qui permettent de saisir des gestes, croyances, conduites, ressentiments, prescriptions qui correspondent à des *perspectives* spécifiques en interaction, pour en saisir les tensions sous-jacentes. La proposition est de traiter des questions qui ne sont pas faciles à comprendre et qui ont peu de recherches.

MOTS-CLÉS: aide sociale ; sans domicile fixe; des fonctionnaires de la protection sociale ; la gestion.

ÍNDICE DE SIGLAS

Centro-POP – Centro de Referência Especializado ao Atendimento à População em Situação de Rua

CREAS-POP – Centro de Referência Especializado em Assistência Social: atendimento à População em Situação de Rua

CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social

CRAS – Centro de Referência em Assistência Social

GTI – Grupo de Trabalho Interministerial

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

OAF – Organização do Auxílio Fraternal

SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SMCAS – Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social

SOS – Serviço de Obras Sociais

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

LISTA DE NOMES FICTÍCIOS UTILIZADOS

Moradores de rua atendidos:

Bira
Luciene
Silva
Ivete
Dário
Carla
Regina
Wesley
Cintia
Damilton
Kátia
Irineu
Pimentel

Funcionários do CREAS:

Leandro (chefe de atendimento)
Telma (assistente social)
Vanessa (assistente social)
Soraia (educadora social)
Gabriela (educadora social)
Ivone (cozinheira)
Odair (guarda municipal)
Roberto (guarda municipal)
Celina (terapeuta ocupacional)
Adoniran (psicólogo)
Lidia (voluntária)
Pâmela (voluntária)

Funcionário do Albergue Noturno:

Artur

Funcionárias da SMCAS:

Tereza
Adriana

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	17
Organização do texto	19
1. INTRODUÇÃO	21
1.1. Inserção no campo e percurso da pesquisa	21
1.2. A visibilidade, o cotidiano, as instituições e a rua: um breve relato de um dia dos moradores de rua atendidos	21
1.3. Aproximação com a temática: os primeiros contatos e as “oficinas de cinema” 24	
1.4. Das primeiras análises sobre instituições assistenciais.....	33
1.5. Das Normativas Nacionais de Assistência Social e a população em situação de rua 37	
1.6. Campo de Problematização, Hipótese e Articulação conceitual	40
1.6.1. O dispositivo de assistência social e as relações de poder: a gestão de uma população	41
2. CAPÍTULO 1	46
<i>De fora para dentro</i> : a transformação de moradores de rua em “usuários”, enunciados e particularidades da rede de atendimento	46
2.1. A construção da Rede de Atendimento em São Carlos	46
2.1.1. A criação do CREAS-POP.....	47
2.1. Transformando moradores de rua em “usuários”	48
2.2.1. Das normativas internas do CREAS-POP.....	49
2.2.2. Acolhimento e Acompanhamento	49
2.2.3. Desligamento e o retorno às famílias	54
2.2.4. Da oferta à adaptação e a dependência dos serviços de Assistência Social 57	
2.3. Atividades de <i>dentro</i> : as dinâmicas e a funcionalidade de duas atividades desenvolvidas no CREAS-POP	59
2.3.1. Assembléias gerais	59
2.3.2. Oficinas socioculturais	64
3. CAPÍTULO 2	71
<i>Atravessando</i> a rede: as transversalidades do <i>dispositivo</i> de assistência social	71
3.1. Do barracão ao CREAS-POP: caracterizando a chegada e as ações dos novos usuários	71
3.2. O “trem-bala” e a mudança no perfil dos “usuários”	77

3.3. Tentativa de aglutinação: as partes e o todo	78
4. CAPÍTULO 3	83
Fronteiras de contato: vínculos pessoais e processos de interação.....	83
4.1. No horário do almoço	83
4.2. O caso das marmitas	84
4.3. A circulação dos usuários	86
4.4. A guarda municipal.....	87
4.5. Dos vínculos pessoais	90
4.6. Mudança de perspectiva dos profissionais.....	93
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
6. BIBLIOGRAFIA.....	102

[...]
And nobody has ever taught you how to live on the street
And now you find out you're gonna have to get used to it

You said you'd never compromise
With the mystery tramp, but now you realize
He's not selling any alibis
As you stare into the vacuum of his eyes
And ask him do you want to make a deal?

How does it feel?
How does it feel?
To be on your own?
With no direction home
Like a complete unknown?
Like a rolling stone?

[...]
When you got nothing, you got nothing to lose
You're invisible now, you got no secrets to conceal

How does it feel?
How does it feel?
To be on your own?
With no direction home
Like a complete unknown?
Like a rolling stone?

[...]
E ninguém jamais lhe ensinou como viver nas ruas
E agora você descobre você vai ter que se acostumar com
isso
Você dizia que jamais condescenderia
Com o vagabundo misterioso, mas agora você percebe
Que ele não está vendendo álibis
Enquanto você olha fixamente para o vácuo de seus olhos
E o pergunta, você quer fazer um trato?

Como se sente?
Como se sente?
Por estar por sua conta?
Sem direção alguma para casa
Como uma completa estranha?
Como uma pedra rolando?

[...]
Quando você não tem nada, você não tem nada a perder
Você está invisível agora você não tem mais segredos a
ocultar

Como se sente?
Como se sente?
Por estar por sua conta?
Sem direção alguma para casa
Como uma completa estranha?
Como uma pedra rolando?

Like a Rolling Stone
Bob Dylan

Ao chegar em casa após os trabalhos de campo, eu só conseguia pensar na música do Bob Dylan – havia sido um dia muito diferente dos outros. Foi numa sexta-feira em que acompanhei alguns moradores de rua atendidos durante um dia inteiro. Estava nervoso com a possibilidade de ficar na rua com eles após retornarem ao albergue no final da tarde, mas acabei indo me encontrar com um pequeno grupo em uma esquina próxima, na entrada da cidade – eles estavam em um canteiro em frente a um ponto de ônibus. Quando me viram aproximar, fizeram sinais para que eu fosse até o encontro deles. Ao chegar, depois de cumprimentá-los, me sentei perto de Bira, um dos que eu tinha mais contato naquele grupo. Luciene logo fez uma brincadeira comigo ao dizer que minha mãe tinha me colocado para fora de casa, pois eu havia ficado bastante entre eles, naquela semana. Após algum tempo ali, um homem, o único que não me conhecia, comentou cochichando com outro: “quem é esse ae? é ‘boyzinho’(...)?”, não escutei o resto da sua fala. Em seguida, houve uma resposta que eu também não escutei, mas foi dito algo que me descrevesse em poucas palavras e se relacionava as minhas idas ao CREAS. [...] Em dado momento, Bira veio me perguntar se eu aceitaria jogar palitinhos com ele (o jogo consiste em acertar quantos palitos tinham em nossas mãos somadas; ao acertar a quantidade, o vencedor retira um palito, vence a partida quem acabar primeiro com os palitos). Inicialmente, comentei que não sabia jogar, mas aceitei. Perdi as três primeiras partidas e ganhei as outras três. O homem que não me conhecia, vendo a cena, quis jogar também e propôs para nós apostarmos que o perdedor levaria uma chinelada na mão de cada um dos outros jogadores. Com isso, falei que não iria jogar, mas ele insistiu bastante, enfatizando que eu não teria coragem [...] Quando nós três começamos a jogar, mais dois homens pediram para participar. Um deles comentou que jogava na prisão e a mão dele ficava inchada [...] A partida seguia. Os que iam ganhando saíam. Já esperava as

benditas chineladas, pois não conseguia me concentrar no jogo – eram os carros passando, pessoas em um ponto de ônibus e em um posto de gasolina próximo, tudo me atrapalhava. Em algum momento, Bira me falou que “aliviaria” se eu perdesse. Na primeira partida, fui para decisão, mas ganhei; como prometido, todos deram uma chinelada na mão do perdedor e eu dei uma chinelada mais fraca: “você será perdoado se você perder”, ele me disse. Ganhei a outra partida nas mesmas circunstâncias e falei que iria parar de jogar, porém insistiram bastante e eu joguei mais uma vez. Antes da terceira partida, o homem que não me conhecia saiu, não vendo o que se seguiu, pois não tive a mesma sorte e perdi; imediatamente levei as chineladas de três jogadores e, quando foi a vez do último homem, ele falou que “já estava certo”. Com isso, peguei o chinelo e estendi mão e insisti para ele dar a chinelada final. Depois disso, voltei a conversar com Bira que me disse algo assim: “quando você vai para a guerra tu vai morrer parado? Não! Né? Eu dei uma chinelada forte pra tu aguentar as consequências, eu não ia dar forte, mas depois eu mudei de ideia. Tu não precisava jogar, mas já que jogou tem que aguentar”. Seguiu-se um silêncio inquietante. [...] Ainda, tomei um gole de pinga enquanto estava sentado no chão com eles, após ter recusado algumas vezes. [...] Em seguida, uma viatura da polícia contornou a esquina e os policiais que estavam dentro olharam fixamente em nossa direção. Houve uma bronca de um homem a outros dois que ameaçaram insultar os policiais. No instante em que a viatura desapareceu, três pessoas próximas a mim começaram a fumar crack; “olha o cheiro”, alguém disse. Um dos que fumavam caiu de costas no gramado após dar uma tragada, ou “paulada” como já ouvi.

Pessoas que passavam pela rua, que desciam de carros naquela calçada, que estavam dentro de ônibus – eram muitos olhares fixos para nós naquela esquina. Bira comentou que se estivesse em Campinas ou em outra cidade maior, as pessoas nem iriam ver a gente ali, talvez quisesse enfatizar que seríamos “mais invisíveis”. Comentei que já tinha notado e ele disse em seguida: “aí oh, tu tá ligado”.

Em dado momento, falei que voltaria ao albergue – foram duas horas naquele local. Quando eu estava atravessando a Avenida, avistei uma amiga da turma de graduação e me dirigi até ela, que me perguntou se eu estava fazendo trabalho de campo; respondi que sim. “Eu não associei você com a situação”, ela disse. Despedi-me dela e fui em direção ao albergue. Ao chegar ao portão desisti de entrar e continuei andando – estava realmente sem condições de permanecer ali. Andei por algumas quadras “como uma pedra rolando”, pensando em tudo aquilo, mas resolvi voltar. Ainda fiquei por mais umas duas horas no albergue, eu queria acompanhar o jantar.

[trecho retirado do diário de campo do dia 25/02/2011]

APRESENTAÇÃO

A situação de rua está igualmente presente em cidades de porte menor. O problema é redimensionado, tem maior controle do poder público, mas permanece com uma visibilidade inquietante (FRANGELLA, 2004, p. 49).

Esta dissertação de mestrado trata da gestão de *moradores de rua*¹ fora de contextos metropolitanos ou de grandes centros urbanos. Meu objetivo é apresentar mecanismos que incidem, tanto sobre moradores de rua atendidos, quanto sobre os profissionais que trabalham em instituições de acolhimento. Também pretendo demonstrar determinadas ações governamentais geradas em torno dessa problemática.

A pesquisa durou dois anos e meio e foi desenvolvida principalmente a partir de trabalho de campo em duas instituições que atendem moradores de rua em São Carlos/SP, que são vinculadas à Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social (SMCAS), sendo elas: o *Centro de Referência Especializada em Assistência Social: atendimento para a população em situação de rua (CREAS-POP)*² e o *SOS Albergue Noturno Santa Isabel*. A escolha desse município se deve ao fato de ser o segundo no país a estruturar, em julho de 2008, um CREAS-POP e que, por se tratar de uma tentativa recente no Brasil, poderia trazer subsídios para a compreensão de particularidades dos processos de atendimento aos moradores de rua em geral.

Nesse sentido, uma das intenções iniciais deste trabalho era justamente analisar o segundo CREAS-POP³ construído no país. Por isso, darei mais ênfase à estrutura, ao funcionamento, aos conflitos e às transformações da rede de atendimento, tendo como base os relatos de profissionais e situações ocorridas nessa instituição. Vale destacar que nos últimos seis anos surgiram algumas pesquisas nesse município que se dedicaram aos assuntos relacionados aos *moradores de rua* (BARBOSA, 2007; GRANADO, 2010; MARTINEZ, 2011; OLIVEIRA, 2012), o que faz com que a presente dissertação complemente esses trabalhos.

¹ Uma das denominações utilizadas para as pessoas que “moram nas ruas”. Apesar de ser um termo muito vago e soterrar a heterogeneidade encontrada nesses espaços, também é utilizado preferencialmente por Barros (2004) e Oliveira (2012). Voltarei às dificuldades em se classificar tais pessoas, com destaque às mudanças de terminologia utilizadas em trabalhos acadêmicos, com destaque, por exemplo, às classificações: “mendigo”, “população de rua” e “população em situação de rua”.

² Em 2011, todo CREAS especializado no atendimento aos moradores de rua passou a se chamar Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (CENTRO-POP); porém, como os meus interlocutores sempre se utilizam da expressão *CREAS*, darei prioridade para esta denominação neste texto. Durante a Introdução, descreverei mais detalhadamente sobre os processos de criação das normativas da Assistência Social que proporcionaram a criação desses *centros*.

³ Essa instituição foi visitada, em 2010, por autoridades dos municípios do Rio de Janeiro, Guarulhos, São José do Rio Preto e Araraquara, para a verificação dos serviços disponibilizados aos moradores de rua locais.

Com relação às classificações, optei por utilizar “usuários” e “usuárias” para os moradores de rua atendidos. Contudo, é preciso destacar que essa é uma denominação utilizada por profissionais e consta nas normativas que orientam o atendimento a ser prestado pelo CREAS, além de caracterizar somente os *usuários* que permanecem algum tempo usufruindo dos serviços disponibilizados.

A partir disso, merece destaque o fato de que há dificuldades em se nomear os moradores de rua que são atendidos na rede de atendimento, pois há confluência de jovens e idosos; homens, mulheres e travestis; pessoas diagnosticadas com distúrbios mentais; dependentes de álcool e de drogas químicas (com destaque para o *crack*), que possuem alguma *experiência institucional* como um aspecto em comum. Nesse caso, essa heterogeneidade também não é abarcada pela classificação “usuário”, portanto.

A seguir, apresento algumas questões iniciais que nortearam o desenvolvimento desta pesquisa. Com destaque para: de que maneira as práticas cotidianas dentro das instituições provocam descompassos com as normativas que direcionam o atendimento; como se dá o *processo de institucionalização e transformação dos moradores de rua em “usuários”*; como se estabelecem as relações destes com os funcionários e a constituição de vínculos⁴ entre eles; e como se desenvolvem as relações de força entre os agentes que fazem parte desse mecanismo. Nesse caso, há um campo de problematizações em torno de questões situadas, mas que possivelmente podem ser encontradas em outras localidades.

Para a construção dos argumentos que serão apresentados, inspirei-me principalmente na obra de Michel Foucault, sobretudo no que diz respeito aos *dispositivos* e às *relações de poder*. Na descrição das particularidades do contexto pesquisado, trarei relatos de situações e muitos trechos de entrevistas com meus interlocutores, bem como sobre a estrutura e o quadro de funcionários das instituições, os discursos, as ações desenvolvidas pelo poder público, entre outros aspectos que se articulam e fazem parte do que nomeio de *dispositivo de assistência social*.

De forma geral, parto do pressuposto de que os moradores de rua que são transformados em “usuários” dos serviços de Assistência Social não necessariamente deixam a *situação de rua*⁵ em que se encontram, pois há inúmeras práticas que foram apreendidas a partir de relações de força, com destaque às manifestações de *resistência* de

⁴*Vínculo*, numa perspectiva analítica, possui duas dimensões: a primeira se trata das relações construídas e estabelecidas entre os que fazem parte da rede de atendimento, sejam moradores de rua ou funcionários, gestores, guardas municipais, etc.; a segunda se trata das relações entre os moradores de rua com as instituições pesquisadas.

⁵ Essa é a denominação utilizada pelas normativas de Assistência Social para as pessoas que se encontram na condição de *moradores de rua*. Explicarei melhor essa denominação na Introdução.

muitos agentes envolvidos que compõem, transformam e reformulam esse *dispositivo*. Além disso, devem-se levar em consideração os processos que incidem nos profissionais e gestores que dele fazem parte. A partir de determinadas situações apreendidas em campo em que se cruzam intencionalidades, gestos, opiniões, condutas, ressentimentos, normativas, enfim – *perspectivas* – procuro lidar com questões que não são facilmente compreensíveis e que ainda foram pouco pesquisadas.

Organização do texto

Para que tal premissa pudesse ser testada, foi necessário montar um quadro analítico que intercalasse várias escalas e hierarquias de poder entre os agentes que participam do *dispositivo* de assistência social. Nesse sentido, os capítulos foram organizados de forma a descrever processos que se voltam para peculiaridades da gestão e quais as implicações para o desenvolvimento dos serviços oferecidos, tanto aos direcionados aos moradores de rua atendidos, quanto aos profissionais que trabalham em instituições de acolhimento, como para a cidade como um todo.

Numa longa Introdução, descreverei a rede de atendimento a partir de um dia dos moradores de rua, os processos relacionados à gestão dos moradores de rua, bem como as referências teóricas utilizadas na construção dos principais argumentos utilizados.

No primeiro capítulo, “De *fora* para *dentro*: a transformação de moradores de rua em usuários, enunciados e particularidades da rede de atendimento”, dividirei em três seções os assuntos que se voltam para uma descrição mais geral da rede de atendimento do município. Inicialmente, descreverei a constituição histórica dessa rede voltada para os moradores de rua locais e a criação do CREAS-POP. Na segunda parte, serão priorizados os processos que envolvem *transformação* de moradores de rua em “usuários” e também de criação de uma dependência dos serviços da Assistência Social por parte dos usuários.

Ainda nesse capítulo, em “Atividades de *dentro*: as dinâmicas e a funcionalidade de duas atividades desenvolvidas no CREAS-POP”, apresentarei o que foram as “assembléias gerais” e as “oficinas socioculturais”. As assembléias, conduzidas pelas funcionárias, eram o momento em que se discutia o funcionamento da instituição, os horários de banhos e refeições, os casos de indisciplina e a participação dos usuários nas atividades desenvolvidas, além de assuntos relativos ao Albergue Noturno. Já as “oficinas” eram atividades que complementavam os atendimentos prestados pela equipe técnica. No final

desse capítulo, discutirei as implicações do “Programa Não Dê Dinheiro como esmola”, criado pela SMCAS.

No segundo capítulo, “*Atravessando a rede: as transversalidades do dispositivo de assistência social*”, será descrito o percurso de um pequeno grupo de jovens que foi atendido nas instituições pesquisadas, entre março e julho de 2010. Com isso, a intenção se volta para determinadas relações que se estabeleceram entre esses “novos usuários” com o que se tinha estruturado até então.

Desse modo, o *dispositivo* de assistência social será abarcado a partir de transversalidades e tensões provocadas entre os próprios usuários, bem como com os funcionários e gestores da SMCAS, dentro de uma intersecção entre “as lógicas de rua” e a rede de assistência social do município. Além das tentativas de subjetivação que surgiram a partir disso. A intenção é dar ênfase ao *conflito* que pode surgir entre uma “lógica de atendimento”, a partir dos serviços prestados pela equipe técnica de profissionais do CREAS-POP, com determinadas “lógicas governamentais”.

No terceiro e último capítulo, “Fronteiras de contato: vínculos pessoais e processos de interação”, as relações estabelecidas entre os usuários e funcionários ganham centralidade. Partirei da descrição dos movimentos dos usuários que entram e saem da instituição diversas vezes durante o dia – momentos em que as relações estabelecidas entre eles se tensionam. Para tanto, trago a figura do guarda municipal e como esse profissional é afetado diretamente por esse trânsito. Se o processo de saída da instituição não ocorre facilmente, os funcionários têm de administrar os “usuários” por muito tempo na instituição, o que acarreta na criação de *vínculos pessoais* entre eles. Além disso, discutirei aspectos morais dos funcionários que *cuidam* dos usuários, e vice-versa.

Por fim, à guisa de conclusão, nas considerações finais, retomarei os argumentos centrais desta dissertação.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Inserção no campo e percurso da pesquisa

O trabalho de campo foi realizado, principalmente, no período de maio de 2010 a maio de 2011 e se estendeu até o final de 2012 – contudo, sem a mesma intensidade da fase inicial. Com isso, é importante descrever os processos de investigação e exploração que nortearam o desenvolvimento desta pesquisa que possui caráter qualitativo.

Nesta Introdução, apresento um dia dos moradores de rua atendidos, como as características físicas e o quadro de funcionários de duas das instituições que compõem a rede de atendimento. Em um segundo momento, descrevo meu percurso durante a realização da pesquisa, com ênfase nos primeiros contatos com alguns dos meus “sujeitos de pesquisa” e as construções analíticas que surgiram no decorrer do trabalho de campo realizado no CREAS-POP, a partir principalmente das “oficinas de cinema” que ministrei nessa instituição. Por fim, discuto o campo de problematização em que articulo a hipótese e as principais referências conceituais que orientaram os argumentos desenvolvidos.

1.2. A visibilidade, o cotidiano, as instituições e a rua: um breve relato de um dia dos moradores de rua atendidos

De maneira geral, a seguir, apresento a rede de atendimento voltada aos moradores de rua em São Carlos. Os principais serviços eram prestados pelo CREAS-POP e pelo Albergue Noturno, instituições vinculadas à Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social (SMCAS), que desenvolviam um serviço unificado aos moradores de rua da cidade; a primeira atendia em horário comercial e somente em dias úteis e o albergue noturno funciona das 18h00 às 8h00 todos os dias. Além dos serviços prestados nesses espaços, havia outras instituições religiosas (GRANADO, 2010; MARTINEZ, 2011) que prestavam serviços assistenciais aos moradores de rua da cidade.

Ao transitar próximo ao albergue noturno pela manhã era possível observar a presença de moradores de rua pela região⁶. Isso se dá pelo fato de que alguns, ao acordar,

⁶ Essa constatação só é possível por alguém que já conhece os usuários atendidos. Explicar isso é importante, pois identificar um morador de rua somente por características físicas não é recomendável, justamente porque muitos deles não são reconhecidos a partir do que se espera de um “morador de rua”, no que diz respeito a vestimentas ou maneiras de se portar, por exemplo.

logo saíam dessa instituição. Ou até mesmo podiam ter dormido em outros lugares. Nesse caso, o dia de um “usuário” começava com o café da manhã servido por volta das 7h00.

Sobre o albergue noturno, em sua fachada havia um portão para pedestres e, ao lado, uma garagem para a perua Kombi utilizada pelos funcionários. A instituição era cercada por muros com três ou quatro fileiras de arame farpado. Na entrada desse estabelecimento, havia uma janela (parecida com a de uma bilheteria) utilizada para atender os “trecheiros”⁷ na hora da entrevista ou na distribuição de passagens. Ao lado direito do corredor de entrada ficava a recepção, a cozinha e uma sala de espera, sendo todas conectadas; ao lado esquerdo, o quarto feminino. Ao final desse corredor, localizava-se o refeitório (com duas mesas grandes utilizadas para as refeições e havia uma televisão pendurada no alto, em uma das paredes); essa parte dava acesso a um dos quartos masculinos e a uma lavanderia na parte dos fundos da instituição, onde ficavam alguns varais e uma varanda que dava acesso a outro quarto masculino e a um banheiro. O quadro de funcionários era formado por sete (7) funcionários de serviços gerais, sendo três (3) motoristas/porteiros, um (1) educador social e dois (2) guardas municipais; além de uma cozinheira.

Após o café da manhã, os usuários se dirigiam a uma perua Kombi na qual eram transportados ao CREAS, onde era realizado o atendimento diurno. Esse deslocamento entre as instituições era fundamental para que os serviços funcionassem nos moldes propostos. Porém, alguns desses ainda preferiam ir a pé e, geralmente, realizavam “mangueios”⁸ (pedido de esmolas) pelo caminho.

Na chegada ao CREAS, três guardas municipais (dentre eles uma mulher) faziam revistas nos usuários utilizando-se de luvas cirúrgicas. Essa verificação mais completa só acontecia pela manhã. Durante o restante do dia os guardas municipais somente verificavam o “galo” (mochila ou bolsa), em busca de algo proibido que não pudesse adentrar à instituição⁹.

⁷ Os “trecheiros” são os migrantes que transitam entre cidades e geralmente se utilizam de albergues noturnos. Costumam não se definirem como moradores de rua, justamente por *estarem sempre em movimento*, o que caracterizaria uma diferença dos “pardais” – os moradores de rua de uma cidade específica que não circulam. Os “trecheiros” se utilizam de serviços assistenciais ou de Assistência Social por poucos dias e, também, de passagens de ônibus disponibilizadas por municípios, sendo, em muitos casos, o principal serviço direcionado para tais pessoas. Para maiores detalhes, ver: Di Flora (1987); Brognoli (1996); Martinez (2011) e Oliveira (2012).

⁸ Essa é uma denominação utilizada pelos próprios moradores de rua. Sobre tal prática ver Brognoli (1996), Martinez (2011) e Oliveira (2012).

⁹ Algumas pessoas deixam seus “corotinhos” (garrafas plásticas contendo geralmente 500 ml de cachaça) com o guarda municipal na hora que entram e só pegavam de volta quando vão embora, pois o consumo de

O quadro de *funcionários técnicos* do CREAS-POP era composto por: um (1) chefe de divisão da política de atendimento da população em situação de rua, uma (1) assistente social, uma (1) terapeuta ocupacional, duas (2) educadoras sociais, uma (1) psicóloga e uma (1) estagiária; e cinco (5) *funcionários de apoio*: um (1) guarda municipal, um (1) motorista, uma (1) assistente de limpeza, uma (1) auxiliar administrativa e uma (1) cozinheira/merendeira. Além dos atendimentos individuais e especializados, ofereciam-se “oficinas socioculturais”¹⁰ aos usuários.

Sobre a estrutura física do CREAS, na entrada havia um portão elétrico acionado via interfone pelos funcionários e uma recepção. Ao lado, havia outra sala utilizada principalmente pelo chefe do atendimento; e separada por uma divisória, ficava a sala de televisão e um guarda-volumes com acesso a uma pequena biblioteca, que também reservava um espaço voltado à leitura. Ao lado da biblioteca ficava a sala das educadoras sociais. A área de leitura dava acesso a um corredor com dois banheiros para os usuários (um deles com chuveiro) e às salas da assistente social, da terapeuta ocupacional e da psicóloga. Ao final do corredor, havia um cômodo onde eram realizadas atividades diversas e um banheiro utilizado somente por funcionários. Na parte dos fundos da instituição, encontrava-se um refeitório com três mesas grandes, uma cozinha e uma lavanderia com uma máquina de lavar roupas.

Por volta das 09h00, era servido um segundo café da manhã. Às 11h30, o almoço era distribuído em marmitas no refeitório. Os atendimentos individuais prestados pelos funcionários técnicos eram realizados geralmente no período da manhã. Uma vez por semana, a equipe de funcionários fazia uma reunião na qual se discutia a situação individual de cada usuário. Quando havia “oficinas socioculturais”, as atividades costumavam ser realizadas após o almoço.

No meio da tarde, por volta das 15h30 era servido outro lanche, sendo, então, a terceira refeição proporcionada pelo CREAS. Em seguida, os usuários eram levados de volta ao albergue noturno – trajeto que muitos deles preferiam fazer a pé. Ao chegarem ao albergue, alguns desciam da perua Kombi e não entravam na instituição, fazendo-o somente próximo ao horário do jantar; os que adentravam ao albergue noturno costumavam participar das atividades propostas pela educadora social, se estivesse no

bebidas alcoólicas não era permitido dentro da instituição. Voltarei aos assuntos relacionados às revistas e aos guardas municipais no terceiro capítulo.

¹⁰ Essas atividades eram desenvolvidas pelos próprios funcionários, voluntários ou estagiários, com destaque às reuniões dos Alcoólicos Anônimos. No próximo tópico explicarei as minhas “oficinas de cinema”. No primeiro capítulo, analisarei as implicações dessas atividades para o atendimento.

horário de atividades, ou ficavam distribuídos nesse espaço conversando, jogando baralho e Damas.

O jantar era servido às 19h00. Os funcionários levavam pratos feitos para os que esperavam sentados nas cadeiras do refeitório, após, obrigatoriamente, terem tomado banho. Por volta das 21h00, os usuários se dirigiam aos quartos para dormir. Depois das 22h00, dois funcionários do albergue ocasionalmente faziam rondas pela cidade com o intuito de identificar pessoas que estariam dormindo nas ruas ou verificavam locais indicados por telefonemas.

Durante os finais de semana e feriados, os usuários costumavam ficar fora do albergue noturno e retornavam perto do horário do jantar. Era comum escutar relatos de pessoas que ficavam o fim de semana sem frequentar essa instituição.

1.3. Aproximação com a temática: os primeiros contatos e as “oficinas de cinema”

Somente após me graduar, em 2008, como bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos, que me dediquei aos temas relacionados aos moradores de rua. Na graduação, realizei um estudo sobre teoria e filosofia política a partir do livro “A Condição Humana” (2007) de Hannah Arendt que resultou numa monografia como parte dos requisitos para a conclusão do curso.

Em 2009, fui aluno especial do Programa de Pós-Graduação em Sociologia dessa mesma Universidade. Nesse mesmo ano tive contato com o livro “Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social” (SCOREL, 1999), cuja autora se utiliza de conceitos *arendtianos* para analisar os moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro em meados da década de 1990. Nesse trabalho há, também, uma revisão bibliográfica sobre exclusão e desigualdade social tendo como pano de fundo uma densa análise sobre a pobreza no Brasil¹¹.

Posto isso, a seguir apresento um longo trecho que resume muito bem as minhas primeiras concepções sobre os moradores de rua em geral:

¹¹ Foi a partir de uma perspectiva da exclusão social que iniciei o estudo de questões relacionadas aos moradores de rua. Vale acrescentar que o termo “exclusão social” é de origem francesa e surgiu na década de 1970, no contexto de desmoronamento do Estado de bem-estar social nesse país. Também, caracteriza o surgimento de uma *nova pobreza* que deu margem para uma *nova questão social*. (CASTEL, 1998). Nesse sentido, segundo a autora, “o conceito de exclusão social – como um processo que envolve trajetórias de vulnerabilidade, fragilidade, ou precariedade e até ruptura dos vínculos nas dimensões sócio-familiar, do trabalho, das representações culturais, da cidadania e da vida humana ou mesmo como uma zona integrada por diversas manifestações de processos de desvinculação nos diferentes âmbitos – tem valor analítico para a compreensão de diferentes expressões histórico-sociais” (SCOREL, 1999, p. 259).

Quando uma situação limítrofe entre a vida e a morte é aceita pela sociedade com ceticismo quanto às suas possibilidades de transformação, e com um esquecimento sistemático, é como se os indivíduos sujeitos a esta situação “não existissem. A morte desses indivíduos passa a selar o fato de que eles jamais haviam existido. Quando não há testemunhas, não pode haver testemunho” (Arendt, 1989). Na dimensão humana, no *mundo da vida*, a exclusão social pode atingir o seu limite, o limiar da existência humana. Os grupos sociais excluídos que se vêem reduzidos à condição de *animal laborans*, cuja única preocupação é manter seus metabolismos em funcionamento, manter-se vivos, são expulsos da ideia de humanidade e, por vezes, da própria ideia de vida. Os grupos sem vínculos com os mundos do trabalho e da cidadania, que não tem direito a ter direitos e cujas potencialidades da condição humana encontram-se limitadas a conseguir sobreviver, não interessam a ninguém, são supérfluos e desnecessários à vida social, são descartáveis, e podem ser eliminados das mais diferentes formas, ostensivas ou opacas, que ninguém os reclamará. Expulsos da ideia de humanidade, sua eliminação (matando, mandando matar ou deixando morrer) não interpela responsabilidades públicas nem sociais. Sua sobrevivência, preocupação exclusivamente social, circunscreve a precariedade do presente e a ausência de futuro; a vida é um eterno presente, uma condição na qual “torna-se permanente o processo de morrer” (Arendt, 1989). A exclusão social se caracteriza não só pela extrema privação material mas, principalmente, porque essa mesma privação “desqualifica” seu portador, no sentido de que lhe retira a qualidade de cidadão, de brasileiro (nacional), de sujeito e de ser humano, de portador de desejos, vontades e interesses legítimos que o identificam e o diferenciam. A exclusão social significa, então, o não encontrar nenhum lugar social, o não pertencimento a nenhum *topos* social, uma existência limitada à sobrevivência singular e diária. Mas, e ao mesmo tempo, o indivíduo mantém-se prisioneiro do próprio corpo. Não há (mais) um lugar social para ele, mas ele deve encontrar formas de suprir suas necessidades vitais e sobreviver sem suportes estáveis materiais e simbólicos. A ausência de lugar envolve a “anulação” social, uma diferença desumanizadora, que reveste seu cotidiano com um misto de indiferença e hostilidade. (SCOREL, 1999, p. 81; grifos e referências originais).

Além disso, a figura do “pária” (ARENDR, 1989) seria um exemplo de “excluído” que, posteriormente, me serviria como exemplo para uma aproximação com as temáticas relacionadas aos moradores de rua. Assim, essa concepção de que os moradores de rua são estritamente *excluídos* direcionou os principais argumentos do projeto que escrevi para o processo seletivo de mestrado, ainda em 2009, e que os meus prováveis “sujeitos de pesquisa” *estariam fora da sociedade*. Entretanto, queria pesquisar algo que não se resumisse estritamente a uma revisão teórica e que fosse passível de investigação empírica— foi nessa busca que comecei a me aproximar dos funcionários do CREAS-POP e dos moradores de rua atendidos em São Carlos.

O primeiro contato com moradores de rua foi em 1º de maio de 2010, quando acompanhei alguns usuários do CREAS e do Albergue Noturno num jogo de futsal entre eles e religiosos da Igreja Universal. O trajeto nesse dia incluiu a ida ao albergue para acompanhá-los no transporte de algumas pessoas. Também presenciei uma oração feita por

um pastor na sede dessa igreja antes de assistir ao referido jogo numa quadra poliesportiva¹². Nesse primeiro momento, estabeleci contato com Silva, um senhor de cinquenta e cinco anos, que se transformou no meu principal interlocutor durante o desenvolvimento da pesquisa¹³.

Nesse dia, muitas concepções que possuía sobre os moradores de rua de forma geral foram desconstruídas. Um exemplo disso foi o fato de que os “usuários” não se enquadravam nos estereótipos comumente associados às “pessoas de rua”, a partir da clássica figura urbana do *mendigo* (STOFFEL, 1977; NEVES, 1983; DI FLORA, 1987); não necessariamente estavam sujos e mal cheirosos¹⁴, não aparentavam estar alcoolizados, muito menos se apresentavam como uma ameaça. Silva me contou no caminho até a igreja que todos eles estavam muito ansiosos para jogar e que “nem saíram para beber”. Nesse contato inicial, o que talvez tenha sido o mais importante foi a tentativa desse senhor de se apresentar como uma pessoa que possuía outros atributos, ou seja, não era somente um morador de rua que trazia *estigmas* (GOFFMAN, 2008) dessa condição. Ao falar sobre o não consumo de bebidas alcoólicas e ao se colocar dentro do grupo das pessoas que não beberam, Silva queria enfatizar características pessoais que julgava importante demonstrar.

Após sairmos da sede da Igreja Universal, a conversa continuou dentro do meu carro. Silva comentou sobre a concepção socialmente difundida sobre os moradores de rua em geral, pois estes “são seres humanos também”, como me disse. Esse comentário referia-se à oração conduzida pelo pastor na igreja minutos antes e que, nitidamente, foi dirigida aos moradores de rua que estavam presentes. Naquele momento, o religioso se utilizou de seu histórico de ex-viciado em drogas e fez um discurso sobre a possibilidade de se sair de uma condição moralmente não aceitável – a de *amaldiçoado* – como ele dizia; a partir dos ensinamentos de Jesus Cristo e da Igreja, adaptando, assim, esse estigma para legitimar o que falava. Porém, nessa segunda conversa com Silva, não consegui compreender, pois esse senhor recusou a dedução, feita pelo pastor, de que todos os estavam presentes dentro da igreja eram *moradores de rua viciados em drogas*. Com o passar do tempo ficou clara a existência de uma diferenciação etária entre os usuários mais velhos que consomem álcool e os mais jovens que, além de consumirem álcool, geralmente se utilizam de outras drogas

¹² Ao todo foram catorze pessoas: cinco amigos e cientistas sociais, seis jogadores e mais três torcedores; divididos em três carros.

¹³ Sobre a utilização de “indivíduos-chave” que contribuem para o desenvolvimento da pesquisa, ver White (2005).

¹⁴ Sobre as possíveis “provocações corporais”, relacionadas às sensações olfativas oriundas de moradores de rua, ver Fragella (2004) e Cefai (2010).

ilícitas, com destaque ao *crack*. Neste último caso, como me foi relatado, o consumo de bebidas alcoólicas é justificado, em alguns momentos, como importante para aliviar possíveis abstinências pelo não uso dessa droga¹⁵.

Já na quadra poliesportiva, Silva me apresentou Dário, o “goleiro louco”, um dos jovens do time do albergue. O motivo de tal denominação se relacionava ao empenho do goleiro em exercer sua função; não media esforços em se jogar ao chão, sair do gol em disputas pela bola e não se intimidava com a possibilidade em levar boladas durante as partidas. Após algum tempo, ficou mais nítida a existência de relações de forças nesse grupo – Dário tinha algum destaque.

Uma parte dos que participaram do jogo começou a ser atendida no CREAS-POP e o Albergue Noturno após órgãos da Prefeitura intervirem em um barracão abandonado que se localizava numa conhecida avenida da cidade. Com a entrada deles no atendimento, houve alguns conflitos com funcionários, gestores e, inclusive, com outros moradores de rua que já eram atendidos nessas instituições. Entretanto, as implicações disso serão descritas somente no segundo capítulo deste texto.

Meu trabalho de campo teve início, de fato, em meados do mês de maio de 2010 no CREAS-POP. Para começar a frequentar essa instituição, o chefe do atendimento do CREAS-POP disse que eu deveria me apresentar aos usuários em uma “assembleia geral” (reunião realizada todas as segundas-feiras pela manhã), como parte de uma estratégia da equipe de funcionários para a participação dos moradores de rua atendidos em assuntos relativos ao cotidiano institucional¹⁶.

Em 17 de maio de 2010 fui ao CREAS me apresentar, portanto, em um desses encontros. Ao chegar nesse local, dirigi-me ao refeitório onde comumente eram realizadas essas reuniões – os usuários estavam sentados em círculo e duas funcionárias tentavam encaminhar a pauta. Após alguns desentendimentos e intromissões entre as falas tive a oportunidade de explicar a minha pesquisa e, em seguida, foi-me proposto ministrar

¹⁵ Vale destacar que os usuários denominados informalmente de “psicos”, ou seja, os que são diagnosticados com algum tipo de distúrbio mental costumam não ingerir bebidas alcoólicas ou eram constantemente vigiados, até mesmo por outros moradores de rua, para que não o façam quando devem ficar sob o efeito de remédios, por exemplo. Nestes casos, há a manifestação de uma *vigilância de si*, pautada em cuidados com o corpo (MARTINEZ, 2011). No segundo capítulo, voltarei a discutir algumas das implicações do consumo dessas substâncias.

¹⁶ Explicarei melhor essa atividade no primeiro capítulo.

“oficinas de cinema”¹⁷ que seriam realizadas às quintas-feiras após o almoço. Depois da “assembleia”, conversei com Silva sobre assuntos relacionados ao jogo de futsal realizado no começo daquele mês. Nessa ocasião, esse senhor me disse que não teria mais aqueles encontros, pois alguns jogadores haviam sido presos ou estavam *invernados no crack*, ou seja, estavam por aqueles dias consumindo muito essa droga, o que explicava o desmanche do time.

A minha primeira oficina foi realizada na mesma semana, no dia 20 de maio, numa experiência interessante, apesar de ter sido um pouco conturbada. Após chegar com o filme e cumprimentar muitas pessoas, tentei conversar com um grupo de usuários que via televisão em outra sala, para explicar o funcionamento da atividade que iria ministrar – nem me deram atenção. Ao instalar o aparelho de DVD, uma usuária percebeu que ainda havia outras pessoas assistindo televisão e dirigiu-s até eles em busca de alguma satisfação – uma das regras acordadas em “assembleia” era de que a televisão deveria ser desligada se estivesse no horário de uma oficina ou de alguma atividade extra. Houve gritos e ameaças de agressão física que só findaram quando o chefe do atendimento interveio. Algumas características desse episódio inicialmente passaram despercebidas, mas traziam traços muito marcantes. Ao se cobrar o cumprimento de regras a outros usuários, travam-se relações de poder amparadas nas regras institucionais que são utilizadas como forma de intimidação. Assim, por exemplo, alguns usuários acabam por assumir *funções* de cobrança por disciplina que eram feitas por funcionários. Ou seja, essa usuária tentava, naquele momento, acessar determinadas posições dentro de um campo de forças estabelecido dentro da instituição.

O filme escolhido nesse primeiro dia foi “Abril Despedaçado”. A trama retrata uma disputa entre duas famílias vizinhas por demarcações de terras no começo do século XX numa região do Nordeste que resultava em assassinatos do filho mais velho de cada família. Um após o outro, de forma intercalada, sendo essa uma prática que se sucedia por décadas. O clima na hora da atividade ficou tenso por causa das cenas tristes e violentas, o que fez com que eu ficasse constrangido com aquela situação – havia somente seis pessoas. Ao término do filme, os que estavam ali foram para o refeitório, onde seria servido o café da tarde e não houve uma conversa sobre o filme. Aliás, uma das propostas da oficina seria discutir com os “usuários” aspectos que despertassem algum tipo de interesse neles, pois,

¹⁷ Martinez (2011) pesquisou esse mesmo CREAS-POP e parte de seu trabalho de campo também se deu por meio de “oficinas de cinema”. Com isso, há semelhanças nos aspectos observados e descritos, principalmente com relação aos métodos empregados. Para uma comparação, ver “Oficina como etnografia” (p. 25-30).

de alguma forma, eu – enquanto pesquisador – segundo os funcionários, teria que contribuir para o atendimento prestado pela instituição. Nunca houve conversas sobre os conteúdos contidos nos filmes passados nas minhas oficinas, pelo menos não nos moldes que me foram sugeridos. Por um lado, isso se deve ao fato de que em poucas oportunidades os “usuários” demonstraram interesse em conversar sobre os filmes. Por outro, houve uma falta de *habilidade* de minha parte, por assim dizer, em conduzir tais discussões – a escolha dos filmes teve grande influência nesse processo.

Nos dias das oficinas, eu sempre passava numa locadora conceituada da cidade e locava os filmes. No início, como no caso descrito acima, escolhi histórias dramáticas ou com realidades que pressupõem fazerem parte da rotina daqueles que veriam – essa assertiva, porém, com o tempo, mostrou-se incoerente; em duas ocasiões me perguntaram: “o filme é de terror? Pois as nossas vidas são um terror”. Isso me causava comoção, o que fez com que me preocupasse com os enredos que seriam apresentados. Em paralelo a isso, houve situações que julguei embaraçosas. Quando, por exemplo, apareceram na tela cenas de discriminação ou de maus tratos a “mendigos”, sempre com estereótipos bem carregados e geralmente em filmes de comédia; entretanto, não percebi demonstrações de constrangimento por parte dos que assistiam.

Após as primeiras oficinas, comecei a diversificar os gêneros dos filmes, assim intercalava filmes nacionais, de ação, comédias, biográficos, entre outros. Houve algumas ocasiões em que o filme realmente não era bom, poderia ser o enredo, a falta de cenas empolgantes ou assuntos muito distantes da realidade dos que lá estavam. Enfim, não suscitava nenhum interesse nos que estavam na sala. Mas, mesmo assim, alguns ficavam. Nesses casos, permaneciam por camaradagem e para não me deixarem sozinho, o que causaria um desconforto, tanto para os que tinham mais proximidade comigo, quanto para os funcionários que poderiam chamar a atenção deles em respeito à minha oficina. Ainda em virtude dos filmes *ruins*, em alguns momentos, houve pedidos de filmes moralizantes, ou seja, com histórias de exemplos de vida; numa clara tentativa de diferenciação de quem fazia tais pedidos, pois os *outros* é que precisavam apreender determinados ensinamentos – o filme “A Paixão de Cristo”, dirigido por Mel Gibson, foi citado algumas vezes.

Durante as oficinas, pude presenciar algumas situações que apresentaram peculiaridades sobre a rotina daquele espaço. Em quase todos os filmes, os usuários se deitavam em colchonetes no chão e se cobriam em dias frios; alguns dormiam ou falavam muito durante os filmes – motivos de discussões entre eles, em alguns momentos. Em um desses encontros, um homem entrou na sala e começou a conversar em voz alta comigo e

me pediu dinheiro para comprar cigarro – ninguém fez nada para impedi-lo. Os usuários não costumavam “mangueiar” (pedir dinheiro) para funcionários ou para outras pessoas dentro da instituição, o que gerava repreensões entre eles próprios sobre tal atitude; apesar de, com o tempo, essa prática ter mudado um pouco: alguns não se incomodavam mais com esse *deslize*. Esse mesmo homem também quebrou um vidro de uma porta durante um filme, após um pedido para que ele saísse da frente da televisão – foi imediatamente retirado à força pelo guarda municipal.

Em outra ocasião, a assistente social entrou na sala e chamou um dos homens que estava assistindo ao filme. Em seguida, entrou outra mulher chorando e o abraçou. Naquele momento, a impressão era que a mulher tivesse encontrado algum familiar que estaria desaparecido. Porém, o chefe do atendimento me esclareceu, posteriormente, que essa mulher procurou o CREAS, pois ficou sabendo que um homem muito parecido com seu pai estava caído numa praça próxima pela manhã. Nesse caso, o senhor seria um exemplo de usuário que possuía familiares na cidade.

Apesar de quase sempre locar os filmes, houve alguns dias que os próprios usuários levaram filmes que compravam de ambulantes na rua, ou que buscavam na casa de familiares. Sobre isso, houve um episódio numa sexta-feira, ou seja, num dia em que não teria a minha oficina de cinema. Estava no refeitório conversando com a cozinheira, quando um usuário comentou que ganhava DVDs de mulheres na rua; no mesmo instante, foi questionado por outros homens que escutaram a conversa. Em seguida, para demonstrar que falava verdade, ele fez questão de mostrar uma caixinha com vários DVDs e todos nós cogitamos a possibilidade de se colocar um desses DVDs na sala em que eram realizadas as minhas atividades. Os funcionários permitiram a “oficina”. Fiquei como responsável e coloquei um show do grupo “Calcinha Preta”, escolhido pelo dono; este que se divertiu bastante, dançou, cantou e nós (talvez seis pessoas) demos muitas risadas. Após alguns dias, esse homem me cobrou outros momentos como aquele ao me questionar sobre o paradeiro do DVD *player*. Expliquei que o aparelho se encontrava no albergue noturno e que não teria como buscar naquele momento, mas se ele pedisse ao motorista da perua Kombi levá-lo ao CREAS, talvez isso pudesse ser resolvido; porém, ele se irritou e disse que não era a “função” dele fazer tal pedido.

Houve, também, outros momentos que julguei significativos durante as oficinas. Por exemplo: nas identificações dos usuários com o que aparecia na tela – representada por meio de risadas, gritos, comentários empolgados, tentativas de se acertar o que iria acontecer na cena seguinte e até mesmo numa salva de palmas ao final de um dos filmes

do diretor americano Quentin Tarantino. Sem contar os sorrisos tímidos de uma mulher que compareceu em quase todas as oficinas no primeiro ano da pesquisa. Das conversas com um ex-presidiário que se identificou imensamente com uma personagem do filme “Estômago” (que cozinhava na cela) – ele dizia também ser um ex-cozinheiro. E com respeito aos que saíram da sala quando apareceram cenas de rebeliões em presídios.

Desse modo, as oficinas foram os principais momentos dos trabalhos de campo, mas não os únicos. Sempre que eu ia ao CREAS, permanecia até os usuários voltarem para o albergue noturno por volta das 16h00. Houve semanas em que fui às duas instituições por dias seguidos, o que contribuiu para que presenciasse um encadeamento de situações que se estenderam por mais de um período ou mesmo por mais de um dia.

Após as oficinas, os usuários sempre se dirigiam ao refeitório onde era servido o lanche da tarde. Em diversas ocasiões, aceitei ao convite de *moradores da casa* e que eu poderia comer a vontade, pois já “estava tudo pago”. Nessas ocasiões, a cozinheira sempre tomava cuidado em me servir às bebidas em copos de vidro – os usuários eram servidos em copos de plásticos coloridos em que continha o nome de cada um deles escrito no fundo, na parte de fora – essa funcionária sempre recebia ajuda de pessoas presentes na distribuição dos alimentos.

Além disso, presenciei algumas situações que me permitiram pensar sobre algumas relações estabelecidas entre os usuários. Numa tarde, um homem reclamou para outros dois que estava sendo furtado por sua namorada, também usuária, e ouviu conselhos para que ele não ficasse alcoolizado: “se você bebe, não pensa direito, aí ela te rouba; tenta não ficar bêbado, você pensa melhor” [diário de campo do dia 02/09/2010]. Em outra ocasião, uma mulher me relatou chorando seu momento de solidão, pois se encontrava longe da família; o guarda municipal viu a cena e me perguntou se ela estava me incomodando. Houve uma cena que um homem foi agredido verbalmente por outros ao ser pego pelo guarda municipal consumindo bebidas alcoólicas dentro da instituição – estava há poucos dias no atendimento. Em uma conversa com um “trecheiro”, este me explicou como estava se utilizando da rede de albergues de algumas cidades da região para chegar ao seu destino final. Desse modo, nessas situações aparecem particularidades representadas pelos conselhos entre os próprios moradores de rua atendidos, desabafos e saudosismos, inocências em relação a determinadas regras ou até mesmo um conhecimento apurado sobre como transitar dentro dos espaços institucionais, utilizando-se da infraestrutura disponibilizada pelo poder público de várias cidades.

Com o passar do tempo, notei, principalmente por meio das oficinas, que os usuários estabeleciam vários tipos de relações: seja comigo, entre eles próprios, com funcionários do CREAS e, até mesmo, com funcionárias da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social (SMCAS). Assim, cada vez mais percebia que muitas atividades tinham a colaboração ou não dos usuários, inclusive as “oficinas de cinema” funcionavam assim. De um lado, o interesse pelos filmes era um dos fatores que atraía a simpatia de quem assistia; por outro, como queria estabelecer contato com eles, nunca cobre disciplina durante os filmes e procurei não induzir interações, pois somente ao “sentar-se ao lado de alguém que geralmente provoca repulsa e afastamento é uma maneira de iniciar uma conversa de igual para igual” (CEFAÏ, 2010) – essa frase resume bem como se deu a minha aproximação com os moradores de rua atendidos.

O trabalho de campo foi mais pautado em *observações participantes* (WHITE, 2005; WACQUANT, 2002) da rotina institucional do CREAS, mas realizados em menor escala no Albergue Noturno – inclusive transitei com os usuários em poucos momentos pelas ruas. Sempre procurei não registrar as notas na frente dos moradores de rua, apesar de não ter tido esse cuidado com funcionários, sendo que a maioria das anotações foi feita quando retornava para casa.

Após a constatação de que algumas situações ou assuntos eram recorrentes e que poderiam ser explorados na pesquisa, montei um roteiro para as entrevistas que foram gravadas, mas nem todas foram transcritas ou aproveitadas. Entrevistei apenas um morador de rua atendido, sete funcionários ou ex-funcionários do CREAS-POP e um funcionário do Albergue Noturno; além disso, utilizei-me da entrevista com Vanessa, a primeira assistente social do CREAS-POP, gentilmente cedida por Luciano Oliveira (2012), após a autorização da entrevistada. Quase todas as entrevistas foram realizadas nas duas instituições, com exceção das conversas com uma assistente social e com um guarda municipal realizadas em suas respectivas casas. Fiz pequenas alterações em alguns trechos para dar mais sentido ao que me diziam; com isso, retirei expressões e palavras repetidas, frases inacabadas e trechos subsequentes que desviavam o foco do argumento utilizado.

Além de tudo, com sucessivas idas a campo, as minhas análises começaram a se voltar aos vínculos e às relações de forças entre vários agentes e, conseqüentemente, o que se produzia a partir disso. Assim, passei a ter um distanciamento maior das concepções que caracterizavam os moradores de rua atendidos como “excluídos”, neste caso *sem vínculos familiares e sem vínculos comunitários* (PNAS, 2004; SUAS 2005).

Quando um termo pode designar muitos fenômenos, acaba por não caracterizar fenômeno algum. Para considerar exclusão social como uma categoria que possibilite compreender e analisar a pobreza urbana é preciso discutir esse conceito à luz de outros utilizados para nomear e estudar o fenômeno, perguntando-se até que ponto há alguma novidade no cenário da sociedade. Caso haja alguma inovação, haverá a exigência da utilização de novas e/ou diferenciadas categorias (ESCOREL, 1999, p. 23).

Os argumentos de Escorel foram fundamentais para que eu tivesse uma visão mais geral sobre moradores de rua, mas, também, possibilitou-me o questionamento sobre o próprio conceito de “exclusão social”. Nesse sentido, tento compreender como os usuários deixam essa condição de estritamente “excluídos” e passam a ser “incluídos” de outra forma, pois são frutos de gestão e de ações políticas¹⁸, mas que não devem ser apreendidos somente numa perspectiva binária. Ou seja, a inserção dessa *população*¹⁹ (FOUCAULT, 1999) se dá pela constituição de *dispositivos* que, além de definirem o que seria “morador de rua”, tentam regular suas ações dentro e fora das instituições de acolhimento; mas que geram múltiplos fatores, que envolvem diversos agentes e que, com isso, transformam e reconfiguram esse mecanismo – descrever e analisar esses pressupostos tem centralidade nesta dissertação.

Portanto, entrar em contato com os moradores de rua atendidos em São Carlos provocou muitas “desconstruções” sobre o que eu poderia encontrar a partir do “universo da rua”, em que não se devem incluir somente instituições de acolhimento pautadas em serviços de Assistência Social. Porém antes de adentrar-me em uma perspectiva ampliada dos temas que pretendo discutir, vou retomar alguns argumentos desenvolvidos em livros “clássicos” que trazem aspectos próximos ao que tive contato durante a realização da pesquisa.

1.4. Das primeiras análises sobre instituições assistenciais

De maneira geral, as questões relacionadas aos moradores de rua tomaram contornos mais nítidos no Brasil a partir da década de 1970, principalmente no contexto urbano da cidade de São Paulo, o que mostra que esse tema não era socialmente relevante

¹⁸*Gestão e política* neste texto estão relacionados a atuação do poder público local representado por instituições e profissionais da Prefeitura Municipal.

¹⁹Este conceito será explicado mais à frente no tópico: “Problematização, Hipótese e Articulação conceitual”.

até então (FRANGELLA, 2004; BARROS, 2004). Nesse período, destacavam-se as análises sobre a crescente industrialização e pobreza urbana em grandes cidades que são relacionadas aos processos de *migração* e de criação de *marginalidade*²⁰.

Os primeiros trabalhos apreendiam os moradores de rua pela figura urbana do *mendigo* (STOFFELS, 1977; NEVES, 1983; DI FLORA, 1987) – representação que possui um caráter estigmatizado e que caracterizava as pessoas que estavam desvinculadas do mercado de trabalho, numa dualidade analítica que se voltava aos trabalhadores e aos “vagabundos”²¹, ou melhor, pessoas que conseguiam manter-se economicamente por meio de um emprego e os desempregados. Nesse contexto, os mendigos paulistanos eram basicamente “os trabalhadores que não deram certo” (STOFFELS, 1977). Como uma das consequências desse processo, a *rua* passaria, então, a ser um local alternativo para a sobrevivência para essas pessoas.

Desse modo, Stoffels (1977) iniciou os estudos das instituições assistenciais que atuariam na transformação da vida dos que se encontravam nessa condição²². Entretanto, as funções dessas instituições já começaram a ser questionadas por não surtir efeitos imediatos nas demandas sociais a que se propunham resolver.

Nesse sentido, o artigo de Neves (1983) relaciona mais especificamente ao *não trabalho* com a prática da mendicância. Ao argumentar sobre a ausência do trabalho e da consequente perda da fonte de renda, a autora afirma que a mendicância se tornaria uma alternativa de sobrevivência para as pessoas que estariam temporariamente fora da esfera

²⁰ No que se refere à *marginalidade*, esta estaria ligada a uma concepção sobre a *falta de*, com destaque à necessidade de consumo e de trabalho (PEREIRA, 1978; BERLINK, 1977). As questões vinculadas ao mundo do trabalho (GIORGETTI, 2006) seriam amplamente utilizadas para análises sobre pobreza no país. Com relação à perspectiva relacionada à *migração*, a cidade de São Paulo teve influência nesse processo (CAMARGO, 1975). A partir disso, a metrópole paulistana passou a atrair muitos migrantes que procuravam trabalho durante a década de 1970 (CUNHA, 1997). Desse modo, o processo de urbanização seria analisado a partir da influência da migração e sua consequente integração das pessoas que chegavam de outras localidades (DURHAM, 1973).

²¹ Para uma descrição histórica das mudanças de significados da denominação *vagabundo*, ver: Frangella (2004).

²² “A figura do mendigo reproduz, dentro da delimitação da ordem, a consciência da integração. A instituição não se limita, porém, a esclarecer o desvio, mas cria um processo de institucionalização do mesmo. Além de torná-lo um ser à parte, que receberá tratamento especial, contribui para institucionalizar a prática da mendicância, ao criar no indivíduo a necessidade de amparo assistencial, e de dependência do órgão portador da legitimidade e, assim, de uma boa consciência coletiva” (p.107).

do trabalho formal. Neves discute a funcionalidade do que chamou de “centros de mendicância”²³.

Di Flora (1987) segue essas discussões tendo como base as relações entre o projeto (como é pensado o atendimento) e as práticas apreendidas no cotidiano de um albergue de orientação religiosa no interior do estado de São Paulo²⁴. Assim, há uma preocupação em se analisar as práticas que não são facilmente apreendidas e que não condizem com o que inicialmente é proposto pelo atendimento²⁵.

Esses primeiros estudos contribuíram para as análises do *processo de institucionalização* dos moradores de rua atendidos em São Carlos. Além disso, vale destacar que, atualmente, as causas que levam a pessoa a “morar na rua” não devem ser compreendidas somente por um viés relacionado ao “mundo do trabalho”, pois há uma heterogeneidade de trajetórias que impede uma tentativa de se traçar perfis estanques somente sobre esse aspecto.

No final dos anos 1980, começa a desaparecer dos trabalhos acadêmicos a denominação *mendigo* para as pessoas que viviam nas ruas²⁶. Muito disso se deve ao fato do contingente de moradores de rua na cidade de São Paulo ter aumentado consideravelmente no período, o que favoreceu a visibilidade desses personagens urbanos²⁷.

O livro organizado por Vieira (et al, 1992) se insere nessa transição. Resultado de uma pesquisa censitária realizada pela prefeitura de São Paulo, no governo de Luiza Erundina (1989-1992), trouxe contribuições significativas à bibliografia específica sobre

²³ “Essas instituições nada mais fazem ou podem alcançar do que reproduzir as mesmas condições que, vividas pelos trabalhadores, levaram-nos a se valer da mendicância. Passam, elas também, a enfrentar as mesmas dificuldades, tornando-se assim igualmente impotentes para superá-las. Nesses termos, elas mesmas, como reconhecem os ‘mendigos’, se tornam ‘centros de mendicância’” (p. 34; grifos originais).

²⁴ “A proposta inicial [do livro] consiste em viabilizar um trabalho de reconceituação destas instituições e de sua metodologia assistencial. A manutenção da mesma consistiria em atingir objetivos latentes: são criadas para purgar, decantar, recolher em seus muros a miséria do mundo. Suas portas servem para separar e demarcar: fora, a vida normal do trabalho; dentro, o patológico” (p.18).

²⁵ “No interior dos centros de mendicância, no entanto, tudo contribui para manter viva a identidade a qual se pretende que abandone em favor de outra que representa a sua negação. Em outros termos, percebe-se que há uma contradição entre a estrutura de plausibilidade oferecida pelos centros (rotinas de atendimento) e os objetivos de transformação da realidade subjetiva do mendigo” (p. 53).

²⁶ “Foi justamente durante os anos 1980 que presenciamos o esforço de agentes pastorais e sociais no sentido de configurar uma questão pública/política em torno dos moradores de rua, até então entendidos como mendigos e vagabundos, objetos do assistencialismo privado – ou estatal – e da coerção” (BARROS, 2004, p. 48).

²⁷ “De uma forma geral, começam a se evidenciar na mídia movimentações que caracterizam o universo do morador de rua: o aumento desta população, sua pauperização socioeconômica e a sucessão de rupturas que o leva àquela direção; os mecanismos disciplinares e controladores de Estado que agem coercitivamente sobre ele; o apoio de entidades em torno de sua vulnerabilidade; e, por fim, os depoimentos e histórias de vida de “gente da rua”” (FRANGELLA, 2004, p. 72-73).

moradores de rua em geral. A própria classificação por elas utilizada de “população de rua” já se tornaria um grande avanço para os trabalhos posteriores, pois tiraria uma carga negativa das denominações utilizadas até então e sinalizaria para algo que não poderia mais passar despercebido²⁸.

Nesse livro é descrito processos de construção das primeiras instituições e redes de atendimento (FRANGELLA, 2004; BARROS, 2004; DE LUCCA 2007), destacando-se a estruturação de determinados mecanismos de atendimento pautados principalmente em albergues noturnos, casas de convivência e restaurantes populares. Vale acrescentar que foi por iniciativa de instituições religiosas, destacando-se a OAF²⁹, que as preocupações em torno das problemáticas em torno dos moradores de rua tiveram início na capital paulista³⁰.

O trabalho de Vieira (*et al*) inova ao mostrar que a maioria da *população de rua* não é necessariamente composta por migrantes³¹, que compactuam desse modo de vida há algum tempo e que podem possuir algum tipo de vínculo trabalhista. Apesar de aparecer em trabalhos anteriores, as análises da experiência de vida nas ruas ganham destaque, com as possíveis incorporações de hábitos e códigos que moradores de rua adquirem como outras referências de vida que não se pautam necessariamente em trabalho formal, moradia regular e em relações familiares; com modos de sobrevivência e de convivência que subvertem determinados padrões sociais. Nesse sentido,

cortando cada vez mais seus vínculos, o indivíduo vai socializando-se no mundo da rua. Quanto maior o tempo na rua, maior dificuldade de restabelecer os laços anteriores: obter um trabalho, alugar um cômodo, procurar parentes. Sua aparência vai mudando: as roupas, o andar lento faz com que seja identificado socialmente como um homem de rua. Dessa forma, ele cria uma relação de dependência cada vez mais forte com o mundo da rua (VIEIRA et al, 1992, p. 99).

Ao enfatizar que um período prolongado de permanência dos moradores de rua nessas condições é fundamental para um enraizamento nesse modo de vida, as autoras

²⁸ Nesse primeiro levantamento realizado em 1991 foram contabilizadas 3.392 pessoas que estariam vivendo nas ruas na cidade de São Paulo.

²⁹ A Organização Auxílio Fraternal é uma Instituição Não Governamental que se baseia em trabalhos missionários da Igreja Católica, apesar de não possuir vínculo jurídico com esta. Iniciou os trabalhos com os “abandonados”, priorizando meninos e meninas de rua e mulheres, desde a década de 1950; possui sedes em outras cidades, como por exemplo: Belo Horizonte, Recife e Salvador. Em 1978, passou a se dedicar à população adulta moradora de rua. Para uma melhor caracterização ver: Frangella (2004) e Barros (2004).

³⁰ “A pesquisa [de Vieira et al] mostra que a maioria desta população é constituída por homens que já estão há algum tempo em São Paulo: ao contrário do que se pensava, não são migrantes recém-chegados. Também mostra que esta população sem residência fixa possui uma trajetória de trabalho, apesar de ser uma trajetória profissional segmentada e, muitas vezes, precária” (DE LUCCA, 2007, p. 92).

³¹ O eixo ou o foco da migração foi tratado por Oliveira (2000) e Araújo (2000). Em Oliveira (2012), é possível encontrar uma discussão sobre esse processo no interior do estado de São Paulo, como possíveis ressignificações dessa prática, a partir da figura do “trecheiro” (itinerante).

trouxeram elementos para a compreensão de como eles podem se afastar dos modos de vida mais comuns. Essa *perspectiva temporal* é significativa para analisar a atuação dos profissionais ou das próprias instituições na vida dos moradores de rua atendidos, por exemplo.

Os trabalhos descritos até aqui nesta seção foram realizados num período – no caso, entre as décadas de 1970 e 1990 – caracterizado pela inexistência de diretrizes nacionais para os serviços a serem prestados aos moradores de rua. A retomada de determinados argumentos contidos nesses estudos tem por intenção que eles sirvam de elementos comparativos ao contexto pesquisado, levando-se em consideração a centralidade de um CREAS-POP na rede de atendimento, ou seja, uma instituição que se pauta em normativas de Assistência Social. A seguir, descrevo alguns processos que favoreceram a construção de propostas *universalistas* da Assistência Social voltadas aos que *vivem/são/ficam* (VIEIRA, et al, 1992) nas ruas brasileiras.

1.5. Das Normativas Nacionais de Assistência Social e a população em situação de rua

Nas duas últimas décadas, surgiram pesquisas que abarcaram outros aspectos relacionados aos moradores de rua, tendo como cenários ainda grandes centros urbanos³². Houve também a consolidação de trabalhos, que enfatizam a *desvinculação* e *desqualificação social* (ROSA, 2005) relacionadas ao processo de *desfiliação social*, que deram margem para o surgimento da categoria “população em situação de rua”³³. Esta denominação que é oriunda de estudos realizados pelo Serviço Social, sendo que a sua formulação é influenciada pelas obras de Robert Castel (1998) e Paugam (2003).

Com isso, é sobre o surgimento da denominação *população em situação de rua* que me dedico nesta parte. Para tanto, se faz necessário descrever algumas transformações a

³² Dentre os trabalhos mais recentes se destacam os assuntos relacionados as *causas de estar na rua* (BURSZTYN, 2000a; ESCOREL, 1999; ROSA, 2005; VARANDA, 2003) e aos estudos *históricos* com destaque para Rosa (2005), Domingues Jr (2003) e Barros (2004) e os que lidam com *massacres* de moradores de rua (DE LUCCA, 2008; SILVA, 2008). Há os estudos que analisam a entrada na rua a partir de *histórias de rupturas*, percursos de sucessivas *perdas* e *trajetórias de exclusão* Nasser (2001) e Escorel (1999). Por fim, há também os trabalhos que analisam o processo com ênfase em *migração* Brognoli (1996), Magni (2006), Martinez (2011) e Oliveira (2012).

³³ Apesar de ser uma “expressão politicamente correta para designar este contingente populacional, como a querer indicar que um dia não mais estarão ou não serão *de rua*. Mas algo parece falso nesta tentativa” (BARROS, 2004, p. 16 e 17).

partir da Constituição Federal de 1988 que possibilitou a estruturação da Assistência Social em âmbito nacional³⁴.

Um marco desse processo foi a formulação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993. A seguir apresento alguns artigos contidos nessa lei:

Capítulo I

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir às necessidades básicas.

Ela significa garantir a todos que dela necessitam, e sem contribuição prévia a provisão dessa proteção. Essa perspectiva significaria apontar quem, quantos, quais e onde estão os brasileiros de mandatários de serviços e atenções de assistência social.

Capítulo II

Art. 4º A assistência social rege-se pelos seguintes princípios

III – respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade.

A partir da Assistência Social instaurou-se no país um campo da seguridade pautado em direitos sociais. Nesse sentido, procurou-se alterar arranjos que até então eram descentralizados e controlados localmente, visando também combater práticas assistencialistas que vigoravam até aquele momento (IVO, *idem*), em que os programas eram criados e administrados por cada município (ARRETCHE, 2000). Nesse sentido, a LOAS iniciou um processo que visava fortalecer as políticas sociais e abria a possibilidade de ampliação dos serviços e das relações entre governo federal, municípios e outras entidades sociais (ARRETCHE, *idem*).

Na década seguinte, como continuação desse processo, foram restabelecidas as diretrizes para a atuação da Assistência Social, principalmente pelas modificações propostas na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004 e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de 2005, que abarcariam principalmente aqueles setores da sociedade brasileira, tradicionalmente tidos como invisíveis ou excluídos das estatísticas: população em situação de rua, adolescentes em conflito com a lei, indígenas, quilombolas, idosos, pessoas com deficiência (PNAS, 2004, p. 9, 10). É partir disso que a *população de rua* começa a ser definida e incluída em programas de Assistência Social³⁵.

³⁴ Houve também a consolidação dos serviços de saúde e previdência que formaria o tripé da Seguridade Social. Com isso, surge a noção de direitos social como condição da cidadania (Ivo, 2008).

³⁵ Sobre outros tipos de manifestações que começaram a reivindicar atenção aos moradores de rua e à sua consequente inclusão em determinadas políticas sociais, relacionados, por exemplo, aos catadores de material reciclável, com o surgimento do Movimento Nacional da População em Situação de rua, manifestações

Com a PNAS (2004), a Assistência Social foi dividida em dois níveis a proteção social: básico e especial. A *proteção básica* tem por objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Volta-se para a população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços público, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos (PNAS, 2004, p.33). Tem como plataforma de atuação o CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) que atua em contexto comunitário para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear partindo dos seus membros; constitui-se como referência moral, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediador das relações dos seus membros com outras instituições e com o Estado (idem, p. 35).

A *proteção especial* difere da básica por tratar de violações dos direitos dos indivíduos por ela atingidos. “A exclusão social é um processo que pode levar ao acirramento da desigualdade e da pobreza e, enquanto tal, apresentar-se heterogênea no tempo e no espaço” (idem). Tem como plataforma de atuação os CREAS e volta-se para crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, migrantes, idosos abandonados e pessoas afetadas por variáveis da exclusão social que requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas. O CREAS estaria dentro da Proteção Social Especial de Média Complexidade que visa “a orientação e o convívio sócio familiar e comunitário. Difere-se da proteção básica por se tratar de um atendimento dirigido às situações de violação de direitos” (idem, p. 38).

Somente após esses processos, portanto, que se reconheceu a *população em situação de rua* no âmbito do Sistema Unificado de Assistência Social (SUAS). De acordo com a PNAS (2004),

no caso da proteção social especial, à população em situação de rua serão priorizados os serviços que possibilitem a organização de um novo projeto de vida, visando criar condições para adquirirem referências na sociedade brasileira, enquanto sujeitos de direitos (p.37).

A Lei nº 11.258 de 2005 que incluiu no parágrafo único do Artigo 23 da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS a prerrogativa de que, na organização dos serviços

contra massacres de moradores de rua, relações com o MST, entre outras, ver: Barros (2004); De Lucca (2007) e Ferro (2011).

da Assistência Social, deverão ser criados programas destinados aos moradores de rua. Com o decreto s/nº, de 25 de outubro de 2006 – instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), com a finalidade de elaborar e apresentar estudos e propostas de políticas públicas para a inclusão social da *população em situação de rua*³⁶.

1.6. Campo de Problematização, Hipótese e Articulação conceitual

Mesmo com todos esses processos que culminaram no surgimento da denominação *população em situação de rua*, ainda os “moradores de rua” são difíceis de ser classificados (BARROS, 2004; DE LUCCA, 2007; MARTINEZ, 2011; OLIVEIRA, 2012). Além disso, os próprios moradores de rua atendidos não se utilizam dessa nomenclatura, como observado nos momentos em que estive entre eles. Contudo, ainda, utilizo, nesta dissertação, a denominação “usuário” e “usuária” para caracterizar os moradores de rua atendidos.

A partir disso, é importante explicar também que não são somente *usuários* do atendimento que serão analisados, mas, também, vários outros agentes (funcionários das instituições, gestores, guardas municipais, etc.), discursos, normativas, práticas e saberes apreendidos, necessariamente, pelas *relações* que estabelecem entre si. Tendo como base o que descrevi até o momento, seria importante retomar alguns temas ou eixos analíticos para que, em seguida, possa explicar as articulações teóricas que nortearam o desenvolvimento da pesquisa.

Como descrito anteriormente, a minha aproximação com os moradores de rua em São Carlos se deu por trabalho de campo dentro de uma instituição de acolhimento. No caso, o CREAS-POP. Desse modo, as percepções do cotidiano foram as minhas primeiras preocupações, pois era do meu interesse verificar como se desenvolviam os serviços prestados que seguem orientações das normativas de Assistência Social.

³⁶ Nesse sentido, de acordo com o Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional para a *população em situação de rua* definida como um grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares fragilizados ou rompidos e a inexistência de moradia convencional regular. Essa população se caracteriza, ainda, pela utilização de logradouros públicos (praças, jardins, canteiros, marquises, viadutos) e áreas degradadas (prédios abandonados, ruínas, carcaças de veículos) como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como unidades de serviços de acolhimento para pernoite temporário ou moradia provisória.

Após alguns meses, retomei a leitura dos primeiros trabalhos que datavam a quase três décadas deste atual contexto. Ao entrar em contato com argumentos que descreviam a dependência e criação de um público alvo, que se mantém por um período prolongado no atendimento, comecei a perceber que havia procedimentos e aspectos semelhantes aos que estava observando. Assim, o *tempo* seria um fator primordial para a construção de conexões entre variados elementos da gestão de moradores de rua.

Apesar de ter utilizado referências bibliográficas produzidas principalmente em cidades maiores, foram essenciais os diálogos que tive com pesquisadores que estudaram temáticas relacionadas aos moradores de rua, a partir do contexto da cidade de São Carlos (BARBOSA, 2007; MARTINEZ, 2011; OLIVEIRA, 2012)³⁷. Nesse sentido, trazer particularidades que se manifestam em cidades menores tornou-se uma das propostas a serem desenvolvidas; entretanto, não seria possível separar problemáticas que se pautam somente pelo tamanho do município.

Para esta dissertação, utilizo-me de descrições e análises que englobam inúmeros processos que podem estar em constantes mutações e que são, estritamente, situados. Longe de tentar produzir algo *totalizante*, procuro trazer assuntos e eixos analíticos que envolvem a gestão dos moradores de rua e algumas das implicações relativas a diversos agentes que compõem esse mecanismo aqui descrito.

1.6.1. O dispositivo de assistência social e as relações de poder: a gestão de uma população

Partindo da premissa de que a gestão dos moradores de rua no município se dá de maneira multidimensional, apresento nesta dissertação determinadas peculiaridades apreendidas a partir de relações entre funcionários, usuários e gestores. Desse modo, parto primeiramente do cotidiano institucional e, a partir disso, amplio a compreensão de

³⁷ Aline Barbosa, Mariana Martinez e Luciano Oliveira também são pesquisadores do NaMargem – Núcleo de Pesquisas Urbanas. Esse grupo tem como tema de pesquisa os circuitos sociais de grupos urbanos considerados “marginais” na cidade contemporânea, como jovens de periferia, moradores de rua, usuários de drogas, traficantes, criminosos e prostitutas. Rompendo com o senso comum e as abordagens que costumam figurá-los como “excluídos” da vida social, pretende-se verificar que relações esses sujeitos “marginais” estabelecem entre si e com outras instâncias sociais e políticas mais amplas, como a família, o mercado de trabalho, as igrejas, as políticas sociais, o “mundo do crime” e o Estado. Mais informações em: <http://www.ufscar.br/namargem/>

processos que envolvem o poder público e algumas conexões que são estabelecidas com a cidade em si.

A hipótese que dá uma direção mais clara para os meus argumentos é a de que a rede de atendimento voltada aos moradores de rua não provoca, necessariamente, melhorias nas condições de vida dos atendidos, tal como preconizam as normativas e os programas de atendimento. Assim há um descompasso significativo entre as propostas e os resultados, sobretudo no que se refere à saída da *situação de rua*.

As questões relacionadas aos moradores de rua são complexas e de difícil apreensão; por isso, procuro não me ater às possíveis transgressões dos moradores de rua, nem tento representar os “usuários”. Para que tal proposta pudesse ser desenvolvida, utilizei-me de constructos analíticos formulados por Michel Foucault principalmente sobre *relações de poder* que criam e influenciam diretamente o *dispositivo* de assistência social.

Foucault, no conjunto de sua obra, procurou entrelaçar diversos temas. Nessa tentativa que não se limitou a um campo disciplinar específico, esse autor se debruçou sobre as formas de conhecimento, relações de poder e modos de subjetivação que seriam localizados e situados historicamente, que nunca estariam para além da história e dos jogos sociais. Com isso, Foucault não se utilizava de concepções de caráter universal que produziriam verdades e abstrações determinadas ou determinantes no que se propõem. Tudo seria formulado ou reformulado dentro de um campo social, apreendido a partir de *relações de poder* manifestadas num determinado contexto.

Sem formular uma teoria universal aplicável a diferentes objetos, sem atribuir uma natureza *essencializada* ou *universalizante*, Foucault se afasta de uma concepção unitária em suas análises sobre o *poder* que não se constitui, então, como coisa; mas que assume a configuração de um conjunto de relações díspares, heterogêneas que estão em constante transformação. É uma prática social e, como tal, constituída historicamente, não manifestada ou oriunda necessariamente do Estado (MACHADO, 1979; DUARTE, 2008). Os efeitos do poder são sempre situados, parciais e se manifestam em uma determinada localidade a partir das disposições e distribuições de técnicas e táticas, no momento em que estão em movimento, provocando *uma ação sobre ações* (FOUCAULT, 2010).

Desse modo, o caráter relacional das manifestações de poder é uma das suas principais particularidades, pois “não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistências que representam, nas relações de poder, o papel de

adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite apreensão. Esses pontos de resistências estão presentes em toda a rede de poder” (FOUCAULT, 1984). A partir da leitura de Deleuze, talvez um dos interlocutores mais próximos de Foucault, “o poder não é essencialmente repressivo (já que incita, suscita, produz); ele se exerce antes de se possuir; passa pelos dominantes tanto quanto pelos dominados” (DELEUZE, 2005).

A partir desse quadro conceitual, seria interessante enfatizar as minhas intenções ao utilizar essa concepção de diagrama de forças que se mostra um pouco abstrato. Nos primeiros seis meses de pesquisa, principalmente a partir das nas minhas oficinas de cinema, percebi que se constituíam vínculos entre os usuários e funcionários do CREAS-POP. Após essa constatação de que os vínculos entre eles poderiam influenciar no atendimento, foi possível que, ainda de maneira muito preliminar, eu começasse a perceber que isso poderia ser compreendido a partir de uma *perspectiva relacional*.

Na etapa de sistematização do material coletado, os argumentos de Foucault sobre *poder* pareceu-me uma ferramenta analítica (DELEUZE, 2005) que poderia proporcionar interpretações de vários processos direcionados para um âmbito ampliado da gestão dos moradores de rua do município, principalmente relacionada ao conceito de *dispositivo*. Este, que pode ser caracterizado por um conjunto de práticas discursivas e não discursivas que produzem uma *rede de inteligibilidade* (RABINOW; DEYFUS, 2010) de determinadas práticas sociais ocorridas no contexto pesquisado.

A seguir, apresento um trecho de uma entrevista em que Foucault explica esse conceito de *dispositivo* que, é:

em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.

Em segundo lugar, gostaria de demarcar a natureza da relação que pode existir entre esses elementos heterogêneos. Sendo assim, tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes.

Em terceiro lugar, entendo dispositivo como um tipo de formação que, em determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante [...] (p. 244, 1999).

O *dispositivo* seria uma rede articulada que possui uma gênese histórica desenvolvida a partir de um conjunto de práticas conectadas pelas relações de poder, num determinado espaço e tempo. Assim, esse mecanismo surge de uma necessidade histórica em que se destacariam múltiplos agenciamentos em torno de uma temática específica.

Nos *dispositivos* há atuação de inúmeros saberes e poderes que se transformam e não se opõe ao que é produto ou produzido, em que operam diversas ações, em variadas escalas dispersas dentro dessa rede, com muitos elementos heterogêneos configurando-se num jogo tático; “pois cada efeito, positivo ou negativo, desejado ou não, estabelece uma relação de ressonância ou de contradição com os outros, e exige uma rearticulação, um reajustamento dos elementos heterogêneos que surgem dispersamente” (ibid., p. 245). Nesse sentido,

este preenchimento articulatório diz respeito a uma causa primeira, seu preenchimento é sempre estratégico, resultado de infinitas ações que vão acomodando-se umas sobre as outras e estabelecendo entre si correlações de forças e apoios recíprocos (DE LUCCA, p.24, 2007).

Esse mecanismo se caracteriza pela junção de cada um dos objetos, instituições, regras ou qualquer tipo de prática conectada a um contexto particular, mas que tem um tempo diferenciado em relação ao contexto que o proporcionou. Os seus elementos não aparecem necessariamente uns após os outros, eles se arranjam espacial e temporariamente por meio de jogos de ação e reação, com apropriações e deslocamentos, com avanços ou recuos. A produção desses objetos é pautada nas conexões em que se apoiam e que são travadas por processos sempre singulares e que produzem efeitos variados.

O conceito *dispositivo*, portanto, é constituído de uma grade de práticas concretas cujas relações apresentam racionalidades e inteligibilidades imanentes que se tornam um mecanismo de gerenciamento da *população em situação de rua* (DE LUCCA, 2007). Além disso, a concepção de *população* desenvolvida por Foucault, também contribuiu para as minhas análises.

Para Foucault, o surgimento da população seria um dos fenômenos mais importantes da modernidade ocidental que contribuiria para a libertação da arte de governar, observado na passagem do século XVIII para o século XIX. Seguindo essa

concepção, a humanidade seria abarcada como espécie biológica, a partir de uma tecnologia de poder chamada *governamentalidade*, caracterizada como um:

“conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, as análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma de governo bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política, e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança” (p. 143, 1999.)

“A população aparece, portanto, mais como fim e instrumento do governo que como força do soberano; a população aparece como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como sujeito nas mãos do governo; como consciente, frente ao governo, daquilo que ela quer e inconsciente em relação àquilo que se quer que ela faça” (p. 289, 1979).

Desse modo, a população seria criada para ser gerida, contabilizada e otimizada, como corpo que trabalha, produz e vive. E que se torna uma questão de administração do poder público por conta da exigência de procedimentos assumidos por discursos e saberes específicos. A partir disso, minha intenção é empreender esforços para trazer à tona aspectos da gestão da *população de rua* em São Carlos.

2. CAPÍTULO 1

De fora para dentro: a transformação de moradores de rua em “usuários”, enunciados e particularidades da rede de atendimento

Este capítulo está dividido em três partes: na primeira, descrevo a rede de atendimento desde sua constituição, quando somente o albergue noturno prestava atendimento aos moradores de rua que chegavam à cidade, que se reconfigurou com a criação do CREAS-POP em 2008. Na segunda parte, descrevo o processo de transformação dos moradores de rua em “usuários”.

Por último, apresento duas das atividades que foram desenvolvidas com os usuários no CREAS-POP no período da pesquisa, como parte do atendimento prestado, como as implicações de uma campanha desenvolvida pela Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social. Nesse sentido, a intenção principal é descrever e analisar processos que se relacionam ao *âmbito de atendimento*; não se resumindo a esse.

2.1. A construção da Rede de Atendimento em São Carlos

Para começar a descrever a rede de atendimento, vou utilizar argumentos contidos na dissertação de Oliveira (2012) em que o autor discute o que chamou de *dispositivos de circulação e dispositivos de fixação* dos moradores de rua no interior paulista.

Em São Carlos, os serviços prestados aos moradores de rua começaram pelo SOS Albergue Noturno Santa Isabel fundado na década de 1960. Desde então, esse local atende principalmente aos *migrantes*³⁸. No final dos anos 1980, a Prefeitura Municipal passou a financiar essa instituição que estava ameaçada de interromper suas atividades e foi vinculada ao então chamado Departamento de Promoção Social. Os serviços se resumiam a três pernoites e distribuição de passagens ferroviárias e, posteriormente rodoviárias, para os moradores de rua que chegavam à cidade. Essa prática durou até o final dos anos 1990. Porém, as passagens eram distribuídas para uma mesma pessoa somente a cada há seis meses. Dentre as pessoas atendidas, destacavam-se as que possuíam algum tipo de dependência ao álcool.

³⁸ Nesse caso, sendo representados pelos “trecheiros”. Di Flora (1987) traz a primeira definição de “trecheiro [que] se caracteriza como alguém que não tem residência fixa, mobiliza-se constantemente, de cidade em cidade, em regra escolhendo aquelas onde passa encontrar recursos assistenciais; reproduz-se frequentemente através de esmola e do assistencialismo” (p. 95-96).

Todos esses processos, rapidamente descritos, caracterizariam o que Oliveira (2012) denominou de *dispositivo de circulação* dos moradores de rua, pautado em uma perspectiva de *migração e desemprego* durante os anos 1980 e 1990. Sendo assim, o atendimento prestado pelo albergue noturno resumia-se ao acolhimento por três dias e à distribuição de passagens para outros locais, com destaque às cidades próximas: Araraquara, Itirapina e Rio Claro. Assim, a “rede de proteção” tinha como principal característica diminuir a presença *trecheiros/itinerantes/migrantes* na cidade, por meio desses processos que os colocavam *em circulação*.

A partir do que foi descrito, até meados dos anos 2000, a rede de atendimento em São Carlos só contava com o albergue noturno para atender aos moradores de rua que chegavam ou que já se encontravam no município. Esse quadro mudaria com o CREAS.

2.1.1. A criação do CREAS-POP

Em 2006, começou-se o atendimento aos moradores de rua locais. O que impulsionou esse processo foi o fato de que nos anos de 2004 e 2005 terem ocorrido algumas mortes de pessoas que viviam nas ruas, o que contribuiu para que a Secretaria de Assistência Social do município estruturasse minimamente um atendimento a essas pessoas após reivindicações populares. Segundo Oliveira (2012), duas assistentes sociais foram escolhidas para realizar uma aproximação com instituições religiosas, e também com os funcionários do albergue noturno, visando à criação de vínculos com os moradores de rua. Essas profissionais regularizavam documentos dos que se encontravam nas ruas, faziam encaminhamentos para tratamento de saúde e distribuíam passagens para as pessoas que não eram do município.

Após algum tempo, as profissionais envolvidas perceberam uma clivagem entre os moradores de rua, sendo que uma parte era constituída *trecheiros/itinerantes* e a outra era de moradores de rua *da cidade*. Em 2007, houve a primeira contagem e análise de 93 prontuários³⁹.

Como continuação desse processo, houve a necessidade de uma instituição que prestasse atendimentos diurnos e que complementasse os serviços realizados até então, somente pelo albergue noturno. A partir disso, foi a junção de três fatores que possibilitou

³⁹ Dentre as pessoas contabilizadas, destacaram-se a quantidade de 79 homens e 14 mulheres, em que 25 haviam nascido em São Carlos e 57 possuíam familiares na cidade (idem).

a construção do CREAS-POP no município, sendo eles: as inovações da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004, o aumento considerável dos moradores de rua na cidade e crescente necessidade em se atender os moradores de rua durante o dia.

O CREAS-POP foi inaugurado em julho de 2008. Após pouco tempo de funcionamento, essa instituição, que se localizava próximo à rodoviária, foi transferida para uma região central, na mesma rua da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social (SMCAS). No início de 2010, houve uma segunda análise do perfil dos 65 moradores de rua atendidos de forma continuada; apenas oito não eram naturais ou não tinham familiares residindo na cidade. A partir disso, priorizou-se o critério para o público alvo que teria um atendimento continuado pelo CREAS, pautado na premissa de que teriam que possuir *vínculos com familiares e vínculos comunitários*⁴⁰. Os *trecheiros/itinerantes* continuaram recebendo passagens para outras localidades e poderiam permanecer durante três noites no albergue, como uma forma de atendimento disponível para eles. Em decorrência desse processo, houve um maior controle dos *trecheiros/itinerantes* no que diz respeito à permanência na cidade e um aumento das vagas para os moradores de rua locais, estes que contabilizavam cerca de cem usuários entre os anos de 2010 e 2012.

Desse modo, estabeleceu-se uma mudança significativa na gestão dos moradores de rua em São Carlos com a implementação do CREAS-POP, em comparação com o que se tinha nas décadas de 1980 e 1990. Pois a partir de meados dos anos 2000, consolidou-se a figura do *morador de rua de São Carlos*, como parte de um *dispositivo de fixação* (OLIVEIRA, 2012). Nesse sentido, em seguida vou me ater aos processos que criamos “usuários” da rede de atendimento no município.

2.1. Transformando moradores de rua em “usuários”

Num primeiro momento, descrevo como se dá o processo de transformação dos moradores de rua em “usuários” da rede de atendimento. Para tanto, utilizo-me de trechos

⁴⁰ As pessoas com o perfil para serem atendidas no CREAS eram:

- 1) pessoas de ambos os sexos com idade entre 18 e 60 anos que se encontram em situação de risco pessoal e social e que utilizam a rua como moradia;
- 2) pessoa natural de São Carlos ou proveniente de outra cidade que esteja no mínimo há 06 meses contínuos em situação de rua na cidade, vivendo e dormindo em logradouros públicos, casas abandonadas ou no Albergue Noturno (CREAS. Proposta de Trabalho e Regimento Interno).

de entrevistas com funcionários e descrições de situações ocorridas no CREAS, como da metodologia de trabalho criada pelos próprios funcionários dividida em três eixos: *acolhimento*, *acompanhamento* e *desligamento* (CREAS. Proposta de Trabalho e Regimento Interno).

2.2.1. Das normativas internas do CREAS-POP

O *acolhimento* está dividido em dois processos: *abordagem de rua* – caracterizada pela saída das Educadoras Sociais para uma criação de vínculos com um(a) possível atendido(a) pelo CREAS, através de observação que será utilizada na construção de um planejamento junto à pessoa; e *demandas espontâneas* – que consiste em cadastro inicial e posterior planejamento adequado da equipe técnica para o(a) provável atendido(a).

O *acompanhamento* do(a) usuário(a) começa com a abertura de prontuário e com atualizações do atendimento já realizado pela instituição. Aqui inclui a atuação de todo o quadro técnico de funcionários a partir de reuniões para direcionamentos do trabalho a ser prestado à pessoa que será atendida.

O *desligamento* parte de acordo comum com o(a) usuário(a), tendo em vista a subjetividade e a construção de novos projetos individuais de vida para uma progressiva desvinculação do serviço. A unidade, então, vai atuar nas redes informais (familiares e comunitárias) em caráter provisório não prevendo a institucionalização, mas sim a (re) significação do sujeito. Pretende propiciar a realização do processo de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, garantir direitos sociais, a regulamentação de documentação pessoal, inclusão em programas e/ou benefícios assistenciais, inserção no mercado de trabalho e atendimento na rede intersetorial que a assista em sua totalidade, proporcionando o resgate da autoestima e a autonomia. Nesse sentido, o impacto social esperado da instituição se pautaria pela redução dos riscos sociais, acesso às políticas municipais, redução e proteção dos danos provocados pela situação de rua e redução da presença de pessoas em situação de rua (CREAS, Proposta de Trabalho, p. 7).

Nesta seção, utilizo trajetórias de uma educadora social e de uma assistente social que se voltam para esses processos de atendimento pautados no que foi descrito acima e, conseqüentemente, o que se produz a partir disso.

2.2.2. Acolhimento e Acompanhamento

Como consta na metodologia de trabalho do CREAS-POP, o início do atendimento geralmente é feito pelas educadoras sociais que saem ao encontro de possíveis moradores

de rua que receberão os serviços disponíveis⁴¹. A partir disso, o que se prioriza é a criação de vínculos entre esse profissional e o morador de rua que será atendido.

A seguir, para caracterizar essa aproximação inicial com os prováveis “usuários”, apresento a trajetória de Soraia, uma das educadoras sociais do CREAS e as funções por ela exercidas:

Eu sou formada em ecologia pela UNESP. Desde o primeiro ano [de graduação], já me envolvi com a parte de educação ambiental. Sempre fui mais das [ciências] humanas assim, das [ciências] biológicas. Aí trabalhei em assentamento em um projeto de extensão. Quando terminei a graduação fui trabalhar em Poços de Caldas como Educadora Ambiental, saí da lá e vim para São Carlos; e soube que tinha grupo de estudos aqui sobre educação e consumo, que tinha interesse na época. Vim e fui ficando... Trabalhei na incubadora na economia solidária e fui construindo a trajetória na educação popular; até que abriu o concurso da Prefeitura e percebi que tinha tudo a ver com o que estava fazendo, e com o que gostava de fazer, de estudar. Prestei o concurso... Passou um tempo, fui chamada e cheguei ao CREAS população de rua. Então, estou aqui há um ano e meio já, comecei a trabalhar em janeiro de 2010.

Soraia possuía uma postura mais militante sobre a condição dos moradores de rua, em comparação aos outros funcionários da equipe técnica da qual participava. Essa visão de “fora”, ou que se pauta em pré-conceitos que possam constituir o “universo da rua”, pode gerar angústias em profissionais que se deparam com empecilhos que não condizem com o que eles esperavam encontrar na realização do atendimento.

Nesse sentido, mais especificamente a respeito de suas primeiras impressões sobre o ambiente de trabalho no CREAS, ela continua:

Como educadora social de rua que, na descrição da função, fica responsável pela abordagem de rua; mas a gente⁴² acaba desenvolvendo mais que só a abordagem, [de] simplesmente ir ao lugar [e falar]: “Oi fulano, como você se chama? O que você está precisando? Tem o CREAS aqui, Centro de Referência, etc. e tal”. A gente acaba se envolvendo em todos os âmbitos do serviço, mas focando na educação social de rua mesmo. [...] Quando cheguei aqui, eu tinha muito a sensação de que – e às vezes ainda tenho – o educador é visto como uma pessoa que não tem técnica, tanto é que no regimento do CREAS ele pode ter Ensino Médio, não precisa ter curso superior. E eu me via muito na margem da equipe técnica; isso foi mudando por causa da postura que a gente vai trazendo. Mas no começo, eu sentia que não era da equipe técnica, tudo que se relacionava ao atendimento técnico, o educador não estava incluído.

⁴¹ Havia outras formas de aproximação com os moradores de rua. Dependendo do caso, os funcionários do albergue noturno faziam encaminhamentos ao CREAS. E também havia pessoas que se dirigiam por conta própria diretamente à instituição.

⁴² A expressão *a gente* vai aparecer várias vezes nos trechos de entrevistas e refere-se à equipe de profissionais técnicos da instituição.

Na fala de Soraia fica nítida a sua frustração no período em que começou a trabalhar no CREAS-POP, pois naquele momento ela concluiu que a educadora social é vista com menos importância perante os outros profissionais. Principalmente pela escolarização requerida no edital do concurso que seleciona os candidatos para esse cargo. Porém, algumas dificuldades diminuíram com o passar do tempo.

A escolha pela trajetória de Soraia se relaciona ao fato dela representar parte dos profissionais que vão trabalhar no CREAS-POP, em que se observa um grande empenho em provocar mudanças na vida dos moradores de rua atendidos. Nesse sentido, para diminuir o tempo de permanência dos usuários no atendimento, presenciei vários tipos de cobranças feitas aos usuários para que eles não se acomodassem e participassem das atividades referentes à etapa *acompanhamento*, já que muitos não se interessavam pelas atividades propostas.

Martinez (2011), que também pesquisou essa instituição, caracteriza essas relações dos funcionários e usuários da seguinte forma:

O compromisso com o atendimento é algo que gera muitas controvérsias entre usuários e equipe profissional. A principal cobrança gira em torno da participação nas oficinas, sendo que o compromisso com as atividades é cobrado pelos profissionais e pelos próprios usuários. O *comprometimento* com as atividades educativas parece operar, segundo os profissionais, como um medidor dos engajamentos dos usuários para o cumprimento de um projeto de ressocialização que, neste caso, aparece como a finalidade última dos serviços prestados. Esta primeira concepção de *comprometimento* diz respeito às expectativas da equipe profissional aos seus usuários. No entanto, para os usuários, é construída outra concepção de *comprometimento* que diz respeito ao grau de esforços pessoais empreendido pelo usuário na participação das atividades [...] Sendo assim, o grau de compromisso é acompanhado (e cobrado) por todos os usuários do CREAS. Há uma vigilância constante entre os usuários que gira em torno do compromisso de modo que os próprios frequentadores acabam coagindo os menos descompromissados, também chamados de *acomodados*. A categoria *acomodado* aparece como uma modalidade contrastiva, cuja denúncia e identificação é sempre o Outro. Portanto, os *acomodados* são aqueles que são julgados pelo menor grau de *comprometimento* com o atendimento, são aqueles que “só vêm aqui para comer, para beber, para descansar” (p. 134-135, grifos originais).

Com isso, as cobranças por participação se tornam ferramentas discursivas utilizadas tanto por funcionários, quanto por parte dos usuários. Desse modo, elas voltam-se aos *outros* e podem ser usadas como justificativa para suas ações que não condigam com o que se é esperado, principalmente no que se refere às oficinas socioculturais desenvolvidas na instituição. Soraia continua:

Tem muito isso aqui, acomodação, e a gente tenta ‘driblar’ isso. Nem sempre a gente consegue porque é muita gente, uma equipe pequena, é muito corrido o dia a dia. Às vezes, a gente esquece um pouco a pessoa ali e é culpa nossa mesmo, do sistema, do serviço. Por exemplo, estou com uma pessoa para atender desde a semana passada, não consegui até agora conversar; ela está acomodadinha ali, entendeu? Se continuar [assim], ela vai se acomodar nessa situação de ficar aqui no CREAS, só se alimentando e tudo mais. Acho que precisa ter um retorno nosso também, esse acompanhamento constante, permanente tem que ter. E, às vezes, por causa da estrutura, poucos profissionais para noventa e tantas pessoas. Mas há acomodação sim.

A educadora social acrescenta à possível falta de comprometimento dos usuários a necessidade de uma atuação *mais presente* dos profissionais. Assim, segundo ela, essa atitude se faz necessária para que não haja *acomodações*. Entretanto, permanecer “acomodado” é uma condição esperada e cabe aos funcionários, então, fazer com que os usuários sejam motivados a participar do que é proposto. Isso se aproxima do que a assistente social relatou sobre as reuniões semanais realizadas pela equipe de funcionários, nas quais eram discutidos os casos individualmente⁴³:

A gente sempre criticava: “fulano vem, só fica ai, deita, dorme e não faz nada”. O Leandro [chefe do atendimento] tinha uma fala meio de defesa, não defesa de acomodação; mas ele falava assim: “é melhor que uma pessoa fique aqui, se alimente, durma, do que fique na rua, expulso”. (...) Cada um [dos funcionários] pensava uma coisa com relação a isso. Não definimos nada disso.

Havia muita crítica mesmo dos usuários: “ah, mais a gente tem que vir na oficina, mas fulano não vem por quê?”. (...) Um que eles criticavam muito era o ‘seu’ Irineu, eles falavam que o ‘seu’ Irineu era o “pardalzinho”, que o ‘seu’ Irineu estava acomodado no Albergue, acomodado no CREAS⁴⁴. Mas o ‘seu’ Irineu participava do que interessava para ele. (...) Sabe? Então, a gente começava a fazer essa relação: “mas ele não participa de nada?”. Ele participava do que interessa para ele. (...) Talvez as coisas não interessassem para alguns, então, eles não iam, eles ficavam dormindo. [Telma]

A partir dos trechos supracitados, destaca-se a predisposição das funcionárias em incidir nos corpos dos usuários, mas que pode esbarrar na vontade das próprias pessoas atendidas. Desse modo, há relações de forças que influenciam nesse processo de vinculação dos moradores de rua ao atendimento, não sendo um campo de força unidirecional conduzido somente pelos profissionais, como defendido pela assistente social

⁴³ Essas reuniões eram feitas pela equipe técnica para traçar metas ou discutir a situação dos usuários.

⁴⁴ Esse senhor numa conversa me disse que é atendido pelo Albergue Noturno há mais de 12 anos sendo, assim, um “pardal”. Esta é uma denominação utilizada pelos próprios moradores de rua para as pessoas que se estabelecem por muito tempo em uma cidade, sendo oposto ao “trecheiro” que transita entre “trechos”, ou cidades. Para essa diferenciação ver: Di Flora (1987), Brognoli (1996), Frangella (2004), Martinez (2011) e Oliveira (2012).

nesta frase: “a gente desvincula ele da rua e vincula na gente. Aí a gente institucionaliza ele [*sic*], tenso!” [Telma].

Nesse sentido, esses aspectos relacionados ao empenho dos profissionais em atender os moradores de rua poderiam ser interpretados dentro de uma perspectiva do trabalho do *care*⁴⁵. O que proponho, então, seria analisar as atitudes dessas funcionárias do CREAS com relação aos moradores de rua atendidos – ou seja, pessoas que precisam de algum tipo de ajuda (CEFAÏ, 2010; HIRATA e GUIMARÃES, 2012; MOLINIER, 2012).

A partir do que propõe Molinier (2012), há alguns aspectos principais do *care* em que são divididos em cinco dimensões de cuidado: como *gentleness*, como *know-how* discreto, como trabalho sujo, como trabalho inestimável e como narrativa política⁴⁶. É sobre o que essa autora argumenta a respeito de *trabalho estimável* que analiso as posturas dessas profissionais.

Analisando-se a trajetória de Soraia, particularmente, fica nítida a valorização que ela atribui, ao enfatizar as atividades que desenvolvia. Pois o que seria dos usuários do CREAS-POP sem a atuação dela? Nesse caso, o que se destaca é o fato do “reconhecimento do trabalho, por seu valor estruturante da saúde mental, deve incidir sobre *um trabalho que tenha sentido e um valor para a pessoa que o realiza*. O valor do trabalho – no sentido ético do termo, não no sentido utilitarista – não é conferido de fora para dentro, por outrem” (MOLINIER, p. 36, 2012; grifos originais). A frustração inicial de Soraia, que não se sentia parte da equipe técnica de profissionais do CREAS, é significativa⁴⁷. Portanto, as intenções das funcionárias do CREAS-POP podem ser apreendidas sob uma perspectiva do trabalho de cuidado.

⁴⁵ *Work care* ou *trabalho de cuidado* são expressões que estão ganhando destaque em âmbito mundial para designar uma atividade profissional dedicada ao cuidado domiciliar das pessoas idosas, das crianças, dos deficientes e dos doentes, geralmente realizado por mulheres e, que possuam, ainda, como uma característica, dificuldades em se inserir essa atividade no mercado de trabalho, como assalariadas. Nesse sentido, de maneira geral, “cuidado, solicitude, atenção ao outro, todas essas palavras ou expressões são traduções aproximadas do termo inglês *care*. O *care* é dificilmente traduzível porque é polissêmico. Cuidar do outro, preocupar-se, estar atento às necessidades, todos esses diferentes significados, relacionados tanto à atitude quanto à ação, estão presentes na definição do *care*. Este, ademais, pode ser considerado simultaneamente enquanto prática e enquanto atitude, ou disposição moral” (HIRATA; GUIMARÃES, p. 1, 2012)

⁴⁶ Essa autora se baseia na ideia de indissociabilidade analítica entre a ética do *care* e o *care* enquanto trabalho, sendo que prefere utilizar o termo em inglês, pois ao traduzir para o francês *soin* (cuidado) que possui forte conotação terapêutica e curativa, o que não condiz com a multiplicidade de sentidos do *care* (HIRATA, H; GUIMARÃES, N. A. *ibid*).

⁴⁷ “Mesmo que não seja decisivo no sentido de nossas vidas, mesmo que não seja condição para o sentido do que fazemos, o reconhecimento no trabalho é, entretanto, crucial, na medida em que necessitamos que o valor que lhe atribuímos seja compreendido e respeitado para conservar, ou, mais precisamente, para melhorar as

2.2.3. Desligamento e o retorno às famílias

A seguir apresento a trajetória da assistente social e outros aspectos que contribuem nesse processo de transformação dos moradores de rua em “usuários”.

Entrei na prefeitura de São Carlos e fui pro NAI, que é o Núcleo de Atendimento Integrado para adolescentes infratores⁴⁸. Fiquei lá alguns meses, não chegou a completar um ano. A gente se negou, eu e outra assistente social que estava lá, a fazer algumas ações que o ex-diretor de lá estava mandando a gente fazer. Nisso a gente sofreu assédio moral. Chamamos o conselho de classe que nos orientou a mantermos a nossa conduta. Porém, não sabemos como que a história chegou até a Secretaria [Municipal de Cidadania e Assistência Social] e a nossa chefe falou que iria transferir a gente. Por comentários de terceiros, a gente escutou que, por castigo, a gente iria para alguns lugares, sendo eu para [o CREAS que] atendia mulheres vítimas de violência e minha amiga para [o CREAS] população de rua. Então, a gente sofreu nosso castigo, né? Depois essa minha amiga que estava na população de rua e a outra assistente social saíram de lá, e [no CREAS-POP] ficou vago. Aí tive que ficar nos dois locais. Depois de uns dois meses, pedi para fica só no [CREAS] população de rua. [Telma]

Diferentemente de Soraia, Telma já tinha experiência profissional quando foi direcionada para o CREAS-POP. A assistente social começa seus atendimentos após a aproximação e triagem geralmente feita pela educadora social. Assim, essa profissional insere os usuários nos programas sociais, desempenha funções burocráticas de encaminhamento para outras instituições e atua principalmente na retomada dos vínculos com seus familiares. Telma relata o seguinte sobre as funções desempenhadas por ela:

As entrevistas que a gente fazia era mesmo para conhecer todo o histórico [do usuário], a relação dele com a rua, e tentar construir com ele outras possibilidades na qualidade de vida dele; possível ida pra um tratamento de drogas... Era fazer os atendimentos focando nos direitos dele, documentação,

condições de sua realização. Inversamente, sermos reconhecidos por um trabalho que desprezamos ou que desperte pouca estima, pode se revelar perigoso para a saúde mental [de quem o realiza]. No nível interpessoal, é a admiração e o respeito recíprocos que selam a dimensão ética do reconhecimento” (idem).

⁴⁸ “O NAI cumpre o artigo 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que prevê a integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial ao adolescente que cometeu algum tipo de ato infracional. O trabalho é desenvolvido pela Prefeitura em parceria com o Juizado da Infância e Juventude e o Salesianos São Carlos. No NAI todos os adolescentes recebem igual tratamento, desde aqueles que se envolveram em uma simples briga na escola até os que cometeram delitos mais graves. O procedimento é ágil, específico para as necessidades dos jovens e envolve a família, que também recebe o atendimento de diversos profissionais. Uma das principais características do sistema é a prevenção, que consiste em intervir para não deixar que o adolescente continue avançando na prática de delitos. A filosofia do núcleo é olhar para o contexto em que vive o adolescente, não só para o crime praticado”. Para maiores detalhes, acessar o site: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/prefeitura/utilidade-publica/nucleo-de-atendimento-integrado-nai.html>

para buscar compreender o histórico de vida e trabalhar com as famílias; intervir com as famílias, conhecer o outro lado da história e a possibilidade de um possível retorno, ou pelo menos uma aproximação maior com a família. [...] Então, quando a gente vai conhecer essa história, eles já tiveram tudo que a gente tem; tiveram casa, tiveram família, filhos, tudo! Emprego, muitos deles [tinham], empregos bons; eram pessoas estabilizadas. Os fatores que mais fazem acontecer a ruptura dos vínculos é a questão da dependência de álcool ou de drogas. Alguns deles mais idosos é perda de uma pessoa muito querida da família, mas sempre tem a questão do alcoolismo em algum momento, sempre – acho que 99% [dos casos]. Poucos não têm. Ivete não tinha. Kátia não tinha, mas o pai dela era alcoólatra e violentava ela [sic] e a mãe, entendeu? Tem sempre a questão relacionada à dependência e a violência. Então, tudo isso vai gerando inúmeros conflitos dentro da casa que a pessoa saiu. ‘Seu’ Pimentel tinha emprego, tinha tudo, mas era uma pessoa dependente de álcool que atingia todos da família, decidiu por abandonar ‘a vida dele’ e ir para rua. Então, assim, aí entra na questão da opção também pela rua: “eu largo tudo e vou para rua”. Têm uns que optam, têm outros que não sabem ainda o que tão fazendo. [...] Então, com relação à família, a gente conhece todo esse contexto e tenta identificar as possibilidades de um convívio, de uma aproximação. Pouquíssimos, acho que não vi nenhum caso que “vem assim, e volta”. Então, é muito difícil o retorno porque aconteceram muitas coisas naquela casa. E como você vai obrigar aquela pessoa aceitar [de volta o usuário], sendo que [a família] não quer mais nenhuma responsabilidade com ele, que ele já é adulto e que já é maduro suficiente para decidir a vida dele? E essas pessoas têm que voltar para casa das famílias, como? [Telma]

Nesse caso, Telma enfatiza uma das diretrizes que orientam os serviços preconizados pela Assistência Social: a de *reatar os vínculos familiares* das pessoas que se encontram em *situação de rua*. Porém, há casos em que os usuários mantêm vínculos com as suas famílias e muitas dessas residem na cidade, sendo uma das particularidades encontradas nesse contexto.

O relato da assistente social traz dois aspectos encontrados no perfil dos usuários atendidos pelo CREAS-POP. Segundo ela, dependência a alguma substância e o ambiente familiar violento são os principais desafios para que o atendimento possa ser realizado nos moldes propostos – em que se destacam algumas carências materiais ou aspectos relacionados ao âmbito privado e afetivo dos usuários. Além disso, Telma também traz outras dimensões que contribuiriam para a permanência dos usuários no atendimento, no que se refere ao suprimento de carências materiais por outros serviços disponibilizados pela Assistência Social.

A gente sempre falava do desligamento, mas como que a gente vai desligar [do atendimento] uma pessoa, sendo que a gente não tem casa para oferecer, não tem trabalho para oferecer. Então, como que a gente fala de autonomia? (...) Porque a gente tirou da rua, mas a gente ofereceu um lugar para eles dormirem, almoço, jantar, oferecemos tudo. Então, como que a gente vai falar de autonomia sendo que a gente não tem outra coisa para oferecer [depois]? Na minha visão, a gente só vai falar dessa autonomia, dessa “desinstitucionalização”, quando as outras

políticas se fizerem presentes. A política de saúde mais ativa, habitação, trabalho e renda. [...] O posterior a gente vai deixando a desejar, sabe? O acompanhamento e o desligamento; e as condições para ele que não acontece. Aí entra no que eu te falei, a falta de outras políticas.

Soraia tem uma opinião semelhante:

Quando uma pessoa chega e fala: “nossa, eu quero sair dessa situação, não quero mais, cansei dessa vida”. O que nós temos que fazer? Vamos listar, primeira coisa: é documento? Beleza! Vamos tirar o documento, o Poupatempo⁴⁹ está aí. Agora, precisa conseguir um emprego, começa o obstáculo. A gente não tem uma articulação com nenhum lugar, nenhuma empresa privada, nenhum setor da prefeitura que lida com trabalho e emprego que possa viabilizar isso com mais rapidez, não temos.

Encaminhar os usuários para outras instituições seria uma das funcionalidades do CREAS-POP. Porém, essas funcionárias relataram que havia uma falta de articulação da Prefeitura Municipal, como dificuldades em reatar os vínculos familiares de alguns usuários (justamente por causa das possíveis relações conflituosas que podem se estabelecer nos ambientes familiares). Sendo assim, nessa perspectiva, a articulação com outras instituições poderia contribuir para a resolução de problemas dessa ordem.

A partir desses relatos de duas funcionárias do CREAS-POP, pode-se ampliar o foco analítico para um distanciamento da visão estrita de funcionários que atuam nessa instituição. O que procurei até o momento, neste capítulo, foi trazer opiniões e descrições de pessoas que conviviam todos os dias com os moradores de rua atendidos. Essas visões de *dentro* foram importantes para que eu pudesse observar outras esferas desse *dispositivo* de assistência social.

Segundo essas profissionais, o CREAS supre carências materiais e necessidades biológicas de seus usuários. De certa forma, porém, por não transferi-los para outras instituições, elas não conseguiam incluí-los em outros benefícios ou programas, o que não seria suficiente para proporcionar “autonomia” com relação aos serviços de assistência social. Em outras palavras, o destino dos moradores de rua que foram atendidos não deve ser entendido estritamente nessa perspectiva institucional pautada apenas na atuação do

⁴⁹ “O Poupatempo é um projeto do governo do Estado de São Paulo que oferece em um mesmo espaço diversos serviços de utilidade pública, agilizando o atendimento e descomplicando o funcionamento de órgãos do Estado. Os serviços mais populares do programa são a emissão de RG, de atestado de antecedentes criminais, da carteira de trabalho e da carteira de habilitação”. Para maiores detalhes, ver: <http://www.guiadedireitos.org/>

CREAS-POP. Os próprios relatos dessas profissionais possibilitam que isso possa ser apreendido de outra maneira.

Se chegarem a ser desligados do CREAS e do albergue noturno, os ex-usuários não ganhariam a tão esperada *liberdade* do atendimento, pois ao *saírem* dessas instituições de acolhimento, eles provavelmente se vincularão a outros serviços. Portanto, eles não seriam “desligados”, mas, muito provavelmente, continuariam dependentes de outros serviços assistenciais ou mesmo de Assistência Social do Município.

2.2.4. Da oferta à adaptação e a dependência dos serviços de Assistência Social

A parte de chegar é super fácil, a parte de sair é muito complicada. Isso aqui é como se fosse um labirinto sem saída, imagino aquele ‘labirintão’ sem saída que nem naquele filme: “O Labirinto do Fauno”. É isso, acho que a gente institucionaliza sim, bem forte. [Soraia]

Certamente, os processos que levam os moradores de rua até os serviços prestados pelo CREAS são realizados mais facilmente. Além disso, o *processo de institucionalização dos usuários*, ou seja, a permanência prolongada no atendimento apresenta-se como uma característica central desse mecanismo. Prática comumente combatida pelos profissionais. No entanto, esse empenho dos funcionários, geralmente esbarra em empecilhos de ordem burocrática e, em muitos casos, na própria vontade daqueles que são atendidos em se manter nessa *condição de morador de rua*.

O ato de permanecer por algum tempo recebendo atendimento nas instituições de acolhimento está previsto para que os usuários passem *de uma condição para outra*; porém, quando há ofertas assistenciais, há adaptações a elas (CASTEL, 1998). Desse modo, os usuários se beneficiam do que é disponibilizado e tende a contribuir para a própria permanência deles numa *situação de rua*, pois a estrutura favorece a perpetuação desse modo de vida, caracterizando justamente o oposto do que se projeta como objetivo final. “Assim, podemos ver como uma política social busca encontrar ‘portas de saídas’ para a situação de rua, parece estar tornando-se, também, uma ‘porta de entrada’ para essa situação” (DE LUCCA, p. 223, 2007).

Nesse sentido, esse “labirinto” pode ser pensado como um conjunto de instituições, práticas, discursos e resistências caracterizando não somente pelo fato dos moradores de

rua “se perderem”, mas também pelos muitos lugares por onde possam transitar. Então, abrem-se possibilidades e interpretações por parte dos atendidos que podem ser usadas para favorecer o usufruto desses serviços, mas que, geralmente, se conflitam com as posturas e esforços de profissionais. Se a *autonomia* dos usuários for pensada em relação à instituição, em oposição, há uma *heteronomia* dos serviços proporcionados pela Assistência Social, pois “por um lado, dá-se mais segurança às pessoas e, por outro, aumenta-se sua dependência” (FOUCAULT, p. 127, 2004).

A partir disso, pode-se questionar o atendimento disponibilizado aos moradores de rua locais. De outro modo, como as funcionárias relataram, a própria *não* participação dos usuários nas atividades propostas faz com que haja uma atuação dos serviços em outras esferas da vida dos beneficiados. Nesse caso, somente a permanência dentro das instituições seria um tipo específico de atendimento, mas que incidiria em aspectos biológicos, dentro de uma lógica de redução de danos, em que se *faz viver* (FOUCAULT, 2008) os moradores de rua atendidos.

Nesse sentido, o CREAS-POP pode ter um caráter assistencial, apesar de alguns profissionais terem rechaçado tal possibilidade. Ou seja, nos âmbitos normativo e prescritivo, há uma gama de enunciados que descrevem os que precisam dos *mínimos sociais*. O que, necessariamente, não condiz com as práticas desenvolvidas no cotidiano institucional – aspectos que devem ser considerados.

Até o momento, a minha intenção é demonstrar que a estrutura montada não provoca necessariamente uma mudança de vida nas pessoas que usufruem dos serviços, como previsto pelas normativas do atendimento, pois, ao se tornarem “usuários”, os moradores de rua atendidos ainda tendem a manter determinados modos de vida. Nesse caso, o *processo de institucionalização* é uma característica indissociável desse mecanismo, justamente por toda essa engrenagem *aprisionar* os moradores de rua, o que torna esse processo de “autonomia” não muito previsível.

2.3. Atividades de *dentro*: as dinâmicas e a funcionalidade de duas atividades desenvolvidas no CREAS-POP

Além dos atendimentos individuais prestados pelos funcionários técnicos aos “usuários” do CREAS – com destaque as áreas de Psicologia, Terapia Ocupacional, Educação Social de rua e Serviço Social – essa instituição desenvolvia outras atividades, com destaque as “assembléias gerais” e “oficinas socioculturais”, como extensão dos serviços oferecidos a alguns moradores de rua da cidade.

2.3.1. Assembléias gerais

As assembléias gerais eram atividades nas quais os funcionários e usuários discutiam o cotidiano institucional. “Era de segunda-feira pela manhã e de certa forma criava uma disciplina de comportamento aqui dentro” [Ivone, cozinheira]. Porém, há inúmeros aspectos que se ressaltam nesses momentos que vão além de uma perspectiva que se volta somente à disciplina no CREAS-POP. Sobre essas reuniões, a assistente social descreve:

A assembléia, na realidade, eu sabia que existia, a outra assistente social e educadora [social] faziam. Era um momento de colocar as regras, falar sobre funcionamento [da instituição] com eles: “como tem que ser o convívio coletivo?”. E era um momento que estávamos sempre: “como que está o CREAS?”. A gente passou por uma fase lá, como elas já tinham construído com eles algumas regras, direitos e deveres, eu retomei tudo isso: “olha o que vocês construíram, vamos rever”. Então, a gente foi remodelando o que já havia, construindo junto com eles o regimento do local, tudo assim. Mas eram coisas que já eram discutidas com a Vanessa, e eu fui dando continuidade nisso. Eu sempre tive a preocupação em dar continuidade ao que já existia, não querer revolucionar. Então, eu sempre perguntava: “o que era feito? Então vamos continuar” [Telma]

Assim, a assistente social enuncia o que se esperava no convívio coletivo dentro da instituição. A própria participação dos usuários na construção do regimento interno seria uma forma de motivá-los a participar de assuntos que dizem respeito a todos que transitavam naquele local. Porém, os funcionários tinham de conduzir ativamente essas reuniões, pois nem todos se sentiam a vontade para falar nesses momentos.

Poucos opinavam. Tinha o grupo dos que mais falavam e não deixavam os demais se manifestarem. Então, a gente tinha que ir controlando, tentando fazer com que esses ficassem mais calados, para gente dar a voz mais aos outros.

Quando certo grupinho não estava, os outros falavam, sabe? A gente percebia que [algumas pessoas] coagiam [os mais quietos]. Então, tinha que direcionar a fala para eles. A Ivete pouco falava nas assembléias, era muito difícil; era muito interessante as atividades de grupo com ela. Então, a gente fazia uma atividade e observava a Ivete, parecia que ela estava viajando; às vezes cochilando. Aí: “Ivete, e você?”. E ela falava e com toda a coerência o que era proposto. Então, a gente se surpreendia muito com ela, mas tinha que estimular a fala dela. [Telma]

Ivete era uma “usuária psico”, uma das denominações informais utilizadas para pessoas diagnosticadas com distúrbios mentais⁵⁰. Quando as funcionárias estimulavam Ivete a falar em determinadas ocasiões, ela acabava se comportando como uma pessoa “normal”. Mas o que chama a atenção na descrição acima é a aparente participação dos usuários nessa atividade – eles não tinham “voz”, a não ser a partir de estímulos *controlados* pelas funcionárias que direcionavam as “assembléias”⁵¹.

Outro motivo que contribuía para que nem todos falassem era a própria divisão de forças estabelecida dentro do grupo dos “usuários”. No caso dos “psicos”, eles eram *desprezados*, o que diminuía a possibilidade de se tornarem mais participativos nesses encontros em que se estabeleciam regras para todos. Contudo, isso pode ser compreendido não somente a partir dessas reuniões, mas também quando essas pessoas estavam distribuídas pela instituição – sempre ficavam mais quietas e sozinhas. Assim, os usuários diagnosticados com distúrbios mentais eram “mais institucionalizados”, pois quase não transitam pelas ruas e, como observado em alguns casos, a instituição é a única referência na vida deles.

Nas assembléias ressaltavam-se possíveis práticas e “lógicas de rua”. A *luta* pela “palavra” nesses momentos seria um reflexo do “mundo da rua” em que o individualismo pode se apresentar como uma característica intrínseca de autoproteção ou de imposição.

⁵⁰ Telma me relatou os primeiros contatos que teve com essa usuária: “A Ivete, ela está hoje totalmente... Ela está estável. Mas quem a conheceu, ela é da época da Vanessa (assistente social anterior), de 2006... e [a partir da atuação de] uma enfermeira que eu pude conversar com ela. A Ivete agredia... era super agressiva. Ela vivia embaixo de um viaduto, ninguém chegava perto dela. Então, foi aos poucos, criando vínculo, conseguindo medicá-la aos poucos, que conseguiram essa aproximação com ela”.

⁵¹ Cefai (2010), ao analisar interações entre agentes sociais e enfermeiras que atendem moradores de rua que se encontram em situação de emergência em Paris, traz um relato sobre um episódio que envolveu um caso “psico”, elucidativo para tecer comparações. “Sem ter uma boa formação em psiquiatria ou em psicopatologia, as enfermeiras e as assistentes sociais estão atentos a indícios suscetíveis de valores enquanto sintomas. Muitas vezes a categoria ‘*psi*’ aparece numa frase muito rápida: ela significa uma incapacidade de compreender a situação e, talvez, um distanciamento, um mecanismo de defesa. ‘Ele é psico’ pode querer dizer que a pessoa é conhecida por seu comportamento fora do comum e que já não se nutre muita esperança em sua capacidade de sair desta, ou que se tenha mostrado perigosamente agressiva no passado e que é preferível não se demorar muito com ela. Mas a ‘loucura’ pode parecer tolerável, nada mais do que uma coleção de idiosincrasias: ‘ela é muito especial, mas é preciso saber lidar com ela’, ‘ele não é mau, está tomado por seus tiques e *tocs*’. Outras vezes, seu comportamento é entendido como um distúrbio na interação (Joseph, 2007) com a qual a pessoa não está acostumada, que pede vigilância e que é preciso investigar para lhe dar um freio” (p. 98-99; grifos originais).

Então, estabeleciam-se relações de forças para que se *tenha ou não voz* e as instâncias que permitem isso (RANCIÈRE, 2005; ARENDT, 2007).

A partir disso, Soraia relata o seguinte:

Eu não sei nem se a gente pode falar de assembléia geral, porque a ideia da assembléia geral é que todos tenham voz igual. É um espaço de deliberação a partir da argumentação de todas as pessoas que estão presentes na assembléia, não tem hierarquia; senão, não é assembléia que chama. A gente chama de assembléia. Mas não, em tese ela não funcionava como assembléia, porque a gente estava ali sempre, os funcionários puxando, sempre estimulando que as ideias viessem, que as pautas fossem construídas; então, não era um espaço totalmente democrático. [...]

[Com isso] a gente pensou algumas vezes em mudar a cara daquele espaço, de tornar um lugar de debate mais informativo, educativo, trazer temas que eles se interessassem para debater ali, não ser tanto um espaço deliberativo. Mas eles tinham essa necessidade, eles ‘curtiem’ esse espaço para trazerem as demandas deles, que muitas vezes no atendimento individual, por exemplo, a gente não conseguia dar conta; então, já ‘rolava’ esse debate.

Desse modo, se nos atendimentos individuais os funcionários não conseguiam acessar determinados anseios dos usuários, essas reuniões também funcionavam como uma espécie de “terapia coletiva” que facilitava a aproximação entre eles. Entretanto, houve duas “assembléias gerais” que conseguiram encaminhar e resolver as propostas apresentadas e, conseqüentemente, dar um retorno aos usuários. A primeira delas talvez tenha sido a que mais atravessou as instâncias da rede de atendimento, tornando-se um caso emblemático no CREAS-POP.

A seguir, apresento esse episódio a partir de relatos cruzados de Soraia e Telma, pois as descrições separadas não são muito elucidativas.

Estava tendo uma infestação de ‘bichinhos’ [insetos] lá no albergue, [os usuários] queriam que pulverizasse porque estava feio, todo mundo coçando. Aí a gente estava na assembléia eu, a Telma, o Adoniran (psicólogo). A gente: “vamos produzir alguma coisa, um documento para mandar isso” [Soraia]

Aí a gente fez assim: “então vamos fazer o seguinte, vocês [usuários] fazem um documento, vocês levam para a Secretaria”. Até aí tudo bem, só que o que acontece é que quem redigiu fui eu. Eles iam falando e eu ia [escrevendo], só que o vocabulário saiu muito na ‘fala’ [linguagem] profissional, não saiu na ‘fala’ deles. Aí [perguntamos]: “é isso que vocês querem?”. “É!”. “É isso que vocês querem?”. “É!”. Aí eu estava terminando, a Celina (terapeuta ocupacional) e a Soraia chegaram. Elas leram [e disseram]: “ah, é isso mesmo”. Aí três [usuários] falaram que iam levar [na SMCAS], e lá eles pediram: “resposta até tal hora, senão iam na EPTV [Emissora Paulista de Televisão]”. Então, a gente queria amenizar a situação para eles não irem à EPTV. Eles pediram resposta de imediato, umas coisas assim. (...) Todos assinaram. Para eles isso foi importante, se sentiram importantes reivindicando e sendo atendidos [Telma]

Aí imprimimos o documento, eles assinaram; todo mundo que estava presente, e escolheram três pessoas para levar [o documento] lá na Secretaria [sic]. E assim foi feito, três pessoas foram lá [entregar]. Na hora que protocolou já veio a bomba aqui: “a equipe do CREAS inteira aqui na Secretaria agora”. Aí nós fomos lá; foi a maior bronca do mundo. Assim, que não confiava na equipe, como que podia acontecer uma coisa dessas com a equipe dela, que não podia confiar na gente; chamou o Leandro [que não estava presente na elaboração do documento], deu maior ‘esporro’ nele. (...) Entendeu? Assim, balançando o papel, batendo o papel na mesa: “Como que vocês fazem isso comigo? Agora vou ter que perder meu horário de almoço para resolver esse negócio”. Porque no documento colocaram que, senão fosse resolvido até as duas [horas] da tarde, eles iam entrar em contato com os órgãos competentes: Vigilância Sanitária, Ministério Público. [Soraia]

E no mesmo dia chamaram, não sei se é da Vigilância Sanitária. Aí a gente teve que ir lá para o Albergue à tarde, teve que ver o que estava acontecendo. Daí resolveram [sic], coisa rápida. Então, será que se a gente tivesse feito também tudo ‘mancinho’, teria sido tão rápido? [Telma]

Os relatos acima caracterizam os jogos de poder que permearam todo esse mecanismo. Uma instituição como o CREAS, por ser estratégica dentro da rede de atendimento, pode gerar uma concepção de que os moradores de rua atendidos são os que, *grosso modo, estariam por baixo*. Isso pode ser percebido no ímpeto com que os profissionais conduziram as situações relacionadas à infestação de insetos no albergue noturno, quando os usuários chegaram a levar uma demanda diretamente à secretária. Como relatou Telma, os usuários se “sentiram importantes” – como se eles realmente estivessem em uma posição “inferior”. A partir disso, o próprio diagrama de poder passou a se constituir para além de uma análise vertical, pois há vários entrecruzamentos e transversalidades que se manifestam de diferentes formas.

A partir disso, explicarei de outra maneira esses acontecimentos. No início, a cobrança por uma dedetização do albergue noturno chegou aos funcionários. Estes receberam a informação e se manifestaram em favor de uma resolução desse problema, visto que os usuários não teriam “força” para *interferir diretamente* nesse caso. O gesto de pedir aos usuários para levarem o papel assinado para a Secretaria demonstra que há posições bem marcadas entre quem está *no* CREAS e de quem está *na* Secretaria. Além disso, ganha destaque o fato dos funcionários terem a noção de que os usuários poderiam contribuir para o encaminhamento dessa demanda. Entretanto, com a percepção do “poder” que teriam nesse processo, os usuários até pressionaram os funcionários do CREAS e, indiretamente, também, a secretária ao colocarem o *problema da visibilidade* deles em meios de comunicação locais. Como consequência desses gestos, os usuários realmente conseguiram acessar uma posição estratégica do governo que pode interferir nos processos de atendimento e, desse modo, resolver o problema da infestação de insetos no albergue.

Para finalizar as descrições desse episódio, a assistente social relatou o seguinte:

o engraçado, que sempre achei isso engraçado, ninguém veio perguntar dos usuários porque que a gente não estava mais fazendo assembleia, o que tinha acontecido. Pois quando a gente começou a fazer o documento, falei: “gente, isso daí vai dar problema pra nós”; falei isso para [os outros funcionários]. “Mas por quê?”. “Nós somos funcionários aqui, isso vai dar problema”. “Mas, será?” Respondi: “acho que vai”. Mas falei [em seguida]: “faz, vamos fazer” (...) Os usuários, eles viram que a gente saiu da Secretaria, a gente falou: “deu zebra”. Mas depois eles não perguntaram mais nada, a gente achou que todos eles iriam ficar curiosos, mas... [Telma]

A partir de todo esse processo, destaca-se o fato dos funcionários terem participado ativamente para que o problema da infestação de insetos fosse resolvido. Mas, também, esperava-se o apoio dos usuários para tal iniciativa. O que não aconteceu como consequência dessa agitada “assembleia geral”, na qual foram conquistados os encaminhamentos de determinadas demandas, porém

depois disso ‘rolou’ uma vez mais a assembleia, aí não teve mais porque houve a exigência de que na assembleia tivesse o chefe [do atendimento] sempre para segurar os ânimos da galera [Soraia]

Além dessa assembleia “dos bichinhos”, houve outra reunião que teve uma demanda atendida e que também se relacionava a uma regra estabelecida no Albergue Noturno. Soraia me descreveu assim:

na época tinha muita reclamação de trancar as portas do albergue [durante a noite, os funcionários do albergue] trancavam a porta dos quartos. Daí ficou muitas semanas nessa reclamação, porque a gente não conseguia acessar quem pudesse ir lá e falar: “gente não é mais para trancar a porta”; dar uma ordem assim: “eu ordeno que não é para trancar mais a porta”. Depois a gente teve a oportunidade, com muita insistência do Leandro. E depois de um tempo, a gente fez [uma] reunião com a chefia [do albergue noturno], e conseguimos parar com isso. É um absurdo! Mas a gente ficou muitos meses escutando essa mesma demanda; e a gente: “ta!”, e aí [vai e] tranca. Coitados: “se pegar fogo vocês vão tudo morrer lá dentro”. Mas não tinha mais o que dizer, sabe? Então, não era muito eficiente.

Essa “eficiência” em se resolver o que era deliberado tinha centralidade nos objetivos dessa atividade realizada no CREAS-POP. Nos dois casos descritos, destaca-se a preocupação em se eliminar problemas que afetavam diretamente os usuários e que estavam localizados em outro lugar, no caso, no Albergue Noturno. Se a “rede” deve atuar de forma unificada, esses exemplos podem ser utilizados para analisar como se dá essa parceria. Nesse sentido, foi-me dito que as duas instituições possuíam conflitos por falta de

um direcionamento conjunto do serviço a ser prestado, apesar de se proporem a realizar um atendimento complementar.

Mas eu percebo assim. É difícil porque [o Albergue Noturno] é uma “instituição não governamental” que administra lá, antiga, com pessoas que não tem qualificação para trabalhar. [Os funcionários] tem a qualificação do dia a dia, do cotidiano que é importante, é prática; mas precisava entender um pouco mais o que é estar na rua, como que a população de rua se movimenta para conseguir a sobrevivência. Não é safado, vagabundo, alcoólatra, não é só isso, entendeu? Então, precisava um pouco dessa formação mesmo. A gente já falou da possibilidade de qualificação para os funcionários do albergue, da possibilidade de municipalizar e de chamar concurso com pessoas qualificadas para trabalhar, chamar terapeuta ocupacional, psicólogo, assistente social, educadores. Mas isso é uma relação com a política mesmo, eu não entendo e prefiro não entender. Quando entrei era pior, hoje [maio de 2011] já melhorou um pouco, sinto isso. Agora mesmo eu estava conversando com o Artur do albergue sobre uma situação e ele recebeu bem: “não, eu vou tentar resolver”. Então, eu acho que o diálogo abriu um pouco, mas eles estão exigindo que a gente encaminhe todas as pessoas, que encaminhe com papelzinho tudo para eles poderem ter uma noção de quem está sendo atendido [no CREAS], como que a gente está lidando com as situações aqui. Então melhorou daquela época que eu entrei para hoje, não tranca mais a porta, né? [Soraia]

Esse relato da educadora social valoriza as funções por ela desempenhadas e o próprio CREAS, que teria melhores condições de atender os moradores de rua, se comparado ao albergue noturno, onde os funcionários atuavam *somente* pelos conhecimentos acumulados a partir de situações do cotidiano. Porém, em 2006, quando duas assistentes sociais da prefeitura começaram a atender os moradores de rua da cidade, foram justamente os funcionários do albergue noturno que passaram as primeiras instruções para aquelas profissionais. A fala da educadora social evidencia muito das concepções que se criam a respeito do CREAS, justamente por se tratar de uma *instituição especializada* que atende aos moradores de rua e que, por isso, é vista com notoriedade no município.

2.3.2. Oficinas socioculturais

Como descrito anteriormente, o trabalho de campo desta pesquisa se deu a partir, principalmente, da minha participação em “oficinas de cinema” realizadas no CREAS-POP. Essas atividades poderiam ser ministradas pelos próprios funcionários, por

estagiários ou voluntários, sendo complementares ao atendimento prestado pela instituição. Para começar a descrevê-las, a seguir apresento um relato de Ivone.

Quando eu entrei aqui [em setembro de 2009], elas tinham uma dinâmica maior. Tinha um pessoal que nem guardei muito o nome; tinha o artesanato. E hoje [maio de 2011] quantas oficinas têm? Tem a sua [de cinema]. Tem os alcoólicos [anônimos]. Mas fica muito tempo sem ter nada, às vezes, semestre inteiro praticamente sem ter nada. Você entendeu? É assim... (...) Não tem nenhum investimento forte nisso. Digo isso por quê? Muitas das oficinas que são feitas o pessoal não participa. Até mesmo a de filme, né? E olha que os seus filmes ainda tem bastante gente que assiste. (...) Mas nas outras oficinas não, a participação é bem mais baixa.

Nesse trecho, a cozinheira enfatiza que não havia muitas oficinas naquele período e que isso seria reflexo da falta de atenção dada pela equipe técnica. Além disso, ela dá outro exemplo:

Havia a oficina da Lidia que vinha dar ritmos, essas coisas, música. Mas ela tinha um estilo, para o meu gosto, acho que meu gosto acabou servindo, também concordando com eles, porque não é muito interessante. Nós assistiríamos porque traz cultura, conhecimento, então, se ela passasse pra nós, nós assistiríamos. (...) Mas para eles o ritmo coco? (...) não está na realidade deles. [Ivone]

Assim, a dinâmica das oficinas contribuía para a participação dos usuários nessas atividades. No entanto, para a ex-assistente social as oficinas deveriam atrelar conteúdos diversos.

Olha!Eu sempre pensei que as oficinas lá não poderiam ser tapa buraco, para dizer assim: “ah, não tem nada? Tem alguma coisa”. Acho que a gente tinha que proporcionar o que poderia oferecer pra vida deles. “É lúdico”, mas é do lúdico que eles tão precisando para sair dessa, sabe? A gente tem que mostrar possibilidade de mudança, do que o mundo lá fora pode nos oferecer. Então assim, sou contra fazer uma oficina só por fazer, só pra dizer que tem. E muitas que aconteciam lá eram assim. [Telma]

Nesse caso, as oficinas teriam um papel importante, segundo essas funcionárias, no processo de uma mudança de vida dos “usuários”, por isso a preocupação em relação aos “acomodados”. As profissionais destacam, inclusive, que essas atividades não surtiavam os efeitos desejados por causa da falta de comprometimento da própria equipe de funcionários, como de outras pessoas que realizavam esses trabalhos na instituição. A assistente social me relatou um exemplo:

Ela era voluntária, ela ia, não lembro [o dia ao certo]. Ela sabe fazer muitas coisas com artesanato, só que ela lidava com eles conforme as habilidades de cada um; então, ela ia meio que do ‘basiquinho’. Tinham aqueles que não suportavam falar em artesanato. A ideia inicial da Pâmela era fazer uma cooperativa com eles. Só que, conforme o tempo, ela foi vendo que ela não tinha como ela fazer uma cooperativa, sendo que ela tinha começado bem do básico e as coisas que saíam, não saíam cem por cento, mas ela ia. [Telma]

A disposição em ajudar os moradores de rua para que pudessem melhorar de vida também era observada nos voluntários que atuavam no CREAS-POP. Mesmo que alguns usuários não conseguissem desenvolver com perfeição o que era proposto, Pâmela continuava realizando sua oficina, apesar da falta de *apoio* por parte dos funcionários, como enfatizou a assistente social.

Soraia acrescenta mais uma dimensão do que se produz a partir das oficinas:

Mas, às vezes, eu acho que falta um pouco disso [de comprometimento], e principalmente de quem vem de fora, que não é da equipe [de funcionários] e vem oferecer oficina. Eu vi isso acontecer uma ou duas vezes, [vem e] não dá continuidade; então, fica aquela coisa no vácuo, vem da Universidade propondo trabalhar aqui. Teve casos de a pessoa vir oferecer [uma atividade], a gente achar interessante a ideia, e aí no meio a pessoa sumiu, evadiu. Teve gente que nem falou nada. Aí eu dou muita razão para eles, para os usuários do CREAS, que é assim: “Ah vocês começam uma coisa e não terminam, depois vocês vêm cobrar da gente compromisso, sendo que vocês não tem compromisso”. Então, isso para mim é muito significativo porque é verdade, como que a gente [vai] cobrar uma coisa também, já que a gente não consegue fazer, né?

A partir disso é possível perceber as manifestações de solidariedade das pessoas que realizaram algum tipo de trabalho na instituição, como já demonstrado anteriormente no caso de alguns funcionários. Nesse sentido, os voluntários, geralmente, também têm contato com uma realidade diferente do que tinham projetado antes de iniciarem suas atividades. O que faz com que alguns desses não continuem ministrando as oficinas por muito tempo. Assim, essa “falta de comprometimento” daqueles que prestaram serviços (seja após perceberem que seus trabalhos não tiveram avanços concretos, ou quando não houve interesse pelos conteúdos culturais oferecidos – talvez por serem muito distantes da realidade dos moradores de rua), somada à alegação dos próprios usuários sobre a falta de dedicação dos funcionários nesses momentos, também pôde ser observado. Tudo isso faz com que a essas atividades sejam centrais para se descrever o que surgiu nesse complexo jogo de perspectivas e anseios que se destacaram nesses momentos.

2.3.2.1. Oficina de economia solidária

[Os usuários] sempre falavam assim: “a gente precisa aprender coisas, a gente precisa de geração de renda, a gente precisa disso”. É um ponto muito questionável também a geração de renda ali dentro, mas será que não era um gancho? Será que não era? [Telma]

As questões relacionadas à esfera do trabalho sempre estiveram atreladas às problemáticas relacionadas aos moradores de rua (STOFFLES, 1977; NEVES, 1983; DI FLORA, 1987; NASSER, 2001; BARROS, 2004; DE LUCCA, 2007). A partir disso, em 2010, houve a tentativa de criação de uma oficina de economia solidária no CREAS-POP, por ser uma demanda dos próprios usuários, que foi organizada por Soraia. A educadora descreve o processo:

A [oficina] de economia solidária... A questão do trabalho é bem complexa aqui, da renda. Então, até que ponto ter renda é benéfico para essas pessoas, o que eles vão fazer com o dinheiro, etc.; se isso vai ser ruim para eles porque vai servir para comprar coisas que não são boas para eles, não vai servir para aquele que é o objetivo do CREAS. Eu não concordo. [...] Eu acho que tem que ter renda, como um adulto se movimenta nessa sociedade sem renda? A ideia do trabalho da economia solidária, do trabalho e as possibilidades da economia solidária partiram disso, e de mostrar outra possibilidade de se organizar economicamente, porque devido aos vários estigmas que eles carregam não se enquadram muitas vezes no mercado formal, no mercado tradicional de trabalho. Então, vamos trazer para economia solidária que inclui todos: deficientes, baixa escolaridade, mulheres, homens, negros, amarelos; enfim: a ideia era incluir as pessoas. Foi muito bacana a oficina porque a gente falou de economia, o que é economia, o que é o trabalho, o que é o emprego, o que é o sistema capitalista, qual outra possibilidade de viver fora do sistema capitalista ou de conviver com o sistema capitalista; mas tendo uma vida diferente, podendo se sentir uma pessoa útil mesmo tendo cinquenta anos. Então foi isso a oficina. Foram muito legais as discussões.

Mas houve alguns empecilhos para a continuidade dessa atividade.

Eu escrevi um projetinho de duas páginas que ficou, sei lá, meses na mesa dela sem ler. A secretária leu o título, viu economia solidária, já ‘lincou’ com empreendimento de economia solidária, com geração de renda, já travou ali, no título. Então, houve um equívoco conceitual muito complicado e a gente não podia dialogar, não tive a oportunidade de explicar: “não, a economia solidária nessa perspectiva da população de rua serve para isto também”. O âmbito terapêutico ia ser muito grande na horta, muito mais do que geração de renda. Geração de renda é uma coisa futura, sabe? [Soraia]

A trajetória dessa educadora social toma contornos mais nítidos com a oficina de economia solidária. A proposta de realizar tal atividade compactua com as aspirações que a funcionária do CREAS já alimentava desde os tempos de graduação, época em que ela já se envolvia em questões sociais de variadas ordens. Soraia justifica sua oficina pela valorização de um posicionamento que incluiria todos os perfis de usuários da instituição, para amenizar dificuldades deles em conseguir um emprego.

Porém, o que é central nesse relato são as implicações relacionadas à possibilidade dos moradores de rua terem renda. Assim, fica subentendido que, de maneira geral, os moradores de rua possuem algum tipo de dependência – seja do álcool ou das drogas – e que o dinheiro que adquirirem pode ser usado para “alimentar” tais vícios.

Ainda dentro dessa questão relacionada à aquisição de renda por parte dos moradores de rua atendidos na cidade de São Carlos, acompanhei no dia 03/09/2010 no prédio da Prefeitura Municipal, o lançamento do Programa “Não dê dinheiro como esmola”. Na ocasião estavam presentes, o prefeito, a secretária da SMCAS, outros funcionários da Prefeitura, toda a equipe de funcionários técnicos do CREAS-POP e fotógrafos de jornais locais.

Durante o evento, primeiro o chefe de divisão apresentou os trabalhos realizados no CREAS. Em seguida, a secretária fez um discurso em que enfatizava que o gesto de dar esmolas não era o mais correto, pois, se tal prática continuasse, a Prefeitura não proporcionaria cidadania às pessoas que recebem essas doações. A secretária complementou que o serviço seria ampliado, deu o exemplo de um morador de rua bem conhecido que vive na rua há muito tempo e que, naquele momento, estava sendo atendido em um hospital psiquiátrico em Araraquara/SP, cidade vizinha. Por fim, o prefeito proferiu algumas palavras sobre o programa desenvolvido pelo CREAS-POP, que é pioneiro no país e concluiu que se a população da cidade não dessem esmolas, isso fortaleceria o atendimento aos moradores de rua locais.

Essa campanha foi explicada em panfletos distribuídos pela Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social. O texto contido era o seguinte:

PROGRAMA NÃO DÊ DINHEIRO COMO ESMOLA

Ajude-nos a proporcionar cidadania ao morador de rua!

A Prefeitura de São Carlos implementou o Programa de Atendimento às Pessoas Adultas Moradores ou em Situação de Rua, visando criar condições para resgatar ou adquirir referências na família e na comunidade, enquanto sujeitos de

direitos. Para tanto, são desenvolvidas ações de abordagem diária nas ruas, acolhimento, convivência e socialização no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

Este serviço conta com uma equipe multidisciplinar composta por Coordenador, Assistente Social, Psicólogo, Terapeuta Ocupacional, Educadores Sociais e funcionários da área administrativa e de Segurança. Os usuários participam das atividades em grupos, oficinas culturais, aulas de artesanato, reuniões com o grupo do AA – Alcoólicos Anônimos, cursos de inclusão digital, encaminhamentos para os demais serviços públicos. Além de alimentação, cuidados com a higiene pessoal e referência domiciliar.

Em complementação a este trabalho, destacamos o Albergue Noturno que oferece acolhimento, pernoite e estende o atendimento aos finais de semana e feriados. Para os itinerantes/trecheiros que estão de passagem pelo município são oferecidos bilhetes rodoviários para que possam chegar aos seus locais de destinos. Dar esmolas aos moradores de rua ajuda a mantê-los em situação de vulnerabilidade social. Venha nos conhecer, esta é uma forma legal de começar a nos ajudar. Outra forma é fazendo sua doação ao Fundo Municipal de Assistência Social para o programa de atendimento. Quem dá esmola, não dá futuro!

Prefeitura de São Carlos, cidade moderna e humana.

A proposta descrevia alguns dos objetivos e aspectos mais gerais do atendimento prestado aos moradores de rua do município. Sobre esse programa, Soraia continua:

foi uma coisa totalmente imposta para gente. A secretária chamou a gente para fazer uma reunião com dois mil exemplares impressos. “Nós chamamos vocês para ver o que vocês acham dessa campanha aqui”. Ninguém concordava com a campanha. A gente olhou o panfleto e todo mundo em silêncio. Aí ela falou assim: “então, o que você acha Soraia?”. Eu falei: “olha, vou ser muito sincera com a senhora, acho que podia ter outra cara essa campanha, a gente podia ter feito uma campanha de divulgação do CREAS, o que o CREAS realmente faz com a população de rua, que existe esse serviço aqui e que não serve para aglomerar gente na praça do mercado, serve para outras coisas, tem outras finalidades”. Mas não adiantava nada dar opinião porque ela estava ali demandando nossa fala; já estava pronto. A gente não acessou NEM o texto que estava atrás para darmos o nosso ponto de vista: o que é o CREAS e o que é a população de rua. A gente que domina um pouco a questão teórica, que lida com eles o tempo inteiro, a gente não teve essa oportunidade. E foi bem no meio da situação da horta, da possibilidade dessa atividade mais voltada ao trabalho; aí foi uma grande incoerência que bateu na cabeça porque ‘gente’ não pode pedir [dinheiro] na rua, mas também não pode ter um lugar para gerar renda.

Nesse caso, para a educadora social, a questão era como lidar com falta de renda dos moradores de rua atendidos nessas instituições, sendo que eles não podiam conseguir renda por meio de um trabalho na horta, por exemplo. Pelo que percebi, essa impossibilidade de continuar com as oficinas de economia solidária foi uma grande decepção para Soraia.

A partir dos discursos apresentados no dia do lançamento e do conteúdo contido no panfleto do “Programa Não Dê Dinheiro como Esmola”, destacam-se duas perspectivas

que compõem a lógica de gestão dos moradores de rua: 1) é questionada a possibilidade de os moradores de rua atendidos serem autônomos, principalmente com relação à aquisição de renda; e 2) o fato do CREAS-POP ser uma instituição estratégica que é utilizada quando se pretende dar visibilidade às políticas públicas voltadas aos moradores de rua do município.

Sobre o primeiro aspecto, a pressuposição de que os moradores de rua atendidos não devem possuir renda contribui para a dependência deles aos serviços de assistência social. Desde a década de 1970, o trabalho sempre esteve entre as possibilidades mais defendidas para que os moradores de rua pudessem sair da condição em que se encontravam e que, nesse caso, seria materializada nos esforços de Soraia em desenvolver trabalhos com economia solidária com os usuários do CREAS.

O segundo aspecto se relaciona às esferas que coordenam a gestão dos moradores de rua. Nesse sentido, pretendo analisar separadamente os processos dentro de uma perspectiva de atendimento, com determinadas práticas governamentais, na medida do possível; pois, elas estão, necessariamente, conectadas, mas, em determinados momentos, podem não ser complementares no que propõem os agentes que delas fazem parte.

Até aqui, priorizei situações que estão contidas, *grosso modo*, dentro da esfera do atendimento, principalmente com descrições que envolveram os funcionários e usuários do CREAS-POP. No capítulo seguinte, pretendo trazer aspectos em que se destacam as diferentes concepções ou intencionalidades desses dois âmbitos que compõem a gestão dos moradores de rua do município com análises de práticas também desenvolvidas sob uma “lógica de governo”.

3. CAPÍTULO 2

Atravessando a rede: as transversalidades do dispositivo de assistência social

No capítulo anterior, descrevi um processo de transformação dos moradores de rua em “usuários” dos serviços de assistência social. Em meados dos anos 2000, o município de São Carlos passou por uma mudança significativa com relação ao atendimento prestado aos moradores de rua locais, principalmente após a criação do CREAS-POP. Desse modo, procurei demonstrar processos que tendem a manter os moradores de rua dependentes dos serviços de assistência social.

Neste capítulo, discuto algumas conexões entre a perspectiva de atendimento – a partir do atendimento prestado pela equipe técnica, com determinadas demandas ou de exigências de ordem governamental. É nesse *conflito* que pretendo direcionar o conteúdo que será apresentado a seguir.

3.1. Do barracão ao CREAS-POP: caracterizando a chegada e as ações dos novos usuários

No começo de 2010, cerca de trinta pessoas ocupavam um barracão abandonado ao lado de uma concessionária de carros chamada Javep, localizada em uma região comercial da cidade. Com o passar dos meses, o espaço se tornou conhecido.

A partir disso, houve uma ação organizada por órgãos da Prefeitura que resultou num despejo coletivo dos que lá se encontravam. Durante esse processo, a Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social (SMCAS) começou o atendimento das pessoas que foram retiradas, a partir da atuação dos funcionários do CREAS-POP.

Com o pessoal da Javep, o que aconteceu pelo que eu soube... Tinha muita gente lá, pessoas de São Carlos e pessoas que não eram de São Carlos, mas a [SMCAS] não quis saber, quis colocar todo mundo dentro do CREAS e depois ver o que faria. Sendo que a gente tem que identificar o que acontece na rua para saber o que a gente traz e o que a gente não traz para dentro do CREAS; é muito difícil você colocar ali e depois falar: “olha, vai embora porque você não preenche o perfil”. Isso foi em março do ano passado [2010], eu estava de férias. Quando voltei, eu falei: “o que está acontecendo aqui?”. Tinha um monte de gente assim, totalmente diferente do perfil que existia ali. [...] Celina (terapeuta ocupacional) disse que quase ficou louca porque as [educadores sociais] traziam a peruca cheia e ela tinha que ir fazendo triagem [...] Aí quando eu cheguei [das férias], tinha um bolinho de triagem na minha mesa para resolver. Aí junto com a equipe, a gente foi conversando... Se não era de São Carlos, a gente foi fazendo

contato com família, mandando para não sei onde e foi direcionando. Os que ficaram, então, foram: Dário que namorava a Carla; a Carla que era de São Carlos; e a Luciene que era de [São Carlos], ficou mais alguém? Não, né? Então, ficaram esses. [Telma]

Pelo que descreveu a assistente social, o encaminhamento de uma grande quantidade de pessoas ao CREAS naqueles dias gerou algumas dificuldades para a equipe de técnicos. Esse relato traz um traço fundamental que norteará todo o desenvolvimento deste capítulo, com destaque às relações estabelecidas entre profissionais da SMCAS e do CREAS-POP, mais especificamente, pelas possíveis diferenças de interesses entre os profissionais dessas duas instituições.

Desse modo, ao colocar as intenções de alguns funcionários da Secretaria no sentido de resolver o problema da ocupação, Telma indica duas ordens que fazem parte do *dispositivo* de assistência social pesquisado: de um lado, a “lógica de atendimento” desenvolvida pela equipe técnica e, de outro, a “lógica de governo” no qual o CREAS é uma das instituições. As duas perspectivas sobre esse evento, por exemplo, podem ser complementares. Ou seja, o atendimento aos moradores de rua pode ser realizado por meio dos processos descritos anteriormente; ou, ao contrário, podem ser acionados com outras intenções. Se houve um “conflito”, por assim dizer, entre o que se espera dos serviços e do atendimento com o que se almejava em uma escala ampliada de governo, houve também algumas implicações para outros moradores de rua que já eram atendidos.

Aquela turma que veio de lá do barracão, de onde eles moravam, era outro tipo de vida, entendeu? Lá um quer matar o outro; e já no albergue é diferente, um quer ajudar o outro, são pessoas mais simples e com um pouco mais de educação. Às vezes, um de fora quer arrumar encrenca lá dentro, todo mundo abafa, entendeu? Porque aquele de fora não tem a mesma convivência que nós temos, a mesma educação; e tudo vêm da educação, vem do lar, depende da educação do ser humano. Então, eles vieram de outro mundo, o mundinho deles era dentro do barracão fumando pedra [*crack*], fumando maconha e bebendo pinga, é só violência; a gente é diferente. Aqui dentro do CREAS, por exemplo, é difícil de acontecer de alguém querer discutir; a gente senta e bate papo, brinca, troca ideia, assiste um filme assim como você toda quinta-feira traz. Então, é um mundo diferente, é uma educação diferente. Quando o Dário, a Carla... Quando eles vinham para cá, eles queriam mandar bater, xingar, entendeu? [Silva]

Silva já era usuário das instituições havia cerca de um ano. No trecho apresentado, ele enfatiza determinadas regras e condutas que tendem a ser respeitadas no ambiente institucional, principalmente para se evitar conflitos entre os próprios usuários.

Nesse sentido, a seguir Telma complementa a fala de Silva e elenca outros aspectos relacionados a esse “desencontro” de perspectivas:

Todas as regras que a gente havia instituído se quebraram. Era uma fase também que a Soraia e a Celina eram [funcionárias] novas. E aí tudo que eles falavam para elas: “não, a gente tem que tomar banho na hora que a gente quer”, elas foram abrindo. Tudo! Eu falei: “gente, o que vocês fizeram? O que é isso? Isso a gente construiu com eles, não é porque chegaram novos que a gente vai mudar a casa”. Falei: “gente, isso daqui já funciona, quem chegar vai ter que entrar conforme o caminho, a gente não muda a cada hora que entra uma pessoa nova aqui”. [...] Então, eles vieram para desestabilizar tudo. Eles desestabilizaram tudo que existia ali de regras, eles dominavam, só eles falavam em assembleia. [Telma, maio de 2011]

A partir do que foi descrito, a entrada dessas pessoas provocou mudanças significativas no funcionamento da instituição. Como relatou o guarda municipal:

Eles chegavam mandando, e eles mandavam... Lá com o pessoal da casa mesmo... eles queriam dinheiro... Tinham outros que recebiam [benefícios]. E também ficavam aqueles comentários; eles falavam: “não, aqui não vai ter problema, nosso negócio é na rua”, mas de vez em quando eles faziam isso. Eu andava no meio deles, via eles [*sic*] fazendo pressão em um ou outro, mas eu ia fazer o quê? [Odair]

Além disso, os membros do “trem-bala” também obrigavam algumas pessoas a “manguearem” (pedir esmolas) pelas ruas, praticavam extorsões, traficavam e consumiam drogas até mesmo nos espaços institucionais. Todas essas atitudes foram percebidas pelos funcionários do CREAS que tentaram desvinculá-los do atendimento por diversas vezes.

Após algum tempo, como uma das consequências desse processo, esses jovens formaram uma *banca*⁵² (grupo) chamada “trem-bala”, pois *quem entrasse na frente seria atropelado*, como diziam – num claro posicionamento que prenunciava atos violentos contra aqueles que cruzassem seu caminho. A seguir, a assistente social descreve uma situação violenta protagonizada pelo “trem-bala” a outra usuária:

Nessa época, houve o problema com a Regina, eles agrediram a Regina lá dentro e a [SMCAS] impediu que a gente desse suspensão para eles. O Leandro [chefe de atendimento] não estava lá e eu ia colocar eles para fora [da instituição]. Aí a equipe: “não, não sei que lá, não sei que lá”. Aí vem a Adriana “não dá suspensão, não”. Eu falei: “então tá, ficam aí”. Eles agrediram a menina, eles chutavam ela [*sic*]... Ela desfalecida lá no chão e eles chutando ela [Telma]

⁵² De maneira geral, as *bancas* são agrupamentos de moradores de rua que se formam em determinados lugares da cidade, a partir de características específicas, como por exemplo: há bancas de “trecheiros” (itinerantes) ou de moradores de rua que são atendidos regularmente pelas instituições (OLIVEIRA, 2012).

Algumas funcionárias relataram que Regina sempre dava muito “trabalho” e que por diversas vezes tiveram que expulsá-la da instituição. Com sucessivos casos de desligamento, ela se utilizava de uma “tática de visibilidade” que consistia em sair do CREAS-POP para se sentar na calçada da SMCAS localizada do outro lado da rua. Regina costumava dizer que não estava sendo *bem* atendida e, com isso, às vezes, convencia algumas funcionárias da Secretaria que ela deveria retornar ao CREAS.

Então, começou aquela... A gente fazia alguma coisa com a Regina e ela ia à Secretaria e, assim... Vou dar um exemplo, não era bem isso, tá? A Regina falava que queria trabalhar. Celina (terapeuta ocupacional) orientava ela [sic]. A [funcionária] da [Secretaria] falava que a Regina tinha que se internar. Aí vinha a Regina falando para Celina que ela tinha que se internar. Então, tudo que a Celina começava a fazer com ela, voltava para trás. Ficou muito nisso. Nos dias que ela chegava lá [no CREAS] muito bêbada, ela encrencava com o Odair, que era o guarda, aí começava a ter problema e a gente falava: “Regina, sai! Na hora que você melhorar, você volta”. Era quando que ela se deitava na frente da Secretaria, e queriam saber o porquê da Regina estar lá na frente; mandavam a gente botar a Regina para dentro [do CREAS] de novo... A Regina e a Luciene, eu acho que eram as mais ‘estratégicas’ nisso, de pegar e correr para Secretaria. Mas a secretária dava abertura para elas. Mas se a secretária ao invés de dar essa abertura nos ouvisse e falasse: “não, não vai ser assim... por conta disso, disso”, seria outra coisa... [Telma].

Com tudo isso, houve diversas situações em que a equipe técnica do CREAS-POP teve que acatar ordens vindas da SMCAS para colocá-la de volta na instituição, mesmo com esse histórico de indisciplina às regras institucionais. Nesse episódio de violência promovida pelos membros do “trem-bala”, Regina teria provocado de tal modo os agressores que eles não hesitaram em espancá-la, o que demonstra como lidavam com quem entrava *na frente* deles.

Eu sei que quando pegaram a Regina para bater foi complicado. Foi uma época também que me senti mal porque, de certa forma, me senti um pouco culpada. Porque foi no dia que senti medo da Regina, ela tinha bebido muito; então, ela estava muito agressiva. E tudo começou de uma forma tão rápida... Então, essa época foi difícil [Ivone, cozinheira].

O que foi bom dessa agressão é que a Tereza e que a Adriana estavam ali do lado e presenciaram tudo. E tudo que a gente já vinha falando que estava acontecendo, mas elas não estavam dando bola. Mas mesmo assim, elas não aceitaram dar essa suspensão para eles. [Então, eles] ficaram. [Telma]

Tereza e Adriana eram funcionárias da Secretaria. Porém, após essa situação, mais uma vez não foi autorizado que a equipe de funcionários do CREAS-POP expulsasse os agressores do atendimento.

Além disso, nesse caso, um aspecto que se destaca é a percepção por parte dos próprios moradores de rua atendidos sobre o impacto da visibilidade deles na cidade e como isso pode contribuir para que consigam permanecer nos serviços disponibilizados, por exemplo. A educadora social explicou esse processo:

Eles iam à Secretaria conversar. A [secretária] chamava eles [sic] para conversar; ela não acredita que punição é o caminho melhor, mais pedagógico, mais educativo... Eu concordo, mas quando você está em outra circunstância, quando você tem mais possibilidade de conversar, de dialogar. Mas quando você não está nesse momento, [quando os usuários] não estão preparados para isso e nem a gente, aí é difícil acreditar que... [...] Até hoje a ideia é tirar da rua. Só que olha o fim que teve essa história tão trágica, depois né? [Soraia]

Regina e os membros do “trem-bala” que atravessavam a rua e se dirigiam à Secretaria sabiam transitar dentro de um campo de forças. Em outras palavras, esse deslocamento tinha o propósito de acessar o cargo que coordena a gestão, ou seja, esses usuários se relacionavam diretamente com a secretária da Assistência Social.

Nesse sentido, há ao menos dois profissionais que são centrais: 1) a própria secretária da Assistência Social; e 2) chefe de divisão do atendimento do CREAS-POP. Além disso, quem coordena o CREAS-POP ainda está vinculado ao diretor(a) da *proteção especial* – um cargo intermediário. Desse modo, a chefia do atendimento do CREAS está *conectada* à perspectiva de governo, mas coordena os serviços prestados por sua equipe técnica.

Esses movimentos dos moradores de rua influenciaram diretamente o funcionamento da instituição, justamente porque, ao se utilizarem desses discursos e dessas práticas, eles induziram ações dos funcionários da Secretaria para que fossem direcionados de volta para dentro do CREAS de forma direta e sem passar pelo crivo da equipe técnica. Essa dimensão sobre o que causa mais *impacto* é um aspecto central quando se relaciona a “ideia de tirar da rua”, ou, mais especificamente, quando se pretende diminuir a visibilidade dos moradores de rua no espaço urbano, por assim dizer, pois a retirada definitiva da *situação de rua* é um processo muito mais complexo, como descrito no capítulo anterior. Assim, colocar de volta *dentro* da instituição se configura como uma saída mais *emergencial* para resolver esse tipo de “problema da visibilidade”, mas que pode influenciar no atendimento desenvolvido pelos profissionais do CREAS.

Para finalizar a descrição de algumas das ações do “trem-bala”, em julho de 2010, Carla, membro do “trem-bala”, tentou esfaquear outra mulher dentro do CREAS – sendo um grande motivo para que os funcionários a expulsassem do atendimento após uma tentativa de homicídio. Sobre essa situação, o guarda municipal relata o seguinte:

[Carla e Dário] colocaram o cobertor e estavam deitados lá [na sala de televisão]. Eu ainda conversei com eles, que falaram: “não, Odair, a gente acabou de almoçar, a gente vai dormir aqui, vamos descansar um pouco... Não dormimos, passamos a noite toda fumando e não estamos muito bem”. Falei: “oh, vê lá o que vocês vão aprontar, hein”. Aí eu saí para almoçar. Aí chegou essa mulher, deram almoço para ela [...] Ela já tinha dormido no albergue, mas a Carla falou que ela tinha problema com tuberculose, e sabe como é um quarto em que eles dormem todos juntos... A Carla já tinha ficado brava com ela logo cedo, só que fiquei sabendo depois que aconteceu, porque quando eu estava lá, a Carla estava deitada com o Dário lá quietinha... Quando voltei [do almoço], estava a confusão [Odair]

Era nessa sala de televisão que eu passava os filmes da minha oficina. Esse espaço também era muito utilizado pelos usuários quando eles queriam descansar. O que explica a escolha desse local por Carla, pois, como eles alegaram ao guarda, não haviam dormido durante aquela noite. Porém, o que teria provocado a agressão seria o fato de ela ser portadora de tuberculose – doença muito difundida entre moradores de rua – cuja transmissão pode ser facilitada pela coabitação nos quartos do albergue, por exemplo⁵³. Como consequência desse acontecimento:

só sei que teve a facada, aí a gente expulsou mesmo ela. [...] Nem chegou a oficializar uma expulsão, só se falou: “você não aparece mais aqui”. E aí depois aconteceu o que aconteceu [Telma]

Com o desligamento do atendimento, Carla foi morar com os seus pais num assentamento de Sem Terras próximo ao município – Dário e Luciene também tiveram esse mesmo destino. No dia 13 de agosto de 2010, Dário assassinou Carla numa barraca e foi preso no dia seguinte. Luciene voltou a ser atendida após algum tempo. Sobre o comportamento do casal, Silva me descreveu:

O Dário demorou para matar a Carla porque, veja bem, [ele tinha] 27 anos, ela [32 anos], ela já era mulher da vida. Aliás, ele foi tão inocente que tinha ciúmes dela, mas até o cigarro que ele fumava e a pinga que ele bebia, ela que faturava, entendeu? Então, quando ela bebia, ela dava na cara dele, ela xingava: “seu

⁵³ O vírus da tuberculose é muito comum entre os moradores de rua e tem sua transmissão facilitada no ambiente albergal. O tratamento não pode ser interrompido, o que pode gerar resistência ao antibiótico e dificultar o tratamento (DE LUCCA, 2004).

merda!”. Quantas vezes eu vi isso, e ele era tão apaixonado por ela, que ela dava na cara dele e ele abraçava ela [sic], segurava e beijava, chorava... Um gigante daquele chorava que nem criança. E eu pensava, uma hora esse cara vai matar ela [sic], não deu outra. Quer dizer, ou ela fura ele ou ele fura ela [sic]. Aí ele acabou matando ela dentro do barraco, não sei... [Silva]

E esse foi o fim da história do “trem-bala”.

Escolhi relatar os acontecimentos que envolveram os membros do “trem-bala” para colocar em evidência especificidades de um período que trouxe muitas reflexões sobre esse mecanismo de gestão de moradores de rua, que pode não produzir um “usuário” nos moldes esperados. Esse processo envolveu profissionais técnicos, gestores, profissionais de apoio, guardas municipais, entre outros que foram intimamente influenciados por diferentes intencionalidades. Com isso trago, a seguir, outros aspectos que começaram a se manifestar nesse contexto.

3.2. O “trem-bala” e a mudança no perfil dos “usuários”

Essa época do “trem-bala” deixou muito claro para gente que há regras aqui dentro, por mais que em alguns momentos a gente não acredite que regras, normatização funcione, às vezes, isso que tem que ter porque estamos dentro de uma instituição, né? E assim, a gente teve que engolir goela abaixo essa situação que a gente não concordava enquanto equipe. Aquelas pessoas estavam montando um grupo, né? Uma gangue. Enfim, a gente teve que aceitá-los aqui e foi virando uma situação muito complexa; bem no momento que a gente estava percebendo que o perfil da população em situação de rua em São Carlos estava mudando, daquele morador de rua mais tradicional, senhor que perde o emprego, a mulher bota [o marido] para fora por causa do álcool etc. e tal; para um grupo de jovens, muitos jovens usuários de *crack* e outras drogas, que vão para a rua ter um pouco de liberdade, para fazer o uso de droga. Hoje eu acho que se consolidou totalmente a juventude. Você deve estar vendo isso, você está aqui junto com eles. Quem ficou daqueles senhorzinhos, daquelas mulheres? Poucos né? [Soraia, maio de 2011].

O relato da educadora social resume o período em que os membros do “trem-bala” foram *atendidos*, do qual destacam-se duas mudanças no perfil dos usuários: 1) há um aumento de jovens; 2) dentre estes, a principal causa da *situação de rua* se relaciona à dependência ao *crack*. Entretanto, os acontecimentos protagonizados por esse grupo se tornaram emblemáticos por terem *atravessado* várias esferas da rede de assistência social.

Olha, foi uma situação bastante diferente no que eu já tinha vivido. Foi a época mais agressiva, assim, mais tumultuada aqui no CREAS. Por eles serem meninos mais jovens, apesar de que a idade não sei se influencia muito porque, agora, nós

também estamos com uma turma de jovem. Mas eles eram muito agitados. A Carla era muito agitada [Ivone, cozinheira, maio de 2011].

Os funcionários do CREAS-POP não queriam manter no atendimento as pessoas que formavam o “trem-bala”, principalmente por causa das situações violentas promovidas por eles. Como consequência de todo esse processo, os funcionários ficaram *reféns* dos atos desses “novos usuários”, pois, como relatou Soraia, havia uma equipe técnica que não conseguia lidar com problemas dessa dimensão. Houve alguns *choques* entre as perspectivas envolvidas já que, de um lado, há toda uma lógica de atendimento – com profissionais especializados que atuam visando uma melhora de vida dos usuários – e, de outro, processos governamentais que podem interferir diretamente nos serviços prestados pelo CREAS-POP. Como disse a educadora social:

essa história do *crack* é muito séria mesmo, acho que precisava começar denunciar isso. [Por um lado], o CREAS tem muitas questões políticas que eu não concordo. Por outro lado, é a possibilidade que a gente tem de conhecer essa realidade mais de perto e deles conhecerem outras realidades possíveis, com todas as dificuldades que existem. [Soraia]

O corte geracional observado nesse período deve ser considerado. Os usuários atendidos nas instituições de acolhimento que fazem uso regular de álcool são, geralmente, mais velhos. Entretanto, o *problema do crack* alcançou grandes proporções entre os mais jovens e tende a perpetuar uma mudança no perfil dos moradores de rua atendidos. Isso é significativo para trazer à tona questões sobre as pessoas que poderão ser direcionadas para as instituições de acolhimento voltadas aos moradores de rua nos próximos anos.

3.3. Tentativa de aglutinação: as partes e o todo

O período em que o “trem-bala” foi *atendido* nas instituições de acolhimento em São Carlos marcou o início do desenvolvimento de minha pesquisa. Principalmente pelas sequelas que deixou em alguns moradores de rua atendidos e em profissionais que trabalhavam nessas instituições. Mesmo após algum tempo, ex-funcionários do CREAS-POP ainda me relataram esses momentos com um “frio na espinha”, por assim dizer.

Apesar de trazer curtos relatos e curtas descrições daquele período, é possível, a partir disso, traçar um panorama de como a rede de atendimento tem que lidar com

aspectos imprevisíveis. Além disso, há transversalidades e variados agentes envolvidos nesses processos que produzem uma gama de ações difíceis de serem analisadas separadamente.

As consequências dessa intervenção podem ser compreendidas sob vários pontos de vista, com destaque às escalas variadas de violência a partir das cenas descritas que envolveram o “trem-bala” ou até mesmo pela da retirada forçada dos que se encontravam naquele barracão. Nesse sentido, fica evidente tal complexidade como fora enfatizado na descrição da educadora social:

Eu lembro muito da Luciene no dia em que a gente buscou ela [sic] naquela situação, que para mim era um cenário de guerra. Aquela máquina ao lado dela e ela dormindo profundamente; puxamos pela mão e tiramos ela [sic] de lá porque ia cair em cima dela ‘os negócios’, estava tudo em cima dela. Os [homens] tirando [eles] como se eles não fossem nada, como se fossem um colchão velho que estava lá. [Soraia]

Desse modo, o governo municipal utilizou-se das instituições de assistência social para atender pessoas que se encontravam naquele barracão. O conhecimento difundido sobre esse local – frequentado por moradores de rua, prostitutas, travestis e usuários de drogas – teve influência decisiva nessa iniciativa. Dessa forma, como esclareceu Vanessa, a primeira assistente social do CREAS-POP, há um duplo movimento: 1) em que são cobradas ações que se voltem aos “perigosos” que estão pelas ruas ou em ambientes impróprios; e 2) em que há uma preocupação com a saúde ou integridade física dos que ficam *ao léu*. Portanto, há influência da população em geral no acionamento de ações desse tipo, mesmo que seja por querer que os moradores de rua *vivam bem*; e também quando o governo municipal tenta evitar que a visibilidade de um ambiente como aquele possa trazer *perdas políticas*, principalmente no que se refere à imagem desse mesmo governo municipal que pode ser cobrado para realizar tais iniciativas.

Nesse sentido, dentro de uma perspectiva de gestão dos moradores de rua em São Carlos, pode-se ampliar a análise que contemple a cidade como um todo no que se refere especificamente à condição dos que permanecem *morando* nas ruas (pois não querem sair deste espaço) e que não podem continuar vivendo em tais condições. Assim, há duas dimensões de proteção e segurança observadas nesse processo: a primeira é direcionada a essa permanência na *situação de rua* e a segunda diz respeito à própria minimização dos

riscos *da rua*, comumente atribuídos aos moradores de rua que circulam nesses espaços. “Em outras palavras, o mesmo dispositivo que busca proteger a população de rua, também tenta estabelecer mecanismos capazes de assegurar a rua do risco que é arrogado a esta população” (DE LUCCA, p. 221, 2007), apesar de que os processos e movimentos do “trem-bala”, por exemplo, não tenham caminhado somente nesse sentido.

A vinda dos membros do “trem-bala” interferiu drasticamente nas rotinas institucionais, tal qual nas relações estabelecidas com outros moradores de rua atendidos. O relato de Silva demonstra de que forma e o quanto esses “novos usuários” protagonizaram atitudes violentas dentro e fora das instituições. O que não condizia com o comportamento habitual dos “antigos usuários”. Com isso, destaca-se o fato de que os moradores de rua atendidos respeitam minimamente as regras das instituições e que existe um código de comportamento na rua.

Nesse sentido, as relações entre os próprios moradores de rua foram analisadas por Martinez (2011) e Oliveira (2012). Nesses trabalhos é possível encontrar descrições de códigos de conduta e de respeito nas *banças* que se formam nas ruas⁵⁴. Com a vinda de Carla, Dário e Luciene, principalmente, criou-se uma nova *banca* que se afirmava pela imposição e violência: atos muito diferentes do que se manifestavam até então. Porém, não se deve descartar a possibilidade de ocorrerem práticas violentas dentro dos grupos formados na rua, mas o “trem-bala” se utilizou delas com mais frequência. Nesse caso, esse grupo conseguiu influenciar até mesmo a permanência de algumas pessoas numa *situação de rua*, sendo o caso de alguns usuários tidos como “considerados”⁵⁵ que acabaram saindo do atendimento e voltaram para as suas famílias após sofrerem ameaças diretas desse grupo.

Apesar de não terem sido iniciadas pelos membros do “trem-bala”, as relações diretas com gestores e funcionários da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social foram centrais. O fato do CREAS-POP ficar na mesma rua e em frente ao órgão ao qual era vinculado favoreceu a existência de uma prática realizada por alguns usuários: o de atravessar a rua e reclamar diretamente com funcionárias da Secretaria. Nesse caso, conseguiram acessar uma posição dentro da rede de atendimento que coordena

⁵⁴ Esses grupos se dividem por territórios específicos, pelo consumo de álcool ou drogas ou pela origem, se seus membros são de São Carlos ou de outros lugares (migrantes/“trecheiros”) (Oliveira, 2012).

⁵⁵ Os “considerados” são assim chamados a partir das relações que estabelecem dentro do grupo, sendo eles os que possuem algum tipo de liderança e também os que trazem mais recursos (através do “manguieio” – pedidos de esmolas) ou produtos para a *banca*. Para maiores detalhes, ver Martinez (2011) e Oliveira (2012).

determinadas ações da gestão. A percepção de que conseguiriam acessar diretamente tais instâncias, que lhes trariam benefícios, proporcionou que essas práticas fossem utilizadas, o que reconfigurou algumas relações de força, em determinados momentos. Assim, houve “jogos” nas hierarquias que envolveram até o primeiro escalão. Isso demonstra que eles adquiriram conhecimentos sobre o funcionamento das relações de poder internas dos programas de políticas públicas, não sendo, portanto, *produtos* ou *facilmente domesticáveis* pelo atendimento.

Partindo-se da própria intervenção no barracão como base de análise, bem como a presença notória dos moradores de rua que ficam pelas ruas após terem sido colocados para fora do CREAS por algum motivo, o olhar atento da população em geral, da mídia, que tende a caracterizá-los sempre a partir das carências que possuem em relação aos padrões sociais mais difundidos, somada a convicção difundida de que esse atendimento vai incidir no modo de vida deles – tudo isso faz com que o CREAS-POP e o albergue noturno se justifiquem como instituições que devem proporcionar melhorias significativas na vida dos que se encontram nessa condição, mas que se transformam a partir de relações de poder entre os inúmeros agentes que o compõem esse mecanismo de assistência social. Nesse sentido, as implicações disso na vida dos profissionais também ganham centralidade.

Independentemente de onde trabalham, seja no CREAS, no albergue noturno ou na Secretaria, as demonstrações de compaixão, em alguns casos observados, permeavam as atividades realizadas por alguns profissionais. Sem ter como necessariamente articular as consequências dos gestos que colocavam os “usuários” de volta ao CREAS-POP, mesmo quando as funcionárias novas conduziam as reuniões semanais e que desfizeram acordos anteriores que se relacionavam ao funcionamento da instituição, ou quando Ivone se sentiu culpada pela violência promovida pelo “trem-bala” à Regina – fica evidente a disposição em ajudar os moradores de rua. De fato, ser morador de rua e sobreviver em tais condições pode implicar na utilização de vários *estigmas* e manipulações de uma identidade deteriorada⁵⁶. Assim, nessas ações dos funcionários aparecem determinadas peculiaridades que esse *dispositivo* de assistência social proporciona, principalmente pela preocupação

⁵⁶ De acordo com Goffman (2008), um estigma pode se apresentar como uma marca corporal e denotar um *status* social. Porém, o que o autor vai tratar nesse livro são as situações sociais que envolvem indivíduos incapazes de se confinarem aos padrões normalizados da sociedade: os estigmatizados por deformações físicas, psíquicas e de caráter, ou com qualquer outra característica que os diferencie dos “normais” ou de outros estigmatizados. Então, o autor parte das relações sociais entre estigmatizados com os outros ditos normais e explora uma variedade de estratégias de estigmatizados para lidar com a rejeição alheia, a partir de uma complexa gama de tipos de informações pessoais que são projetadas em outras pessoas.

com os moradores de rua atendidos. Sendo, esse, um dos principais aspectos que podem influenciar em ações desse tipo.

Ao trazer essas situações que tem o “trem-bala” como um dos protagonistas principais, a minha intenção é justamente colocar vários desdobramentos que puderam ser observados dentro de um conjunto multidimensional. O “trem-bala” não representa os moradores de rua. Isso se deve, por um lado, porque essa *população* pode ter uma composição tão heterogênea que não há como fazer uma redução sem torná-la parcial e, por outro, não há e não se deve fazer uma associação direta do consumo de *crack* e uso de violência como sendo práticas de moradores de rua em geral. Assim, esse grupo materializaria uma mudança no perfil dos moradores de rua atendidos em São Carlos, pois houve, nos últimos três anos, um aumento considerável de jovens atendidos que consomem *crack*. Portanto, *estar na rua por causa do vício* talvez faça mais sentido quando se trata desse novo cenário.

Procurei, enfim, descrever alguns dos componentes que fazem parte desse *dispositivo* de assistência social. Nesse caso, algumas concepções de violência que são geradas a partir ou por meio de relações que envolvem os muitos agentes, a visibilidade dos moradores de rua pela cidade que é mais determinante do que a *invisibilidade* que possam ter em relação aos direitos sociais contidos nas Normativas da Assistência Social e a comiseração intimamente associada aos moradores de rua – são aspectos consideráveis.

4. CAPÍTULO 3

Fronteiras de contato: vínculos pessoais e processos de interação

Nos dois capítulos anteriores, procurei fazer descrições que envolveram principalmente os funcionários do CREAS-POP, moradores de rua atendidos e gestores. Isso se deve ao fato de que, nas primeiras sistematizações do material acumulado na pesquisa, eu me pautei no pressuposto de que os vínculos estabelecidos entre eles podem influenciar diretamente o que se produz nesse mecanismo, a partir de uma *perspectiva mais institucional*. Porém, deparei-me com limitações no que se refere justamente ao que poderia encontrar transitando pelas ruas que, no caso específico da cidade de São Carlos, foi mais bem desenvolvido em outras pesquisas realizadas no mesmo período (MARTINEZ, 2011; OLIVEIRA, 2012).

Tendo tudo isso em vista, a proposta deste capítulo é aprofundar as análises dos “vínculos pessoais” estabelecidos entre três grupos e também discutir formas de manifestação do *cuidado* com que determinados agentes lidam entre si.

4.1. No horário do almoço

O Wesley, primeiro ele saía... Uma vez discuti com ele lá, ele entrou depois do horário, por quê? Eram umas onze e vinte e cinco, ele quis sair. Falou que ia ao banco. Falei: “espera aí, por que você não foi ao banco onze horas, na hora que abre lá. Abre o banco onze horas, você já é primeiro da fila, você vai lá e entra, e já vem mais cedo. [...] “Não, mas tenho que sair agora porque tenho que resolver isso agora”. “Porque você não vai então depois do meio dia? Acaba de almoçar, o banco fica aberto até quatro horas” [sic]. “Não, mas eu tenho outras coisas para fazer”. “Mas, quais as outras coisas você tem que fazer?”. Aí ele falou: “não, tenho outras coisas para fazer”; tipo assim: “vou resolver, sou um cara muito ocupado”. Você via que o cara não fazia nada. [...] “Tudo bem, você vai sair, logo que você chegar aqui, quinze pra meio dia, dez pra meio dia, você não vai entrar”. Aí, ele saiu. Aí o José chegou todo balançando... “onde você estava José?”. Só que ele foi e demorou mesmo quinze, vinte minutos; era onze e vinte e cinco, quando foi dez para meio dia ele chegou [...]. “José, o que você foi resolver lá, você tomou uma?”. “Não, eu não bebo, eu não bebo”. “Como você não bebe, olha como você está, oh”. “Hã, eu passei ali na praça com Wesley, tinha um pessoal [...] É, fomos ali tinha uns amigos nossos, tomamos uma, mas tomei só um golinho assim, oh”. Eu falei: “só um golinho assim? Você está balançando mais do que um navio”. “Eu não!”. Aí falei: “então tá, então”. Aí põe o José pra dentro. Mas o Wesley não tinha voltado. Quando olhei, o Wesley chegando meio dia e vinte e cinco. Ele falou: “Eu vou entrar”. “O que eu falei para você? Se você não entrasse até quinze para meio dia aqui, você só ia entrar uma hora da tarde”. “Mas o que eu vou fazer?”. “Ah, não sei, volta para onde você estava e fica lá”. Aí ele foi. Ele ficou lá na frente esperando. Só que era meio dia e vinte e cinco quase, né? Quando foi uma e dez ele entrou; ainda veio porque eu estava lá no fundo, eu tinha até esquecido. Na hora que eu cheguei [no

portão] ele falou: “mas já passou da hora, ‘seu’ Odair”. Era uma e dez. Mas falei: “Não, já passou da hora, mas porque agora você está com pressa?” [...] Ele entrou, aí ele ficou meio ‘bicudo’ comigo uns ‘par’ de dia. [...] ele ficou mais de uma semana sem falar comigo. Chegava de manhã, entrava, nem bom dia [ele me falava], nada. Eu perguntei: “nem bom dia?”, e nada. “Eu não tô perdendo nada... Não tô perdendo nada”, [ele dizia]. Quando foi um dia lá, ele estava reclamando com a Telma e com a Soraia. Falei: “aí, não tem jeito”. Eles achavam que mandavam, entendeu? Eu sempre falava com o Adoniram (psicólogo) sobre isso. Se você está numa situação dessas, você teria que fazer o que? [Odair, guarda municipal]

Certamente, o horário de almoço era um dos momentos em que mais ocorriam desentendimentos entre os funcionários e usuários. Alguns moradores de rua sequer entravam no CREAS pela manhã, como descrevi na Introdução; alguns só entravam na instituição nesse momento de refeição, apesar de que há esforços dos funcionários para se evitar essa prática. Assim, essas idas e vindas da rua por parte dos usuários tendem a desgastar as relações com os funcionários, como estabelecem conexões com o que estaria do lado de fora, sendo momentos centrais para se pensar os vínculos estabelecidos entre eles. Em seguida, descrevo outras situações que caracterizam tais movimentos e algumas implicações disso.

4.2. O caso das marmitas

Certa vez, Luciene queria levar uma marmita para seu namorado que se encontrava do lado de fora do CREAS, pois ele não era “usuário” e não podia entrar na instituição. Odair, ao ver esse gesto de Luciene, disse que ela não poderia sair com o alimento. Com essa proibição do guarda municipal, Luciene foi conversar diretamente com a assistente social que também não autorizou a sua saída.

Nesse período, também no horário de almoço, o namorado de Luciene chegou à frente do CREAS acompanhado por outro homem. Este que era “usuário” fez alguns sinais. Em seguida, uma funcionária abriu o portão, ele entrou e saiu pouco tempo depois. Esse gesto de pedir para entrar na instituição era muito comum entre os moradores de rua já conhecidos pelos funcionários. Sobre esse episódio específico, Odair relata o seguinte:

Na sexta, [esse usuário] queria levar uma marmiteira para rua também, só que ele colocou escondida dentro da mochila o que sobrou, mas eu vi. Ele disse que era para o cachorro [de um “trecheiro” que frequentava a instituição por aqueles dias]. Mas era para o namorado da Luciene. Logo voltou. Aí eu fui conversar com ele, perguntei se ele tinha saído com comida; ele disse que não, falei que tinha visto. Aí ele pediu desculpa... Oh [apontou para o portão], nem ficou hoje.

Não precisa mentir, fala que a gente dá um jeito [diário de campo, dia 25/02/2011].

Esse *dá um jeito* proferido pelo guarda municipal que trabalhava há dois anos no CREAS-POP relaciona-se ao fato daquela mentira afetar diretamente a relação entre eles. Nesse caso, o ato de sair com o alimento não seria necessariamente um motivo para uma punição, porém essa atitude constituía um desrespeito direto a Odair – a vergonha desse “usuário” em não querer permanecer na instituição era consequência disso. Já no caso de Luciene, configurava uma afronta maior que envolveu outros funcionários:

A gente já brigou várias vezes por conta de marmita. A Luciene já me desacatou umas quatro, cinco vezes, está tudo registrado no prontuário dela. Até interrompi a oficina da tarde. Aí ela veio pra cima, sabe? [Telma]

A insistência de Luciene não se limitou àquele momento descrito pelo guarda municipal. Houve outras tentativas para levar o alimento para seu namorado. Sobre isso, Ivone acrescenta:

Luciene ficou um tempo insistindo para que o namorado dela viesse pra cá, para ser atendido no CREAS. Pelo que me lembro, havia uma resistência por parte da equipe de que o namorado da Luciene viesse, porque acho que ele não se encaixava no perfil.

Esses desentendimentos relacionados às marmitas servidas no CREAS-POP tomaram outras dimensões. Luciene queria que seu namorado fosse atendido e, para que seus anseios fossem concretizados:

[Luciene] foi lá [na SMCAS] e a [secretária] quis conversar com ela. [Luciene explicou que] estava ficando na rua porque o seu namorado estava [também], e [que] a gente não atendia o namorado dela, sabe? Dando as jogadas? (...) Aí a [secretária] falou, então, que se o namorado [de Luciene] entrasse, ela [teria que] participar das oficinas, teria que se comportar. E [Luciene] falou que faria tudo isso, desde que seu namorado entrasse. [Telma]

Ela apelou para [a secretária]. O que a [secretária] fez? Passou por cima de todo mundo e mandou ele [*sic*] ficar aqui. E [os funcionários] tiveram que acatar isso. [Ivone]

Diferentemente do período do “trem-bala”, essas situações *menos* conflituosas demonstram a percepção de Luciene sobre o funcionamento da instituição e suas regras e sobre o que ela poderia conseguir realizando tais práticas. O que pode ser visto também em outras escalas.

As descrições que envolveram a possibilidade de saída de alimentos no horário de almoço demonstram como um simples ato de desrespeito a uma regra pode ter implicações maiores, a partir do movimento dos usuários. Não seria somente o fato de muitos só adentrarem a instituição no horário do almoço e não participarem das atividades realizadas no período da manhã que tem relevância nesse caso, por exemplo, mas, sim, como a *visibilidade* dos moradores de rua na cidade pode ser muito bem utilizada em seu favor, como observado nos episódios descritos no capítulo anterior. Desse modo, a seguir vou descrever algumas implicações desses deslocamentos dos moradores de rua atendidos.

4.3. A circulação dos usuários

É conflituoso esse trânsito deles na rua. Tem as coisas que são daqui de dentro, os encaminhamentos que a gente faz para a rede intersetorial; a pessoa vai ao médico, vai à consulta, vai fazer um documento, vai procurar um trabalho, procurar cursos, fazer cursos. E tem o trânsito que é para ir à praça tomar cachaça, comprar uma droga, ou simplesmente ir à praça para ficar ao ar livre, tem várias coisas. É conflituoso! Conflituoso para quem está no portão, porque às vezes [alguém] chega bêbado e vai criar confusão, e vai ter tumulto. Às vezes, não traz o papel para provar que estava no médico; aí o guarda ou quem está lá na frente acha que não comprovou [que realmente estava naquele lugar] ou, então, não pode entrar porque passou cinco minutos do horário que a gente estabeleceu. Então, é uma relação de conflito [Soraia]

Como relatado, há, ao menos, mais dois movimentos dentro da rede de atendimento: aqueles que se relacionam com os encaminhamentos feitos pelos funcionários, como parte dos atendimentos prestados, e os que ocorrem quando as saídas dos usuários têm outras finalidades. Nesse sentido, o “ficar na rua” não era sucumbido pela maioria dos usuários do CREAS-POP, pois as instituições de acolhimento possuem um caráter semitotal⁵⁷ (BARROS, 2004; DE LUCCA, 2007). Em outras palavras, mesmo após os moradores de rua começarem a ser atendidos, as andanças e permanência nesses espaços externos continuavam, pois as instituições não os aprisionavam – há sempre uma relação estabelecida entre a “rua” e a instituição. Por isso, era difícil observar dentro das instituições as mesmas pessoas que também estavam no dia anterior. Houve casos de usuários que ficaram muitos dias, semanas ou até meses sem frequentar esses espaços.

⁵⁷ Essa comparação se dá às *instituições totais* analisadas por Goffman (1974) e Foucault (1987), em que não há possibilidades de relação dos usuários com o *lado de fora*.

Com esse fluxo no portão ou na entrada das instituições, seja do CREAS-POP ou do Albergue Noturno, aumentava a possibilidade de conflitos envolvendo os guardas municipais que recebiam todos os que vêm de fora. A partir disso, analiso algumas particularidades encontradas no CREAS no que se refere à segurança desse local.

4.4. A guarda municipal

Uma das nossas principais funções é proteger o funcionário público no exercício da sua função, é a hora que a gente tem que agir. Por exemplo, se tiver alguém agredindo um funcionário da prefeitura, o próprio [patrimônio] público, aqui no caso, quebrando janela, porta... Mas fazer esse serviço de portaria, já não é um serviço propriamente da guarda... Inclusive na prefeitura existe vigia. Nós somos guardas municipais e tem vigia da prefeitura. Seria mais o papel de um vigia do que de um guarda propriamente. Na prefeitura existem os porteiros; esses não são concursados, são terceirizados. No caso, seria mais o caso de ter um porteiro, para ficar abrindo o portão que, com o tempo, vai conhecer todo mundo por nome, né? [Roberto]

Esse guarda municipal trabalhava há dois meses no CREAS-POP. Em sua fala, destaca-se uma reclamação, por assim dizer, motivada pelas entradas dos usuários na instituição fora de horários estabelecidos, pois nesses casos haveria a necessidade de se fazer outras revistas. Entretanto, durante o dia, o portão era aberto várias vezes também por outros funcionários, não configurando esse gesto como sendo realizado unicamente pelos guardas. Ele continua:

Às vezes, a gente entende que a política aqui de apoio a população de rua é interessante, mas bate um pouco de frente com a segurança na verdade. Se fosse ter a segurança de acordo com o que tinha que fazer, teria que ter mais regras, teria que ter mais deveres, principalmente, no horário de entrada; no de saída não, porque ninguém pode prender ninguém, mas tinha que ter horário de entrar... Seria o caso de revistar todos. Tem gente que você vê sair umas dez vezes por dia, entra e sai. Então, você acaba tendo que revistar dez vezes a mesma pessoa. Isso dificulta o trabalho da guarda e da segurança; é um dos motivos também que os guardas não gostariam de trabalhar nesse posto. [...] Praticamente 99% dos guardas não querem vir para cá, não gostariam de trabalhar aqui.

Segundo Roberto, as entradas constantes dos usuários contribuiriam para aumentar os riscos nesse espaço, justamente pelo fato do portão “filtrar” o que vem da rua. Se esses processos não são realizados conforme o previsto pela segurança, isso contribui para que alguns guardas municipais não tenham interesse em trabalhar no CREAS-POP.

A gente não pode desobedecer uma ordem, porque a gente tem que trabalhar em qualquer posto. Então, por determinação do comando, acaba vindo, mas ninguém gostaria de trabalhar no CREAS, não. [...] Oh, comentei com um ou dois guardas que concordaram comigo, mas muitos até tem essa visão [da importância em se trabalhar no CREAS, e como isso poderia ajudar na formação e atuação dos guardas municipais], mas não querem vir. Às vezes, não querem concordar comigo até para não virem. [Roberto]

Esse relato coloca em evidência como essa instituição se insere dentro do conjunto das instituições coordenadas pela SMCAS. Nesse caso, há similaridades com a trajetória de Telma que, como já descrito, foi transferida para essa instituição como forma de *castigo*, sendo também o caso de Roberto, pelo que me relatou o chefe do atendimento. Desse modo, pode-se pensar na posição em que esses profissionais se encontravam, levando-se em consideração a importância que é atribuída às funções por eles exercidas.

Além disso, Roberto também destacou outras funções desempenhadas por Odair, que não se relacionam somente à segurança naquele espaço.

É que ele acostumou, mas não é por aí... O pessoal faz devido à boa vontade, está aqui dentro, tem que cooperar, né? Para você ter um ambiente de trabalho melhor, mas muitas funções não são do guarda municipal. Tem serviços que o Odair faz e eu não faço, tipo: fechar as portas, janelas, isso não são serviços da Guarda. Eu até andei discutindo, entre aspas, com a Gabriela (educadora social), porque o Odair verificava todas as janelas, mas não é função do guarda municipal.

O relato de Roberto, que ficaria somente três meses trabalhando no CREAS-POP, diferencia-se das posturas e opiniões de Odair, pois o primeiro representa o cumprimento mais indiscriminado das funções preconizadas pela Guarda Municipal, e o segundo é influenciado pelo longo período em que atuou nesse posto. Além disso, esse trecho demonstra como pode haver uma grande diferença entre o trabalho que é prescrito e o que é realizado por esses profissionais, levando-se em consideração justamente o tempo em que permaneceram trabalhando nessa instituição.

Esses relatos foram selecionados para descrever alguns tipos de relações estabelecidas principalmente entre os moradores de rua atendidos e os guardas, apesar de eu ter utilizado também relatos de outros profissionais. Nos casos de Odair e Roberto existiam posturas e opiniões diferentes, pautadas em variados graus de vinculação que possuíam com relação aos usuários ou mesmo com a instituição. Assim, as palavras de Roberto se voltam para as tarefas mais gerais da guarda municipal que se diferenciavam das atitudes de Odair, pois este não se limita a proteger os outros profissionais e um bem público – há inúmeras relações localizadas em outras esferas, que podem proporcionar outras atitudes.

Exemplo disso é o fato de que Odair possuía apreço por Wesley, ou seja, havia certo grau de amizade entre eles. Nesse caso, as saídas para a rua não eram o maior problema a ser considerado, mas, sim, o desrespeito representado nas omissões apresentadas por Wesley ser um aspecto mais significativo nessa relação. A própria indecisão de Odair de como agir, demonstra como esse guarda municipal está nas fronteiras que circundam a instituição.

Já no caso descrito que envolveu Luciene, a questão tem uma amplitude maior, pois ela se relaciona, em último caso, diretamente com secretária da Assistência Social do município, o que influencia no diagrama de forças dentro desse mecanismo. Os usuários que acessavam tal posição transpunham os *limites* do atendimento e transitavam, literalmente, dentro de uma perspectiva de governo, em que poderia haver diferentes intencionalidades quando se comparado às funções e às atividades que os funcionários desempenhavam no CREAS, como demonstrado no capítulo anterior.

Nesse sentido, as relações estabelecidas entre os profissionais e os moradores de rua atendidos tramitam em várias esferas que se tensionam em momentos específicos. Se o portão divide o que está dentro ou fora, torna-se também um local estratégico para se pensar as relações de poder, pois esses locais favorecem a percepção de determinados “jogos” que influenciam os vínculos entre as pessoas que fazem parte da rede de atendimento.

As situações que envolveram esses guardas municipais demonstram que há outras esferas de interação e contatos que também podem envolver profissionais que comumente são abarcados pelo viés da repressão. Portanto, trazer situações em que esse aspecto não

tem necessariamente centralidade seria importante para caracterizar o que se pode encontrar num espaço de acolhida de moradores de rua.

A partir de agora, avanço nessa perspectiva *mais afetiva*, interpretada a partir da perspectiva do trabalho *care*, que se manifesta dentro de uma instituição de assistência social.

4.5. Dos vínculos pessoais

Como descrito no primeiro capítulo, o processo de institucionalização dos moradores de rua é uma das principais características da rede de atendimento. A permanência prolongada dos usuários tende a reforçar os vínculos com os funcionários que trabalham nesses locais

A partir disso, diferencio os tipos de vínculos que surgiram nesses processos de interações que envolveram alguns profissionais. Nesse sentido, por um lado, há os vínculos que podem ser mais *frouxos* com os usuários, caracterizados pelo pouco contato e intimidade com os atendidos – como no caso dos “trecheiros” que geralmente permanecem poucos dias no atendimento.

Por outro lado, contudo, o que pretendo discutir são os “vínculos pessoais” estabelecidos entre os usuários e funcionários que se estendem por algum tempo. Sobre as consequências desse processo, inicio com um relato da educadora social.

A gente está lidando com relação humana, então, seria muita inocência minha dizer que não há afetividade, não tem como [evitar]. (...) Então, tem uns que você se preocupa, sente falta, [se] não vêm dois dias você já fala: “Meu Jesus Cristo, o que aconteceu com essas pessoas?”. Já dá um jeito de ir atrás, enfim. E acho que há a mesma coisa deles com a gente, têm mais afinidade com uns, com outros. Hoje eu vejo que ‘rola’ mais essa afinidade do que anteriormente, eles estão mais tranquilos com a gente. [...] Falei para a [funcionária] nova que chegou: “a primeira coisa é você gostar de ser humano para estar aqui dentro”, é obvio! Não tem nenhum sentido a pessoa vir e não gostar conversar, trocar ideia, de entender um pouco o outro. E outra coisa que acho muito importante, que vem da minha formação educadora, é ter a sensibilidade de se colocar no lugar do outro. Então, acho que se o funcionário não tem isso, ele vai ter conflito muito fácil com o usuário. Vai ter conflito porque o nosso ponto de partida é completamente diferente do deles, a nossa referência de vida, de relação interpessoal, relação com os espaços é completamente diferente [Soraia].

A disposição em cuidar dos usuários caracteriza um tipo de envolvimento que pôde ser observado entre alguns dos profissionais com quem tive contato. A ausência de usuários por dias seguidos traz preocupações a Soraia, pois estariam mais vulneráveis

quando ficavam fora das instituições. Assim, pode-se levar em consideração que os moradores de rua possuem outras referências de vida que tendem a interferir diretamente nas relações que estabelecem com os profissionais que os atendem, como tentei descrever durante toda esta dissertação.

Além disso, há outras dimensões que envolvem os vínculos, apreendidos a partir da perspectiva do *trabalho de cuidado*, que seria ao mesmo tempo trabalho emocional e trabalho material, técnico; em que é indissociável uma postura ética, a ação e a interação (HIRATA; GUIMARAES, 2012). O relato da cozinheira, a seguir, se insere nessa concepção:

Como tenho que lidar muitas vezes com trinta, vinte e cinco pessoas ali, em sua maioria homem... Então, acho que é muito importante a relação de amizade, confiança e respeito, certo? E de carinho, muito carinho. Isso que a gente desenvolveu ao longo do tempo com todos eles. E eu fico triste porque alguns deixam uma saudade, né? (...) E eu tento, na medida em que posso, tratá-los com carinho. Se vou fazer uma refeição pra eles, faço como se fosse fazer para mim. (...) E isso para mim é primordial, tanto na higiene, [quanto] como no que servir, na qualidade, entendeu? (...) Procuro variar sempre dentro dos meus conhecimentos (...). E assim, conversar de igual... (...) Sem aquela de ficar com o pé atrás porque alguns deles a gente sabe que passou por cadeia, matou, você não pode ficar com o pé atrás... (...) Tem que ser igual, conversar com eles com respeito, sabe? Sem querer ficar com nojo ou com coisas desse tipo não. Então é assim. E muitas vezes, eu me surpreendo. Acho que passo muito disso para as pessoas em geral, a confiança da pessoa chegar em mim e falar dos seus problemas, falar o que já fez, que fico assim... Às vezes, não espero, sabia? [Ivone]

Esse trecho também é significativo para descrever as esferas de relações que se estabelecem entre os funcionários e usuários, pautada na diferença de perspectiva dos funcionários da *equipe de apoio* e da *equipe técnica*. Esse *olhar* da cozinheira, com destaque ao sentimento de respeito que diz possuir pelos moradores de rua atendidos, seria fundamental para analisar os variados tipos de vinculações que fazem parte desse *dispositivo* de assistência social.

Além disso, há outros elementos pautados em cumplicidades dos usuários com os funcionários que incidem de diferentes maneiras nesse processo. Nesse sentido, nas próximas páginas, apresento relatos de Telma sobre a sua vinculação com usuários que, em momentos específicos, ajudaram-na a evitar conflitos ou até mesmo reforçar os “vínculos pessoais” estabelecidos entre eles.

Exemplo [disso] foi a Cintia uma vez num atendimento. Ela falou para mim que ia me ‘catar’ no portão e ia me bater [*sic*]. Me ameaçava. Eu peguei e fiz assim: “ah é? Você vai me bater então Cintia? vamos lá”. Colocava a mão nela: “o que

“você vai fazer comigo?”. Sabe? Brincando. Comecei a levar na brincadeira, mas por dentro você fica com medo. Aí ela foi se soltando e nisso estabeleceu uma amizade. Ela sempre ia a minha sala, sabe? “Olha, você liga na minha tia? Você liga na minha vó, agora?”. A bronca dela era porque falei que ia ligar para avó dela [em tom de ameaça], e ela falou que ia me bater. [Depois disso ela vinha e falava]: “Então, vamos conversar?”. Ela demandava atendimento, sabe?

Essa procura por atendimento pode ser interpretada como uma demanda por atenção. Telma disse que iria ligar para um familiar de Cintia, gesto que foi prontamente revidado com ameaças de agressão física à assistente social. Porém, foram justamente os contatos físicos, simples toques no corpo de Cintia descritos como uma brincadeira, que contribuíram decisivamente para que o episódio tivesse um final *pacífico*⁵⁸.

Outra estória contada pela assistente social, de outra maneira, volta-se a uma camaradagem de um usuário com ela.

Uma vez o Damilton pegou minha agenda, um tipo de vingança porque falei que ele teria um prazo pra ficar [no atendimento]. A agenda da minha sala sumiu e fiquei preocupada. Aí o Silva ‘escutou’ o movimento e fez o Damilton entregar a agenda para ele. [Depois], o Silva foi à minha sala e falou que precisava falar comigo uma coisa, mas que eu não poderia contar para ninguém; pegou a minha agenda [e me entregou]. Então assim, o Silva sempre teve essas coisas comigo também, de ir conversar e tal; ele comprou a briga e foi lá pegar a minha agenda [Telma]

A assistente social descreve que esse comportamento de Damilton ocorreu após uma conversa em que discutiram a permanência dele no atendimento. A partir disso, esse senhor tentou interferir no funcionamento da instituição, visto que na agenda de Telma poderia conter informações sobre os usuários e, até mesmo, sobre outros procedimentos que foram realizados por essa profissional.

A atuação de Silva naquele momento foi intervir para que problemas dessa ordem não acontecessem e porque, segundo Telma, seria um gesto esperado desse usuário, pois ele já havia demonstrado preocupação com essa funcionária em outras ocasiões. No entanto, a assistente social descreveu um episódio que apresentou algumas semelhanças em seu desfecho.

Uma vez num grupo, a Luciene acabou comigo também, porque eu estava sentada na cadeira, com as pernas assim, mas era que é uma mania minha, sabe? Eu [me] sentei [sobre as pernas – Telma demonstra o movimento]. A gente estava em roda e eu queria enxergar todo mundo. Ela entrou bem ‘chapadona’ na

⁵⁸ “O tato é um sentido de contato. Os corpos vão além do simples confronto. Eles se encontram. Ser tocado por uma situação é ser afetado por ela, é sentir compaixão às vezes, e também engajar-se num modo de comunicação não verbal – o que requer muita intuição” (CEFAI, p. 83, 2010).

sala e começou a falar: “olha como você está sentada, você tem nojo da gente, a gente vai te passar doença? Por isso que você não põe pé no chão?”. Sabe? Umas coisas nada a ver. Começou a falar cada uma... Eu tentei conversar com ela. E assim, aquilo lá acabou comigo no grupo. Aí conduzi para acabar. Eu fiquei muito mal. Depois foi [alguém e disse]: “oh, não sei que lá”, sabe? Tipo para te consolar, essas coisas. [Telma]

Essa situação descrita por Telma traz elementos significativos do ambiente institucional no que se referem aos embates que podem surgir entre funcionários e usuários. Luciene provavelmente reclamou por uma falta de proximidade da assistente social a partir de uma suposição de que o simples fato dela não colocar o pé no chão caracterizaria uma rejeição aos que estavam naquela sala. Contudo, outras pessoas que estavam presentes naquele momento foram conversar com Telma, pois ela não conseguiu disfarçar seu abatimento.

Os relatos desses profissionais trazem muitos traços morais que podem surgir nesse mecanismo. Quando Soraia destaca a preocupação com a frequência de alguns usuários, ou quando Ivone relata o respeito e o carinho com que preparava os alimentos, essas profissionais enfatizam aspectos relacionados aos cuidados que têm com os moradores de rua atendidos. Observado também nos trechos em que Telma descreve momentos em que houve conflitos e cumplicidades de alguns usuários para com o que se passava com ela, ou quando se ressaltam as preocupações e afetividades dos moradores de rua para com os funcionários.

Todos os relatos que trago nessa dissertação não devem ser descontextualizados das situações em que ocorreram. Assim, todos os argumentos que se pautam em ações e opiniões dos funcionários, usuários, gestores, guardas municipais, etc., não devem ser qualificados por intenções maliciosas ou que visam prejudicar outras pessoas – o que faz com que todo esse mecanismo se caracterize justamente por todos esses ordenamentos que produzem muitas possibilidades de interpretação.

4.6. Mudança de perspectiva dos profissionais

Muitas coisas que eu pensava não ‘batia’ nem um pouco com o que a Celina pensava, nem um pouco com que a Telma pensava. Tem coisas [que acontecem] que eu falo: “a Telma me falou tanto isso” e eu não aceitei, fui romântica demais, não sei. E hoje eu vejo que o que ela falava se enquadra com o que estou acreditando [no momento], entendeu? [Soraia]

Esse relato traz aspectos que pude acompanhar e se refere à mudança de perspectiva de alguns funcionários que trabalhavam no CREAS-POP. Isso se deve ao fato de eu também ter mudado, durante a realização da pesquisa, muitas opiniões formadas e formatadas em relação aos moradores de rua em geral. Nesse caso, o *tempo* em que os funcionários permanecessem nessa instituição influencia diretamente nessa concepção. Essa foi uma das premissas que direcionou todo este capítulo.

Soraia, particularmente, admitiu que agia de forma equivocada em determinadas situações, mesmo recebendo conselhos de outras funcionárias. Com isso, a educadora social até classificou sua postura como romantizada, numa clara alusão de que o cotidiano pode desconstruir muitas pré-noções acerca desse mecanismo.

Nesse sentido, a opinião de Ivone é significativa:

Eu acho uma experiência bacana, né? (...) Mas é uma experiência que a gente aprende muito, nos modifica muito, muda o jeito da gente ver o mundo, as pessoas; tira muito dos nossos preconceitos, porque eu era bastante preconceituosa em relação a bêbado: “ai bêbado”, não podia ver na minha frente. Depois você começa a entender os lados deles. Você perde aquela visão de que: “ah não, vou entrar no CREAS, é assim: vamos ajudar, fazer alguma coisa pra ver se muda a pessoa”. Não adianta. É uma coisa que você rapidamente... Se decepciona. Você se desilude muito rápido, porque não basta só você querer, e não é uma coisa simples, não. É uma coisa super difícil, não é? [De] você querer mudar o outro? Você tem que depender do outro. Se ele quer? Então, não adianta. Todos acabam... Vi isso na Celina (terapeuta ocupacional), vi isso no Adoniran (psicólogo). Então, se entrar com uma visão de querer fazer alguma coisa de repente, você vai ver que se não der, você fica impotente. Não dá! Se ficar esperando muito, quando você espera muito do outro, de quem você quer ajudar, você não pode esperar retorno assim. Você pode até tentar fazer alguma coisa, mas sabe? Se vier, é lucro.

Essa descrição feita pela cozinheira pode ser interpretada por uma transversalidade que caracterizaria uma perspectiva produzida a partir da convivência no CREAS-POP. A busca por entender o *lado* dos moradores de rua seria fundamental para os profissionais que vão trabalhar nessa instituição; porém, esse tipo de percepção demora até ser produzido. Quando entrevistei Ivone, já havia se passado cerca de dois anos que ela trabalhava nesse local, o que contribuiu em suas análises sobre as frustrações de seus colegas da equipe técnica que entraram depois dela, por exemplo.

Esse relato de Ivone também exemplifica muito dos argumentos que procurei desenvolver nesta dissertação. Assim, as intencionalidades dos moradores de rua atendidos

divergem com o que os profissionais almejam e que podem ser apreendidos por meio das relações entre todos eles.

Outro aspecto central enfatizado pela cozinheira se relaciona à demora em *mudar* os moradores de rua que são atendidos. Com isso, a convicção de que esse processo de mudança deve ser realizado rapidamente foi observado nos profissionais que começam a trabalhar nas instituições. Pois como Ivone relata: “você não pode esperar retorno, você pode até fazer alguma coisa, se vier é lucro”.

Portanto, essas tentativas de incorrer sobre os usuários, a partir do que propõem os serviços de assistência social, pelas interpretações que os funcionários fazem das normativas e os esforços que eles se depreendem para que os moradores de rua mudem de condição, são centrais nesse *dispositivo* de assistência social. Além disso, as intenções, cumplicidades, afetividades, desacordos por parte dos usuários também são significativos para demonstrar de que forma eles interpretam e se posicionam dentro desse mecanismo, a partir das oportunidades que são proporcionadas no momento em que ocorrem esses *jogos de relações de poder*.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intenção deste trabalho é descrever e analisar alguns processos que se voltam para a gestão dos moradores de rua em São Carlos. Além disso, minha proposta é abarcar situações que se desenvolveram em várias escalas, que não repercutem apenas nas especificidades das políticas públicas para essa população, mas que se estende a outras dimensões que apareceram durante o desenvolvimento da pesquisa e que estão localizadas num nível das micro relações entre as várias partes do que chamo de *dispositivo* de assistência social.

Para tanto, utilizei-me do arcabouço teórico de Michel Foucault no que se refere às *relações de poder* e ao *dispositivo*, em que articulei várias esferas e componentes que fazem parte de um mecanismo de gestão de uma *população* específica. Nesse sentido, no que diz respeito às relações de força, procurei trazer à tona como se podem manifestar alguns *conflitos* entre perspectivas de agentes que participam desse processo, com destaque aos moradores de rua atendidos (que neste texto, em muitos momentos, nomeio de “usuários”), funcionários das instituições de acolhimento, gestores e funcionários da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social, guardas municipais, voluntários que realizaram atividades no CREAS-POP – enfim, uma gama de agentes com quem tive contato e que participaram direta ou indiretamente das situações e episódios que descrevo.

Nesse sentido, trago nesta dissertação vários componentes que incluem – além do que foi citado acima – instituições, normativas, práticas, repreensões a determinadas condutas, tudo no momento ou movimento em que se realizam. Ou seja, discuto os componentes desse mecanismo de maneira dinâmica e situacional. Desse modo, o que apresentei, portanto, foram práticas sociais num contexto específico.

Durante pouco mais de dois anos de pesquisa, as questões que desenvolvi surgiram a partir dos trabalhos de campo realizados principalmente no CREAS-POP e no Albergue Noturno, apesar de não me restringir a esses espaços. A partir disso, queria frisar o quão complexo pode ser “o estar nas ruas” e enfatizo que tive dificuldades nos momentos em que transitei nesses espaços. O fato de logo no início eu colocar notas de campo que relatam duas horas em que *fiquei pelas ruas* é reflexo disso. Destarte, a proposta de pesquisar esse “universo” a partir de uma *perspectiva institucional* foi influenciada, justamente, pela pouca proximidade que possuía com a temática, somado ao fato de me

pautar somente em análises teóricas, sem nenhum contato prévio com instituições, funcionários ou moradores de rua – enquanto pesquisador.

Essa preocupação em demonstrar o que mudou a partir da realização do trabalho de campo relaciona-se com o caráter empírico desta pesquisa e serve para caracterizar como as percepções proporcionadas *dentro* das instituições ou *próximos* aos moradores de rua, pelas conversas com funcionários, gestores, guardas municipais– serem reveladoras. Isso foi importante para que pudesse me distanciar de prerrogativas que tentam explicar a situação dos moradores de rua a partir de processos relacionados ao desemprego, distúrbios mentais, dependência a alguma substância, conflitos familiares, etc.; não são somente esses aspectos que circundam os moradores de rua, mas, também, não seria possível elencar todos os motivos que justifiquem uma *situação de rua*, por exemplo. Esses seriam, assim, os motivos pelos quais não enveredei por um caminho que buscasse investigar as causas que contribuíram para os moradores de rua atendidos serem classificados desse modo.

No primeiro capítulo, descrevi como se dá a transformação dos moradores de rua locais em “usuários” da rede de atendimento, tendo como base uma metodologia de trabalho desenvolvida pelos próprios funcionários do CREAS-POP. Com isso, foi possível compreender algumas especificidades de um *processo de institucionalização* e da dependência dos “usuários” após começarem a usufruir dos serviços disponibilizados pela Assistência Social. Nesse sentido, destaca-se uma temporalidade intrínseca ao atendimento, ou seja, o tempo em que os usuários permanecem sendo atendidos é fundamental para que eles se adaptem e continuem frequentando as instituições.

A partir disso, foi possível perceber o quanto os funcionários se esforçam para que os moradores de rua saiam da *situação de rua*. Assim, depreendem muitos esforços, *cuidam* e, geralmente, se frustram quando suas funções ou atividades não se concretizam nesse sentido. Tendo isso como premissa, discuti dois perfis de funcionários que podem ser encontrados numa instituição como o CREAS: o *militante* em causas sociais que traz um conjunto de concepções prévias do que seria o morador de rua e como eles devem ser tratados; e a profissional que já possuía *alguma experiência*, mas que foi transferida como forma de punição – duas perspectivas que se transformam nesse mecanismo.

Se o desligamento dos usuários *da* instituição não se dá de maneira fácil, a saída dos serviços de Assistência Social ainda está num horizonte distante para os que realmente almejam *mudar de situação*. Vale destacar que o CREAS-POP acaba sendo utilizado como

propaganda governamental, principalmente quando se pretende publicizar que há no município um atendimento *especializado*, como demonstrado na “Campanha não dê dinheiro como esmola”. Desse modo, essa instituição acaba sendo vista como um espaço que vai provocar mudanças significativas nos moradores de rua. Porém, como procurei demonstrar, esse espaço também pode contribuir para a perpetuação desse modo de vida.

As assembléias gerais e oficinas socioculturais foram momentos centrais nas relações entre os funcionários e usuários do CREAS, no que se referem às diferentes intenções que todos esses podem possuir. Nas assembléias ficam nítidas as *estruturas de poder* que compõem a instituição. De outro modo, nessas reuniões, apesar de uma tentativa de se criar *igualdade* por parte dos funcionários, destacaram-se, também, as inúmeras composições que um diagrama de forças, como no “caso da infestação de bichinhos no albergue noturno”. Nesta agitada assembléia, foi possível perceber como há a atuação e reconfiguração de poder dentro de um *jogo tácito* em que os moradores de rua tiveram de fato “poder”. Ou seja, nesse episódio os usuários também foram protagonistas e influenciaram diretamente o que se produz nesse mecanismo, através de interpretações, resistências ou imposições por eles praticadas. Com relação às oficinas culturais, essas seriam importantes para ilustrar como os profissionais e voluntários podem se empenhar para contribuir na mudança na vida dos usuários. Também, nessas atividades, fica nítido que o *âmbito de atendimento* pode envolver muitos elementos e intencionalidades.

Assim, o que propus no primeiro capítulo foi descrever aspectos contidos num *âmbito de atendimento*. O que se destaca nesse processo seria a produção de “usuários”. Isto que, aliás, não ocorreu no caso do “trem-bala”, descrito no segundo capítulo. Ao *atravessar* a rede de atendimento, esse grupo trouxe à tona determinados elementos que estão contidos no *âmbito de governo*. É a partir disso que as minhas análises se ampliaram e se voltaram para elementos que envolvem a cidade como um todo.

A gestão dos moradores de rua não se faz unicamente por uma instituição, como pode ser difundido. É a partir de tais concepções que ganha notoriedade no município um Centro-Pop (utilizando-se, a partir de agora, da denominação atual da Assistência Social). Nesse sentido, os funcionários dessa instituição seriam acionados para resolver determinadas demandas sociais relacionadas aos moradores de rua, como no “caso do barracão da Javep”.

Tendo como exemplos os processos e consequências da intervenção nesse local, trouxe determinadas práticas governamentais que, *grosso modo*, chocam-se com os processos de atendimento pautados na atuação da equipe de funcionários técnicos do Centro-Pop. Com isso, separei analiticamente duas *lógicas* – que estão necessariamente conectadas – somente para dar inteligibilidade às diferentes perspectivas que surgiram disso.

Os membros do “trem-bala”, desde quando foram encaminhados para o Centro-Pop, interferiram de maneira acintosa no cotidiano institucional e até mesmo no que se estabeleciam os usuários nas ruas. Eles são exemplos de pessoas que não possuíam necessariamente uma *trajetória de rua*, ou seja, não compactuavam com uma “socialização” relativa à *situação de rua*, por exemplo. O que se seguiu, então, foi a eclosão de conflitos com o que se estabeleciam, tanto dentro da instituição, quanto nas próprias relações entre os moradores de rua atendidos, e até mesmo com funcionários da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social. Portanto, esses acontecimentos representariam a imprevisibilidade do que pode adentrar aquelas portas e perpetuar-se no atendimento, que tem como prioridade atender *somente* “moradores de rua” – caracterizados justamente por não serem facilmente caracterizáveis.

A violência estabelecida nesse período – desde a intervenção do poder público no barracão ocupado, nas *disputas* entre o “trem-bala” com os outros usuários e funcionários das instituições de acolhimento – contribuiu para que eu elaborasse algumas conclusões. A primeira delas é o fato de que a violência promovida pelo “trem-bala” não é uma característica que pode ser diretamente relacionada aos moradores de rua. O que quero dizer é que essas pessoas não podem ser classificadas como “perigosas” a partir de uma premissa generalizante. A segunda conclusão concerne à mudança no perfil da maioria dos usuários atendidos pelo Centro-Pop, em que se destaca a dependência do *crack* como uma das principais causas que inicia uma *situação de rua*. Contudo, nem todos os moradores de rua podem ser classificados como dependentes dessa droga. Por fim, a população da cidade tem influência decisiva nas ações do poder público local, a partir da cobrança de uma *devida* atenção às condições de vida dos moradores de rua ou quando estes ameaçam a segurança e a tranquilidade ao redor de suas próprias casas.

No terceiro e último capítulo, as questões relacionadas aos vínculos entre os moradores de rua atendidos e funcionários tiveram centralidade. As influências dessas

vinculações ocuparam as minhas primeiras análises do material acumulado na pesquisa ou mesmo quando realizava os trabalhos de campo. Assim, procurei trazer uma dimensão afetiva pautada em cuidados entre essas duas *partes* que também compõem o *dispositivo* de assistência social. Além disso, discuti processos influenciados pela circulação dos moradores de rua pela cidade e como isso se reflete no próprio funcionamento das instituições.

Para tanto, com o propósito de incorrer em relações afetivas e vinculações com a instituição, analisei as opiniões e gestos de dois guardas municipais que atuaram no Centro-Pop, levando-se em consideração o tempo que cada um deles permaneceu atuando nesse posto e como isso influencia no comportamento deles. A partir das ações de um guarda municipal que atuava há dois anos nessa instituição, foi possível observar alguns aspectos que não necessariamente estariam pautados em atitudes repressivas, como é de se esperar desse profissional. Com isso, destaco comportamentos de alguém que está literalmente na *fronteira* da instituição e que, geralmente, atua no portão que “filtra” o que vem de fora; sendo, também, intimamente afetado por inúmeros *jogos* e contatos diretos.

Sob a perspectiva do cuidado é possível observar manifestações éticas e morais dos funcionários com os usuários, ou mesmo dos moradores de rua atendidos com os funcionários. Por exemplo, nos momentos em que há preocupações quando os usuários ficam muitos dias fora da instituição, de como preparar e servir os alimentos, os conselhos para os profissionais novos, as percepções de que os usuários não necessariamente são perigosos, mal intencionados, etc. Todos esses exemplos refletem diretamente no comportamento dos funcionários. Também, quando os moradores de rua atendidos ajudam os funcionários fica ainda mais nítida a maneira como os “usuários” interpretam e agem em determinados momentos. Tudo isso, realça a distância de perspectivas e intencionalidades de quem atende e cuida daqueles que precisam de assistência, mas que também pode reforçar os vínculos entre eles.

Para finalizar, os argumentos que trago são aproximações de um campo de forças que ainda me provoca estranhamento. Nesse sentido, articulei questões que se configuraram no decorrer da pesquisa e que busquei apresentar a partir, principalmente, de entrevistas, relatos e poucas trajetórias de profissionais e de moradores de rua atendidos no município de São Carlos. Desse modo, esse *olhar* para a gestão dos moradores de rua a partir de vários pontos ou lugares demonstra que se trata de um campo de forças em

constante disputa, em que as análises seriam impossíveis de serem esgotadas nesta dissertação.

6. BIBLIOGRAFIA

AGAMBEN, G. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

_____. *O que é um dispositivo?* In **O que contemporâneo? e outros ensaios**. Argos Editora da Unochapecó: Chapecó, 2009.

ARAÚJO, C. H. *Migrações e vidas nas ruas*. In BURSZTYN, M. (org.). **No meio da rua – nômades, excluídos e viradouros**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

ALVES, M. M. **Os vínculos afetivos e familiares dos homens de rua**. Dissertação de mestrado em Serviço Social, PUC-SP, São Paulo, 1994.

ARENDT, H. **A Condição Humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2007.

_____. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARRETCHE, M. **Estado Federativo e Políticas Sociais: determinantes da descentralização**. São Paulo, FAPESP, 2000.

BARROS, J. S. **Moradores de rua – trabalho e pobreza: interrogações sobre a exceção e a experiência política brasileira**. Dissertação de Mestrado em Sociologia, FFLCH-USP São Paulo, 2004.

BERLINK, M. **Marginalidade Social e relações de classe em São Paulo**. (São Paulo, Vozes, 1977)

BROGNOLI, F. F. **Trecheiros e Pardais: estudo etnográfico de nômades urbanos**. Dissertação de Mestrado em Antropologia, UFSC, 1996.

BURSZTYN, M. (org.). **No meio da rua – nômades, excluídos e viradouros**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000a.

_____. *Vira-mundos e “rola-bostas”*. In BURSZTYN, M. (org.). **No meio da rua – nômades, excluídos e viradouros**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000b.

CAMARGO, P.F.C. *et ali*. São Paulo 1975: crescimento e pobreza. São Paulo: Edições Loyola, 1975.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

CASTELVECCHI, G (Nenuca). **Quantas vidas eu tivesse, tantas vidas eu daria!** São Paulo: Edições Paulina, 1985.

CUNHA, J. M. P. População e mobilidade espacial: características e transformações dos fluxos nas regiões paulistas. In **Migração, condições de vida e dinâmica urbana**: São Paulo 1980-1983. Campinas: Unicamp, 1997.

CEFAÏ, D. **Provocações corporais**: uma etnografia fenomenológica entre moradores de rua de Paris. *Revista Lua Nova*, 79, p. 71-110, 2010.

DAS, V; POOLE, D. El estado y sus márgenes. *Etnografías Comparadas*. In **Cuadernos de Antropología Social** N° 27, pp. 19–52, 2008

DELEUZE, G. *O que é um dispositivo*. In DELEUZE, G. **O mistério de Ariana**. Ed. Vega – Passagens. Lisboa, 1996.

_____. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DE LUCCA, D. R. C. **A rua em movimento**: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua. Dissertação de Mestrado em antropologia social, FFLCH-USP São Paulo, 2007.

_____. Vidas de rua em jogo: políticas públicas, segurança e gestão da população de rua em São Paulo. In: **Anais do Seminário Nacional sobre População em Situação de rua**: Perspectivas e Políticas Públicas, São Carlos, 2008, p. 208-218.

DI FLORA, M. C. **Mendigos**: porque surgem, por onde circulam, como são tratados? Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

DOMÍNGUES JR, P. L. **Cooperativa e a construção da cidadania da população de rua**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

DUARTE, A. Biopolítica e resistência: o legado de Miguel Foucault. In **Figuras de Foucault**. (Org) Margareth Rago e Alfredo Veiga. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

DURHAM, E. **A caminho da cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ELIAS, N; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

ESCOREL, S. **Vidas ao Léu**: trajetórias de Exclusão Social. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 1999.

FERRO, M. C. T. **Participación social en la construcción de La política nacional para a población de calle em Brasil**: alcances y límites. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2011.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

_____. **Ditos & Escritos** Vol. IV, Rio de Janeiro: Forense, 2006.

_____. **Ditos & Escritos** Vol. V, Rio de Janeiro: Forense, 2004.

_____. O sujeito e o poder. In RABINOW, P.; DEYFUS, H. (org.) **Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica**. São Paulo: Forense Universitária, 2010.

FRANGELLA, S. M. **Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua de São Paulo**. Tese de Doutorado, Departamento de Antropologia – IFCH – UNICAMP, Campinas, 2005.

GIORGETTI, C. **Moradores de rua: uma questão social**. São Paulo: PUCSP-EDUC, 2006.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

_____. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GRANADO, K. **População em situação de rua e os conflitos socioambientais no município de São Carlos: a água nas interações do cotidiano**. São Carlos: Escola de Engenharia de São Carlos-USP. Dissertação de mestrado do Pós-graduação em Ciência da Engenharia Ambiental. 2010

GREGORI, M. F. **Viração: experiências de meninos de rua**. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

GEORGES, I.; SANTOS, Y. G. *Care* e políticas públicas: o caso das “agentes comunitárias de saúde” e das “agentes de proteção social”. In **Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho care**. São Paulo, Atlas, 2012.

HERRERA, A. L; SILVA, V. F. Experiência de Gestão Municipal: atendimento a pessoas em situação de rua. In: Anais **do Seminário Nacional sobre População em Situação de rua: Perspectivas e Políticas Públicas**, São Carlos, 2008, p. 196-207.

HIRATA, H; GUIMARÃES, N. A. Introdução in: **Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho care**. São Paulo, Atlas, 2012.

IVO, A. B. L. **Viver por um fio: pobreza e política social**. São Paulo. Ed: AnnaBlume, 2008.

JOSEPH, I. Intermittence et réciprocité. La folie comme pathologie de l’interaction. In **L’athlète moral et l’enqueteur modeste**. Paris: Economica, 2007.

JUSTO, J. S. *Errância e delírio em andarilhos de estrada*. In **Psicologia: Reflexão e Crítica**. v.18 n.2 Porto Alegre maio/ago. 2005.

MACHADO, R. Introdução: por uma genealogia do poder. In FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

MAGNI C. T. **Nomadismo Urbano**: uma etnografia sobre os moradores de rua de Porto Alegre. Porto Alegre: EDUNISC, 2006.

MARTINEZ, M. M. O corpo em movimento: uma etnografia da corporalidade dos *trecheiros* de São Carlos. In: **XXXIII Reunião da Anpocs**, Grupo de trabalho: A cidade nas Ciências Sociais: teoria, pesquisa e contexto. Caxambu, 2009.

_____. **Andando e parando pelos trechos**: uma etnografia das trajetórias de rua em São Carlos. Dissertação de Mestrado – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, 2011.

MATTOS, R. M. **Situação de rua e modernidade**: a saída das ruas como processo de criação de novas formas de vida na atualidade. 244f. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social– Universidade São Marcos, São Paulo, 2006.

MOLINIER, P. Ética e o trabalho do *care*. In: **Cuidado e cuidadoras**: as várias faces do trabalho *care*. São Paulo, Atlas, 2012.

NASSER, A. C. **Sair para o mundo- trabalho, família e lazer**: relação e representação na vida dos excluídos. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2001.

NEVES. D. P. Mendigo: o trabalhador que não deu certo. In: **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 28-36, 1983.

OLIVEIRA. D. D. Migração, redes e projetos: os moradores de rua em Brasília. In BURSZTYN, M. (org). **No meio da rua** – nômades, excluídos e viradouros. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

OLIVEIRA, L. M. F. **Vidas sombrias na morada do sol**: um estudo sobre população de rua em Araraquara/SP. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, 2006.

_____. **Circulação e fixação**: o *dispositivo* de gerenciamento dos moradores de rua em São Carlos e o nascimento de uma população. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. UFSCar, 2012.

OLIVEIRA, M. **Entre ruas, lembranças e palavras**: a trajetória dos catadores de papel em Belo Horizonte. Belo Horizonte: PUCMINAS, 2005.

PAUGAM, S. **Desqualificação social**: ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: Educ/Cortez, 2003

PEREIRA, L. F. P. Do jogo ao desencontro: notas sobre a vida imediata dos moradores de rua de São Carlos/SP. In **XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS**. Recife, 2011.

PEREIRA, L. **Populações marginais**. Luiz Pereira (org.). São Paulo: Duas Cidades, 1978.

RABINOW, P.; DEYFUS, H. (org.) **Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica**. São Paulo: Forense Universitária, 2010.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento**. São Paulo: Editora 34, 1996.

REVEL, J. **Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

RABINO, P; DREYFUS, H. (org.). **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. São Paulo: Florense Universitária. 2010.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: Editora 34, 2005.

ROSA, C. M. M. **Vidas de rua, destinos de muitos**. São Paulo: Ed. Hucitec, 2005.

_____. **Vidas de rua, destinos de muitos. Pesquisa em jornais e revistas sobre temas relativos a população de rua na cidade de São Paulo: 1970-1998**. São Paulo: IEE/PUC/SP, 1999. (CD-Rom)

_____. (org.) **População de rua: Brasil e Canadá**. São Paulo: Hucitec, 1995.

SILVA, R. B. O processo de participação da população de rua na cidade de São Paulo: limites e possibilidades de participação. In **Anais do Seminário Nacional sobre População de Rua: Perspectivas e Políticas Públicas**, São Carlos, 2008, p. 87-97.

STOFFELS, M. G. **Os Mendigos na Cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VARANDA, W. **Do direito a vida à vida como direito: sobrevivência, intervenções e saúde de adultos destituídos de moradia nas ruas da cidade de São Paulo**. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 2003.

VIEIRA, M. A. C.; BEZERRA, M. R.; ROSA, C. M. M. **População de Rua: Quem é, Como vive, Como é vista**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1992.

WACQUANT, L. **Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

WHITE, W. F. **Sociedade de Esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

Documentos

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**, 2004.

BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS**, 1993.

BRASIL. **Sistema Único de Assistência Social – SUAS**, 2005.

BRASIL. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**, 2009.

CREAS-POP – São Carlos. **Regimento Interno**, s/d.

CREAS-POP – São Carlos. **Proposta de Trabalho**, s/d.

Websites visitados

www.ufscar.br

www.guiadedireitos.org.br

www.saocarlos.sp.gov.br

www.mds.gov.br